



ESPAÇO COLECTIVO COMO SUPORTE DA DIVERSIDADE URBANA

O caso de Marvila

Carlos Luís Maurício Maria Wemans

(Licenciado)

Projecto Final de Mestrado elaborado para a obtenção de grau de Mestre em Arquitectura,
especialização em Urbanismo

Orientação científica:

Professora Doutora Filipa Serpa

Professor Doutor Carlos Lameiro

Júri:

Presidente: Professor Doutor Pedro George

Vogal: Professor Doutor João Rafael Santos

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro de 2016

RESUMO

Título Espaço Colectivo como suporte da Diversidade Urbana	Este trabalho desenvolve o projecto de um Sistema de Espaços Colectivos (SEC), como estratégia de regeneração e suporte da diversidade urbana, em Marvila.
Nome Carlos Luís Maurício Maria Wemans	O território em causa apresenta vestígios das diferentes fases de desenvolvimento urbano pelas quais passou, o que lhe confere uma riqueza formal importante no contexto de Lisboa. No entanto, a aparente dificuldade em coser todos estes tecidos distintos resulta numa fragmentação e estagnação dos mesmos. As ferrovias, que contribuem para o corte das estruturas urbanas, apresentam-se como um potencial dinamizador de uma nova centralidade, quando associada à consolidação da diversidade urbana, tanto a nível formal como funcional e social.
Orientação Científica Prof. Doutora Filipa Serpa Prof. Doutor Carlos Lameiro	O SEC, à luz da leitura da planta de Nolli, pretende explorar a complexidade e a densidade dos limites do espaço público e do espaço colectivo. Dada a durabilidade do espaço público face ao espaço edificado, que se renova com maior frequência, a metodologia de projecto assenta no desenho do espaço público enquanto gerador da forma urbana.
Mestrado Integrado em Arquitectura, especialização em Urbanismo	Pretende-se então, a partir do SEC, que consiste num conjunto contínuo de espaços públicos e de espaços de uso colectivo, regenerar e unir os tecidos incompletos de Marvila, propondo uma estrutura integrada e integradora das heterogeneidades.
Lisboa, Dezembro 2016	

Palavras-chave: Sistema de Espaços Colectivos, Espaço Público, Regeneração Urbana, Diversidade Urbana, Marvila.

ABSTRACT

Title
Collective Space as support of
Urban Diversity

This Master's Degree final project develops a Collective Space System (CSS) project as a regeneration strategy and urban diversity support, in Marvila, Lisbon.

Name
Carlos Luís Maurício Maria
Wemans

Marvila territory maintains traces of the different urban development phases, which result in an important formal richness in Lisbon's urban context. However, the difficulty in joining all these different tissues explain the fragmentation and stagnation thereof. The existing railways, which contribute to the breaking of urban structure, are taken as an eventual centrality dynamizer; associated with the consolidation of urban diversity in it's formal, functional and social levels.

Advisors
PhD Professor Filipa Serpa
PhD Professor Carlos Lameiro

Integrated Master in
Architecture, specialization in
Urbanism

Lisbon, December 2016

The CSS, in the light of Nolli's Plan understanding, pretends to explore the complexity and density of public space and collective space limits. Given the durability of public space in comparison to built space, which is renewed more frequently, this project methodology is based on public space design as urban form generator.

It is intended that CSS, consisting of a continuum of public spaces and spaces of collective use, will make it possible to regenerate and join Marvila's incomplete tissues, offering an integrated and inclusive structure of the existing heterogeneities.

Key-words: Collective Space System, Public Space, Urban Regeneration, Urban Diversity, Marvila.

AGRADECIMENTOS

Aos leitores, pelo interesse no tema que aqui se apresenta. Espero poder suscitar e estimular o gosto pela leitura e pelos ensinamentos que se pode sempre retirar do Espaço Público.

À Professora Filipa Serpa, pelo tempo e pelo conhecimento e interesse transmitidos desde o início.

Ao Professor Carlos Lameiro, pela marca que deixou no meu percurso académico.

Aos amigos e colegas, com quem aprendo constantemente, pela paciência e compreensão especialmente nesta última fase, e pelas amizades que se construíram.

À família, em especial aos meus pais, irmãos e namorada que, por partilharem as suas vidas comigo, também são parte deste trabalho que marca o princípio de uma nova etapa.

A todos, um reconhecido obrigado.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. DO ESPAÇO PÚBLICO À DIVERSIDADE URBANA	7
2.1 – Espaço Público	8
Dimensão Social	8
Dimensão Urbana	11
Sistema de Espaços Colectivos	14
2.2 – Diversidade Urbana	19
2.3 – Regeneração Urbana	26
3. OS EXEMPLOS DA CIDADE CONSTRUÍDA	33
3.1 – Projectos de referência	34
3.2 – Leitura da Cidade	45
4. A PROPOSTA	53
4.1 – Marvila	54
Enquadramento histórico	56
Planeamento Urbano	70
Caracterização do Espaço Urbano	81
4.2 – O Projecto	93
Estratégia: O Espaço Público Como Estrutura	93
Projecto urbano: A Diversidade no Projecto	100
Sistema de Espaços Colectivos: Uma Visão Para Marvila	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
ANEXOS	141

ÍNDICE DE IMAGENS

Pág.

- | | |
|----|--|
| 9 | 1 - Fotografia do “Speakers Corner”, Londres, Getty Images, 1933.
Consultado 5 de Janeiro de 2016.
http://www.theguardian.com/lifeandstyle/2014/oct/13/freedom-of-speech-extremists-katharine-whitehorn |
| 12 | 2 - Modelo da Cidade Jardim, Ebenezer Howard, 1902.
Consultado 5 de Janeiro de 2016.
https://en.wikipedia.org/wiki/Garden_city_movement#/media/File:Garden_City_Concept_by_Howard.jpg |
| 14 | 3 - Fotografia do Mercado do Bom Sucesso, Porto, José Andrade, 2011.
Consultado 5 de Janeiro de 2016.
http://www.pbase.com/image/132554123 |
| 16 | 4 - Extracto da “Pianta Grande di Roma”, Gianbattista Nolli, 1748.
Consultado 4 de Dezembro de 2015.
http://nolli.uoregon.edu/ |
| 19 | 5 - Fotografia da praça Gustav Adolf, Malmo, Sven Ingvar Anderson, 1997.
In: Ghel, Jan e Lars Gemzoe. “New City Spaces”. 3ª ed. Copenhagen. The Danish Architectural Press, 2003. |
| 22 | 6 - Plano Original de Urbanização de Alvalade, CML, 1945.
Consultado 26 de Janeiro de 2016.
http://www.bmiaa.com/wp-content/uploads/2015/04/Plano-Original-de-Urbanização-de-Alvalade-02.jpg |
| 23 | 7 - Fotografia de uma rua na baixa pombalina Lisboaeta, do blog “Livres Pensantes”, s.d.
Consultado 26 de Janeiro de 2016.
http://livrespensantes.blogspot.pt/2014/06/esta-lisboa-que-eu-amo.html |
| 25 | 8 - Fotografia do Largo de São Domingos, Lisboa, Jaap Vork, s.d.
Consultado 26 de Janeiro de 2016.
http://www.jaapvork.com/portfolio/squares |

	Pág.
<p>9 - Fotografia de Liverpool após bombardeamento, Ministry of Information Photo Division, 1957</p> <p>Consultado 13 de Janeiro de 2016</p> <p>https://en.wikipedia.org/wiki/The_Blitz#/media/File:Liverpool_Blitz_D_5984.jpg</p>	27
<p>10 - Fotografia aérea de uma área industrial.</p> <p>In: Portas, Nuno, et. al. "Políticas Urbanas". 4ª ed. Lisboa: FCG, 2003. p. 80</p>	30
<p>11 - Fotografia aérea de um subúrbio habitacional.</p> <p>In: Portas, Nuno, et. al. "Políticas Urbanas". 4ª ed. Lisboa: FCG, 2003. p. 81</p>	32
<p>12 - Desenho da proposta para Área Central do Cacém, RISCO, 2001.</p> <p>Consultado 9 de Fevereiro de 2016.</p> <p>http://www.risco.org/pt/02_04_cacem.jsp#</p>	34
<p>13 - Desenhos de análise do lugar e definição dos princípios gerais do Plano, Siza Vieira, 1977-78.</p> <p>In: Coelho, Rodrigo. "Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea." FAUP, 2011.</p>	34
<p>14 - Planta da Proposta de requalificação da praça Superkilen, BIG, Superflex e Topotek 1, 2007.</p> <p>Consultado 29 de Janeiro de 2016.</p> <p>http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/23-suk_siteplan/</p>	34
<p>15 - Axonometria do projecto Passage 56, AAA, 2007.</p> <p>Consultado 9 de Fevereiro de 2016.</p> <p>http://www.publicspace.org/en/works/f250-passage-56-espace-culturel-ecologique</p>	34
<p>16 - Fotografia aérea do Cacém durante a intervenção do Programa Polis, 2001-2008.</p> <p>Consultado 9 de Fevereiro de 2016.</p> <p>http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?caso=projeto&lang=pt&id_object=575&name=Polis-Agualva-Cacem</p>	36
<p>17 - Fotografia da Área Central do Cacém antes da intervenção, Fernando Guerra / FG+SG, 2001.</p> <p>Consultado 9 de Fevereiro de 2016</p> <p>http://www.risco.org/pt/02_04_cacem.jsp#</p>	36

Pág.

- 36 18 - Fotografia da Área Central do Cacém depois da intervenção, Fernando Guerra / FG+SG, 2008.
Consultado 9 de Fevereiro de 2016.
http://www.risco.org/pt/02_04_cacem.jsp#
- 36 19 - Fotografia do Parque Urbano Linear – Ribeira das Jardas, Fernando Guerra / FG+SG, 2008.
Consultado 9 de Fevereiro de 2016.
http://www.risco.org/pt/02_04_cacem.jsp#
- 37 20 - Planta “O espaço público na recomposição das centralidades pré-existent”,
In: Coelho, Rodrigo. “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea.” FAUP, 2011.
- 37 21 - Planta “A requalificação do espaço público existente no contexto do plano”,
In: Coelho, Rodrigo. “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea.” FAUP, 2011.
- 37 22 - Planta “A requalificação do espaço público existente no contexto do plano. Os novos elementos”,
In: Coelho, Rodrigo. “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea.” FAUP, 2011.
- 39 23 - Fotografia de rua do Bairro da Malagueira, do flickr - ekainj, 2008.
Consultado 7 de Março de 2016.
http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza/49523_49535
- 39 24 - Fotografia de parte do Bairro da Malagueira, do flickr - Il Deserto Rosso, 2012.
Consultado 7 de Março de 2016.
http://www.archdaily.com.br/br/01-49523/classicos-da-arquitetura-quinta-da-malagueira-alvaro-siza/49523_49543
- 39 25 - Planta “O bairro da Malagueira no contexto urbano de Évora”
In: Coelho, Rodrigo. “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea.” FAUP, 2011.
- 40 26 - Planta da Proposta de requalificação da praça Superkilen, BIG, Superflex e Topotek 1, 2007.
Consultado 29 de Janeiro de 2016.
http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/23-suk_siteplan

	Pág.
27 - Fotografia parcial da nova praça Superkilen, Iwan Baan, 2007. Consultado 29 de Janeiro de 2016 http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/01-suk_image-by-iwan-baan	41
28 - Fotografia de detalhe da praça Superkilen, Iwan Baan, 2007. Consultado 29 de Janeiro de 2016 http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/06-suk_image-by-iwan-baan/	41
29 - Fotografia parcial da nova praça Superkilen, Iwan Baan, 2007. Consultado 29 de Janeiro de 2016 http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/03-suk_image-by-iwan-baan/	41
30 - Fotografia dos novos usos da praça Superkilen, Hanns Joosten, 2007. Consultado 29 de Janeiro de 2016 http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/17-joosten/	41
31 - Fotografia de equipamento na praça Superkilen, Torben Eskerod, 2007. Consultado 29 de Janeiro de 2016 http://www.landezine.com/index.php/2013/02/urban-revitalization-superkilen-by-topotek1-big-superflex/10-suk_image-by-torben-eskerod	41
32 - Fotografia da frente de rua de Passage 56, AAA, 2009. Consultado 9 de Fevereiro de 2016 http://www.publicspace.org/en/works/f250-passage-56-espace-culturel-ecologique	43
33 - Fotografia panorâmica de Passage 56, AAA, 2008. Consultado 9 de Fevereiro de 2016 http://www.publicspace.org/en/works/f250-passage-56-espace-culturel-ecologique	43
34 - Esquema sobre cartografia CAD de 2007, identificação da Rua da Madalena enquanto elemento agregador da diversidade, Elaborado pelo autor, 2016.	46
35 - Esquema sobre cartografia CAD de 2007, Integração da R. das Portas de Sto. Antão, R. de S. José, R. de Sta. Marta e R. de S. Sebastião, na cidade de Lisboa. Elaborado pelo autor, 2016.	48

Pág.

- 51 36 - Esquema sobre cartografia CAD de 2007, identificação do edifícios de uso colectivo ao longo do eixo histórico Baixa – Parque Eduardo VII, em Lisboa, Elaborado pelo autor, 2016.
- 52 37 - Esquema sobre cartografia CAD de 2007, Planta tipo Nolli da estação ferroviária do Rossio e do Teatro D. Maria, Elaborado pelo autor, 2016.
- 54 38 – Planta de Lisboa com indicação da área de análise, cartografia CAD de 2007. Elaborado pelo autor, 2016.
- 55 39 – Planta da área de análise com identificação da área de intervenção, cartografia CAD de 2007. Elaborado pelo autor, 2016.
- 57 40 - Fotografia do Palácio da Mitra, Estúdio Mário Novais, s. d. (anterior a 1943). Consultado 8 de Junho de 2016.
<http://lisboahojeontem.blogspot.pt/>
- 58 41 – Esquema adaptado da “Carta das Linhas de Fortificação de Lisboa - 1835” Elaborado pelo autor, 2016.
- 60 42 - Fotografia dos Armazéns Abel Pereira da Fonseca, Estúdio Horácio Novais, 1930-40
Consultado 8 de Junho de 2016.
<http://lisboahojeontem.blogspot.pt/>
- 61 43 – Esquema adaptado da “Planta de Lisboa - 1911”, Silva Pinto. Elaborado pelo autor, 2016.
- 62 44 - Fotografia aérea do Beato (Fábrica A Nacional), João Martins, 1950.
In: Calado, Maria, et. al. *Lisboa Vista Do Céu*. Lisboa: Argumentum, 2013.
- 62 45 - Fotografia aérea da Doca de Poço de Bispo, 1969/1970.
In: Calado, Maria, et. al. *Lisboa Vista Do Céu*. Lisboa: Argumentum, 2013.
- 63 46 - Fotografia aérea do Bairro Chinês em Marvila, 1992
Consultado 27 de Maio de 2016.
<http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/search?q=bairro+chin%C3%AAs+marvila>

	Pág.
47 – Síntese do Plano de Urbanização de Chelas - usos do solo, GTH, 1965. In: G.T.H. <i>Plano de Urbanização de Chelas</i> . Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1965.	64
48 - Fotografia aérea com indicação da área ocupada pela Sociedade Nacional de Sabões, 1970 Consultado 8 de Junho de 2016. http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/11/sociedade-nacional-de-saboes.html	66
49 - Fotografia aérea de Poço de Bispo, Filipe Jorge, 2013. In: Calado, Maria, et. al. <i>Lisboa Vista Do Céu</i> . Lisboa: Argumentum, 2013.	67
50 - Fotografia aérea do Bairro do Armador, Filipe Jorge, 2013. In: Calado, Maria, et. al. <i>Lisboa Vista Do Céu</i> . Lisboa: Argumentum, 2013.	67
51 – Montagem fotografias aéreas do Bing Maps, 2012. Elaborado pelo autor, 2016.	68
52 – Planta com identificação dos elementos urbanos marcantes no desenvolvimento de Marvila. Elaborado pelo autor, 2016.	69
53 - Planta síntese adaptada do Plano Director Municipal de Lisboa. Elaborado pelo autor, 2016.	71
54 – Esquema com indicação da transversalidade implícita na estratégia do Plano Director Municipal de Lisboa. Elaborado pelo autor, 2016.	72
55 - Planta de implantação do PPQMAA. In: Divisão de Coordenação de Instrumentos de Planeamento. <i>Plano de Pormenor Da Quinta Marquês de Abrantes E Alfinetes - Relatório</i> . Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011.	74
56 - Planta de qualificação do solo do PUVL. In: Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana. <i>Monitorização Plano de Urbanização Do Vale de Chelas</i> . Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2014.	76
57 - Planta de Localização do PUZRO. In: Departamento de Planeamento Urbano. <i>Documento Estratégico de Monitorização Da Zona Ribeirinha Oriental</i> . Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.	78

Pág.

80	58 - Esquema comparativo das áreas dos planos analisados. Elaborado pelo autor, 2016.
82	59 - Planta com identificação das infraestruturas de mobilidade e áreas POLU. Elaborado pelo autor, 2016.
85	60 - Planta com identificação dos equipamentos, espaços públicos estruturantes e usos industriais. Elaborado pelo autor, 2016
87	61 - Planta com identificação das “Unidades Territoriais”. Elaborado pelo autor, 2016.
88	62 – “Unidade Territorial” Rua de Marvila. Elaborado pelo autor, 2016.
89	63 – “Unidade Territorial” Poço de Bispo. Elaborado pelo autor, 2016.
90	64 – “Unidade Territorial” Xabregas/ Beato. Elaborado pelo autor, 2016.
91	65 – “Unidade Territorial” Bairro Madre de Deus. Elaborado pelo autor, 2016.
92	66 – “Unidade Territorial” Chelas. Elaborado pelo autor, 2016.
94	67 - Esquema da estratégia proposta – infra-estrutura ferroviária. Elaborado pelo autor, 2016.
95	68 - Esquema da estratégia proposta – eixo pedonal principal. Elaborado pelo autor, 2016.
97	69 - Esquema da estratégia proposta – eixo rodoviário principal. Elaborado pelo autor, 2016.
99	70 - Esquema da estratégia proposta – usos e ligações principais. Elaborado pelo autor, 2016.
100	71 – Esquema: Hierarquia de Espaço Público. Elaborado pelo autor, 2016.
101	72 – Esquema: Alinhamentos Estruturantes. Elaborado pelo autor, 2016.

	Pág.
73 - Corte longitudinal pelo eixo pedonal principal. Elaborado pelo autor, 2016.	102
74 – Esquema: Eixo pedonal principal e novas ligações. Elaborado pelo autor, 2016.	103
75 – Planta esquemática das ligações propostas a partir da Alameda do Beato Elaborado pelo autor, 2016.	104
76 – Perspectiva do elevador proposto na Alameda do Beato Elaborado pelo autor, 2016.	104
77 – Esquemas em planta e corte da proposta de prolongamento da Azinhaga dos Alfinetes até à Rua do beato. Elaborado pelo autor, 2016.	105
78 - Perfil tipo de arruamento pedonal principal. Elaborado pelo autor, 2016.	107
79 - Perfil tipo de arruamento principal. Elaborado pelo autor, 2016.	107
80 - Perfil tipo de arruamento secundário A. Elaborado pelo autor, 2016.	107
81 - Perfil tipo de arruamento secundário B. Elaborado pelo autor, 2016.	107
82 – Esquema com indicação dos principais espaços verdes, existentes e propostos. Elaborado pelo autor, 2016.	109
83 - Extracto da planta geral do Projecto Urbano. Elaborado pelo autor, 2016.	110
84 – Esquema: Cheios-vazios da área de intervenção. Elaborado pelo autor, 2016.	111
85 – Planta tipo Nolli – Pisos térreos públicos, colectivos e privados. Elaborado pelo autor, 2016	112
86 - Fotografia da Fachada principal da igreja do Convento do Beato. DGPC, s.d. Consultado 14 de outubro de 2016 http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72952	113

Pág.

- 113 87 - Fotografia do antigo edifício de escritórios d" A Nacional", Beato, 2016.
Fotografia do autor.
- 114 88 – Corte esquemático com indicação da passagem proposta pelo interior do conjunto do Beato.
Elaborado pelo autor, 2016.
- 115 89 - Imagem da brochura Convento do Beato Residências, RISCO, 2007.
Consultado 24 de Maio de 2016
<http://www.rockbuilding.com/pt/projectos/convento-beato-residencias>
- 115 90 - Fotografia da Quinta das Veigas, Marvila, 2016.
Fotografia do autor.
- 116 91 - Fachada principal da Escola Secundária Afonso Domingues, João Pimentel Ferreira, 2011
Consultado 14 de outubro de 2016
https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_Secund%C3%A1ria_Afonso_Domingues#/media/File:Escola_Secund%C3%A1ria_Afonso_Domingues.jpg
- 117 92 - Fotografia do mirante da antiga Quinta do Marquês de Marialva, Marvila, 2016.
Fotografia do autor.
- 118 93 – Esquema: Tipologia de agregação dos fogos e áreas.
Elaborado pelo autor, 2016.
- 119 94 – Planta esquemática do piso térreo tipo dos edifícios residenciais propostos.
Elaborado pelo autor, 2016.
- 120 95 – Corte esquemático de edifício residencial tipo.
Elaborado pelo autor, 2016.
- 121 96 – Esquema explicativo da área desenvolvida e do modo de representação utilizado.
Elaborado pelo autor, 2016.
- 123 97 – Corte esquemático dos edifícios B15 e C6.
Elaborado pelo autor, 2016.
- 125 98 – Esquema: identificação dos edifícios referência.
Elaborado pelo autor, 2016.

	Pág.
99 – Extracto da Planta 1/500 do SEC com indicação dos pavimentos. Elaborado pelo autor, 2016.	127
100 – Estudo de alçado para os edifícios referência junto à estação de Marvila Elaborado pelo autor, 2016.	128

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

BIP-ZIP – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

GTH – Gabinete Técnico de Habitação

LAV – Linha de Alta Velocidade

PDML – Plano Director Municipal de Lisboa

PER – Programa Especial de Realojamento

PIMP – Programa de Intervenção a Médio Prazo

POLU – Polaridade Urbana

PPQMAA – Plano de Pormenor Quinta Marquês de Abrantes e Alfinetes

PRODAC – Associação Produtividade e Auto-construção

PUC – Plano de Urbanização de Chelas

PUVV – Plano de Urbanização do Vale de Chelas

PUZRO – Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental

RJGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SEC – Sistema de Espaços Colectivos

SNS – Sociedade Nacional de Sabões

TTT – Terceira Travessia do Tejo

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

1. INTRODUÇÃO

No âmbito do Projecto Final de Mestrado, pretende-se estudar uma área actualmente desestruturada e heterogénea da cidade de Lisboa e desenvolver um Projecto Urbano assente num Sistema de Espaços Colectivos (SEC)¹ que seja o suporte de uma regeneração do território em causa. Entende-se que a legibilidade² e a continuidade³ são atributos necessários à urbanidade⁴, devendo, portanto, constituir uma mais-valia nas intervenções e no projecto de espaço público. Surge, actualmente, a necessidade de *reurbanizar*⁵ áreas que não foram planeadas, em articulação com os centros antigos, formando um *sistema de centralidades*⁶. Segundo Portas et. al. esta estratégia pode implementar-se pelo projecto de espaço público, criando uma estrutura contínua que articula as heterogeneidades, suporta e estimula a diversidade, e potencia a regeneração urbana. Os objectivos a que o trabalho se dedica prendem-se com o espaço público e o espaço colectivo, na sua relação com a diversidade urbana e na forma como podem servir de suporte a uma operação de regeneração urbana.

Verifica-se, na evolução das cidades, que o espaço público tem uma maior durabilidade e resiliência do que o espaço edificado. As malhas urbanas mantêm-se apesar da renovação constante do edificado. Este pressuposto coloca o desafio de assumir o espaço colectivo como prioridade projectual, em vez de o considerar apenas como espaço de comunicação ou “sobrante”. Surge assim, na área de estudo, a oportunidade de intervir na cidade pensando primeiro no público e depois no privado, evitando acções desintegradas, fechadas ou limitativas. A área seleccionada para a aplicação prática deste trabalho reflecte precisamente este tipo de espaços, resultantes de acções desajustadas. O SEC surge como uma estratégia de intervenção adequada a territórios fragmentados e descontínuos porque suporta e regula o crescimento urbano. O objectivo deste sistema é valorizar o colectivo e, a partir desse valor

¹ Portas, Domingues, and Cabral, *Políticas Urbanas*, 103–105. 2003

² Lynch, *A Imagem Da Cidade*. cit. por Serpa, “Entre Habitação E Cidade.”, 2015

³ Bohigas, “Acceptance Speech of the Riba’s Gold Medal, 1999 - Discurs D’acceptació de La Gold Medal Del RIBA, 1999’.” cit. por Ibid.

⁴ Serpa, “Entre Habitação E Cidade,” 400. 2015

⁵ Portas et. al. admitem que a renovação ou produção do espaço público e do espaço colectivo devem servir como instrumento prioritário para a reestruturação e *reurbanização* das áreas que não foram planeadas.

⁶ Portas, Domingues, and Cabral, *Políticas Urbanas*, 103–105.

criado, induzir uma regeneração dos tecidos edificados existentes e conduzir um eventual desenvolvimento urbano privado⁷.

Este trabalho pretende, então, explorar o SEC como suporte de um processo de regeneração urbana mais alargado funcionando como elemento unificador das heterogeneidades urbanas existentes – sociais, funcionais e formais. Entende-se o SEC como uma estrutura de espaços públicos, integrada e integradora dos tecidos existentes, que inclui, não somente o espaço público urbano, mas também edifícios de uso público, sejam eles privados ou não.

O SEC não é, portanto, entendido como um mero conjunto de espaços públicos interligados, mas sim uma estrutura que inclui espaços públicos e equipamentos colectivos de uso público que funcionam em conjunto e em contínuo. A leitura urbana à luz da planta de Nolli⁸ indica-nos precisamente a hipótese de que a estrutura de espaço público urbano adquire um limite muito mais complexo que o simples “contorno” da implantação dos conjuntos edificados. Esta distinção é importante na medida em que neste projecto se prevê a definição e concepção de um conjunto urbano que inclua espaços de uso colectivo sirvam a zona e sejam parte integrante deste sistema.

Pretende-se compreender, abraçar e potenciar a *diversidade urbana* enquanto característica muito presente no território de Marvila. A escolha desta área para a aplicação prática dos conceitos teóricos prende-se com inúmeros factores, apresentados adiante, que passam pelas características morfológicas de conjuntos distintos que se encontram desligados e fragmentados, pelo contraste, descontinuidade e indefinição do espaço público nos diversos bairros, e também pela oportunidade que surge actualmente no contexto do planeamento urbano municipal. Através de um projecto de espaços públicos e do alargamento da oferta de equipamentos de uso público, entende-se poder proporcionar uma melhor qualidade de vida urbana. Esta mudança poderá atrair pessoas e novas actividades que contribuam para a consolidação da diversidade urbana na área em causa.

⁷ Ibid.

⁸ Gianbattista Nolli publica em 1748 a “*Pianta Grande di Roma*”, na qual introduz uma inovação notável, ao representar como extensão do espaço público o interior dos edifícios de uso público, como espaços cívicos, igrejas, etc. Ilustra uma perspectiva mais complexa do espaço urbano e, no fundo, mais aproximada da vivência que cada indivíduo faz da Cidade.

ESTRUTURA DO TRABALHO - O trabalho que aqui se apresenta é constituído por 5 capítulos. O primeiro capítulo, de carácter introdutório, lança os pressupostos e hipóteses iniciais, dá um enquadramento sobre o tema a aprofundar e descreve a metodologia utilizada.

No segundo capítulo – Do espaço público à diversidade urbana - são abordados os principais conceitos relativos ao tema central do trabalho. Tem como objectivo compreender de forma sucinta e operativa o que se entende por, Sistemas de Espaços Colectivos, espaços públicos, diversidade urbana e regeneração urbana. Para melhor compreensão destes conceitos, são aqui apresentadas obras e autores de referência a nível nacional e internacional.

O terceiro capítulo deste trabalho tem como objectivo apresentar uma aplicação prática dos conceitos e princípios estudados anteriormente, seja através de projectos urbanos, ou de deduções feitas a partir de uma observação / leitura analítica da cidade. Pretende-se compreender o papel do espaço público na Cidade, seja ele projectado de raiz ou não.

O quarto capítulo divide-se em dois subcapítulos e dedica-se à componente projectual deste trabalho final de mestrado. No primeiro, é apresentado o local de projecto, através de uma análise à realidade de Marvila. Esta compreensão do território onde se pretende intervir passa por uma investigação sobre a história do local e a respectiva evolução urbana, nomeadamente através de uma análise aos actos do planeamento urbano desenvolvido neste sector da cidade, de modo a melhor compreender a situação existente e as formas de intervenção – passada, actual e futura. No subcapítulo seguinte é abordada a proposta de intervenção, que inclui a estratégia definida para responder aos desafios encontrados, seguida pela sua aplicação prática ao nível do projecto urbano, e sequencialmente pelo desenho e definição do SEC. Aqui, desenvolve-se a memória descritiva do projecto, mas também a apresentação da base teórica que o justifica.

Por fim, no quinto e último capítulo, são feitas as considerações finais, tentando responder e validar de forma sucinta os pressupostos iniciais lançados na introdução, sendo o principal a qualidade do SEC enquanto elemento estruturador.

METODOLOGIA - Para a realização do Projecto Final de Mestrado adoptou-se uma metodologia de exploração projectual assente em duas componentes. Uma de investigação teórica, reflexiva e de análise, e outra de carácter prático, onde se desenvolve um projecto, nas suas diversas escalas, entendendo-o como um exemplo aplicado da abordagem teórica desenvolvida.

Através da investigação teórica foi feita a revisão dos principais autores e das grandes questões relativas ao entendimento do espaço público, Sistemas de Espaços Colectivos, diversidade urbana e regeneração urbana. A partir da leitura de diversas obras de referência, construiu-se uma base teórica que resume o debate actual sobre os temas acima referidos. Dado o carácter eminentemente prático da Arquitectura e do Urbanismo, esta primeira componente metodológica de investigação conta também com a apresentação de projectos de referência nacionais e internacionais, com o intuito de melhor compreender as formas de intervenção que são utilizadas nestes campos disciplinares. De seguida, incluiu-se ainda a observação de alguns *fragmentos urbanos*⁹ da cidade de Lisboa que apresentam uma forma urbana que reflecte os temas em análise, com o intuito de, a partir dos exemplos da cidade existente, inferir conclusões relativas ao desenho dos espaços públicos / espaços colectivos.

A segunda componente metodológica, de carácter analítico está relacionada com o local seleccionado para o projecto e inclui todo o processo de análise ao planeamento urbano, história e caracterização do território de Marvila. Pretendeu-se ganhar uma visão aprofundada da realidade de Marvila através da análise aos planos, executados ou em execução, à história, e às características funcionais, sociais e urbanas actuais. Nesta fase do trabalho incluem-se pesquisas, análise de documentos legais (legislação, planos, etc.) e de cartografia histórica e actual, visitas ao local, observação do território e respectivas vivências.

O desenvolvimento do Projecto Final de Mestrado tem início na definição de uma estratégia de intervenção apoiada na análise anteriormente efectuada de modo a colmatar as questões do planeamento urbano, existente (ou

⁹ Sandoval, "El Fragmento Urbano Residencial En La Construcción De La Metrópoli Barcelonesa," 293.

inexistente), para a área em estudo. Após uma abordagem estratégica adopta-se como metodologia projectual o desenho da estrutura de espaço público como geradora do modelo urbano. Ou seja, desenha-se a integração do SEC e a sua articulação com os tecidos existentes, depois complementada pelo desenho dos espaços edificados de carácter colectivo. Pretende-se desta forma atingir um modelo urbano que seja claro e que proporcione uma fácil leitura do espaço público e do espaço colectivo enquanto estrutura contínua, algo que não se verifica em Marvila.

2. DO ESPAÇO PÚBLICO À DIVERSIDADE URBANA

2.1 – Espaço Público

O conceito de espaço público está associado à noção de positivo / negativo, o que pode corresponder à dicotomia “público” / “privado”. Etimologicamente a ideia de *privado* advém do latim, *privare*, que se entende como “privar alguém de algo”, e por isso, tem um sentido negativo, que se opõe ao de *público*, associado neste caso, ao conceito de *bem comum*¹⁰. Para Coelho “a noção de espaço público pressupõe (...) sempre a existência de um espaço (suporte) e de um público (vida colectiva)”¹¹. A vida colectiva aqui referida tem um papel importante, na medida em que o espaço público é o lugar por excelência, onde um conjunto alargado de cidadãos tem um sentimento de identificação e pertença levando assim a uma apropriação do próprio espaço.

Dimensão Social

A visão do espaço privado, enquanto oposta negativamente face ao domínio público, vem da Grécia antiga, onde, nas ruas, praças e espaços colectivos, o homem exercia a cidadania e portanto tornava efectiva a sua liberdade¹². Segundo Hannah Arendt, neste período, é na cidade que o espaço público se afirma como o espaço do bem comum, da harmonia e da liberdade, enquanto o espaço privado encerra o “domínio das necessidades vitais da família e do indivíduo”¹³. Por conter uma diferença no modo como cada indivíduo percepcionava o espaço consoante a sua condição de escravo ou cidadão, a *ágora* constitui o primeiro tipo “completo e complexo” de espaço público. A variação na percepção que se tem de um determinado espaço ainda hoje se mantém - certamente o significado que a acrópole tem actualmente difere do que tinha em 450 a.C.¹⁴

Numa visão simples e ideal, o espaço público é o conjunto de ruas e praças, de acesso livre a todos, e onde os indivíduos se podem expressar e manifestar, como comunidade, política e socialmente. Pode entender-se também como a

¹⁰ Albert Hirschman cit. por Coelho, “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea,” 21. 2011

¹¹ Ibid., 17.

¹² Ibid., 21.

¹³ Hannah Arendt cit. por Ibid.

¹⁴ Ibid., 17.

expressão de um poder dominante que é suficientemente forte para determinar a configuração dos próprios espaços da cidade. No entanto, o mesmo poder que configura os espaços públicos, permite a expressão política individual e colectiva. É no espaço público que a democracia se dá, isto é, a relação entre os cidadãos e o poder político¹⁵. A possibilidade de um indivíduo se expressar publicamente leva-nos ao conceito de *sociabilidade*. É também neste âmbito que o espaço público gera ou não valor de urbanidade para a Cidade.

1. Londres. Speakers Corner (1933). Espaço público destinado à expressão social de cariz político, religioso, filosófico, etc. É no entanto, em si, uma contradição à ideia de que o espaço público é o palco da democracia, na medida em que este é um espaço confinado, com limites, onde, dentro dos quais, e não fora, é possível essa expressão social.



A ideia de que o domínio público assegura o valor e o bem comum surge no Renascimento, e com maior predominância no período Iluminista, no qual, o modo como se pensam hoje os valores de público e privado se encontra já presente. No século XVIII, Immanuel Kant estende o termo *espaço público* para o campo da teoria, nomeadamente das ciências sociais e do pensamento político. É portanto nesta época que o conceito passa a referir-se a uma “região da vida social”, e que naturalmente inclui cada indivíduo e a suas relações – familiares, amigos, conhecidos e estranhos. A noção de *espaço público* necessita então, *à priori*, de uma diversidade de pessoas relativamente ampla¹⁶. A relação entre desconhecidos constitui, assim, uma mudança na noção de espaço público. Os rituais de representação do poder são progressivamente substituídos pela expressão de uma sociedade mais

¹⁵ Borja and Muxi, *El Espacio Público: Ciudad Y Ciudadania*. 2003

¹⁶ Sennett, *O Declínio Do Homem Público: As Tiránias Da Intimidade*, 27. 2015

democrática. Justifica-se assim o aparecimento de parques urbanos e a adaptação de ruas e praças para um carácter de maior permanência, bem como os salões e clubes, enquanto centro de socialização e debate¹⁷.

No final do século XIX assiste-se a uma *despolitização* e a uma perda do significado tradicional do espaço público, que passa a ser entendido como um campo mais complexo, heterogéneo e subjectivo. A partir do século XX o espaço público abrange um certo tipo de relações contraditórias porque, apesar de se manter como o lugar da expressão democrática e política das cidades, este é também o espaço que resulta da experiência de “*estar entre pessoas decididas a permanecer estranhas entre si*”¹⁸. Além disto, numa escala mais ampla, as cidades permitem e potenciam diversos estilos de vida, sendo portanto produtoras da diferença que interage no espaço público. Ora, esta diferença que se dá, e que se relaciona, torna-se uma rotina na qual a proximidade física co-existe com a distância social¹⁹.

Assiste-se a esta dinâmica paradoxal em parte porque, se, por um lado, a cidade é cultivadora da diferença, por outro, o espaço público passou a ser o local da indiferença e onde os indivíduos não querem expressar as suas posições ou opiniões, guardando isso para a esfera privada. Como afirma Manuel Delgado²⁰, actualmente o espaço público é o lugar da desatenção mútua onde as relações se dão de forma efémera, altamente codificada e baseadas na representação e simulação. Sobre este tema, Marc Augé apresenta uma distinção entre o espaço público e o espaço “do” público. A primeira definição representa o espaço do debate público, e pode assumir diversas formas. A última definição corresponde precisamente ao espaço onde a informação corre mas os indivíduos não interagem. O espaço do público sim, necessita de um suporte físico, que o autor denomina de *não-lugares* (aeroportos, grandes supermercados, etc.)²¹

¹⁷ Coelho, “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea,” 23. 2011

¹⁸ Sennett, *O Declínio Do Homem Público: As Tiraniás Da Intimidade*, 34. 2015

¹⁹ Innerarity, *El Nuevo Espacio Público*, 103. 2006

²⁰ Delgado, *El Animal Público*, 12. 1999

²¹ Augé, *Não-Lugares: Introdução a Uma Antropologia Da Sobremodernidade*. 2006

Olhando para este conceito pela vertente urbanística, pode dizer-se que o espaço público, sendo o conjunto de espaços onde qualquer pessoa pode circular livremente a qualquer momento e expressar-se, tem um papel fundamental na forma de fazer cidade²². De modo a enfatizar o seu papel estruturante, afirma-se que o espaço público é a Cidade²³. Um conjunto urbano edificado sem espaço público não será portanto considerado cidade porque não tem na sua estrutura um espaço para a vida social e colectiva. Segundo Borja²⁴, o espaço público não consiste apenas no espaço vazio entre edifícios e ruas por razões jurídicas. Por ser um espaço multifuncional, físico, é simbólico, político e, por isso, serve de palco à sociedade. O autor defende ainda que, através da história do espaço público poder-se-á contar a história da Cidade. Para Bruno Zevi²⁵, o espaço público está intimamente ligado à arquitectura porque é esta que confina e molda os vazios, através dos edifícios, para que posteriormente esses vazios se “preencham” de vida.

No seguimento desta ideia de espaço público moldado pelo privado, no período iluminista, o conceito de *público* está relacionado com o de *espaço*, enquanto que o de *privado* está ligado à *arquitectura*. O primeiro (espaço público), por vezes, assume uma dimensão monumental de luxo e de dignidade, confinado pelo segundo (edifícios particulares) a servir de pano de fundo. Este elemento integrante dos espaços públicos urbanos não se regia por regras arquitectónicas, mas sim pelos *regulamentos de polícia*²⁶, cujo objectivo era apenas o de manter as cidades com um aspecto ordenado²⁷.

Desde o século XIX, data em que o urbanismo surge enquanto disciplina pelo pensamento e intervenção de Cerdà que se tem pensado a Cidade e o espaço público de formas distintas. O plano de crescimento que o mesmo elaborou para a cidade de Barcelona (1860), por exemplo, desenha o espaço público com um objectivo concreto que é a circulação e a aplicação das regras e

²² Ascher and Domingues, *Metapolis: Acerca Do Futuro Da Cidade*, 175. 1998

²³ Indovina, “O Espaço Público: Tópicos Sobre a Sua Mudança,” 119. 2002

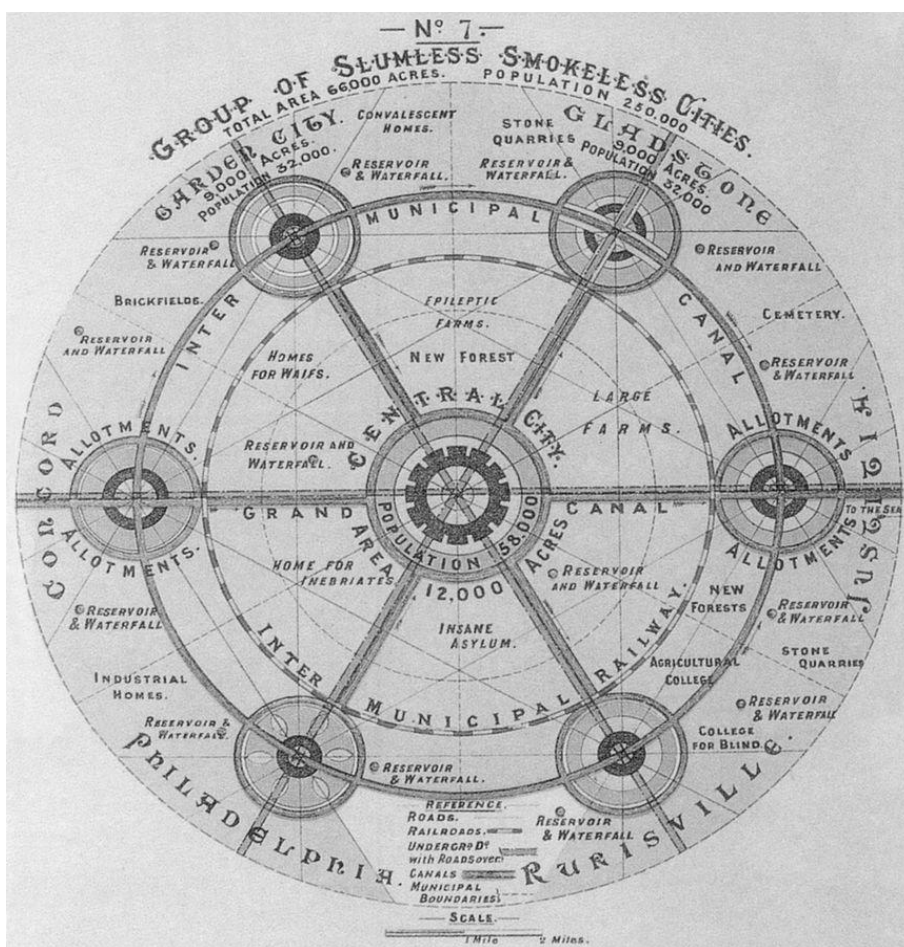
²⁴ Borja and Muxi, *El Espacio Público: Ciudad Y Ciudadania*. 2003

²⁵ Zevi, *Saber Ver a Arquitectura*, 25. 1996

²⁶ A origem da palavra *Polícia* remete precisamente para a noção de *polis*

²⁷ Coelho, “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea,” 21, 22. 2011

princípios higienistas, comuns em grande parte das intervenções desta época. Assiste-se pouco tempo depois a uma abordagem diferente, no modelo da cidade jardim (1898) de Howard, que propõe a localização dos espaços comuns – parques, jardins, praças – no centro da cidade²⁸.



2. Garden City Concept, de Ebenezer Howard (1902)
Neste modelo pode observar-se a organização radiocêntrica da cidade em torno do parque público. Era este o elemento motor que gerava a organização espacial da cidade e a sua relação com as cidades vizinhas.

Com o surgimento do movimento moderno, abandona-se o desenho do espaço público enquanto estruturador da cidade. Segundo Castro, “a forma urbana não era gerada a partir da produção de uma estrutura de espaço público, mas resultava de uma ocupação funcionalista do solo”²⁹. A materialização desta corrente urbanística e arquitectónica originou inúmeras intervenções

²⁸ Merlin and Choay, *Dictionnaire de L'urbanisme et de Aménagement*, 274. 1988

²⁹ Castro, “Espaços Públicos, Coexistência Social E Cívica,” 56. 2002

monofuncionais, com usos fragmentados e uma forma física demasiado rígida que não permite facilmente uma adaptação posterior.

Mais recentemente, a partir do final do século XX, esta forma de fazer cidade inverteu-se e o espaço público ganhou um certo protagonismo na comparação entre cidades, passando assim a ser um factor de competitividade. O espaço público ganhou então uma maior importância nos projectos urbanos, porque se entendeu o seu papel enquanto gerador de dinâmicas essenciais e elemento de coesão social e material da cidade³⁰.

Independentemente da forma como se viu o projecto de espaço público no último século, importa compreender as suas características enquanto elemento estruturador da cidade e quais os exemplos que podemos observar actualmente. Portas³¹ defende que o espaço público tem uma durabilidade superior à do espaço privado. Isto é, o espaço privado – edificações – é suportado pela malha formada pelo espaço público – conjunto de ruas, praças e outros elementos urbanos – e, apesar da constante renovação do tecido edificado, a malha urbana não se altera. É a tensão entre público e privado, entre vazio e cheio, que dá forma à Cidade³².

Quando se pensa na dicotomia espaço público / espaço privado, há uma distinção importante a fazer que se prende com a determinação jurídica e com o uso efectivo dos espaços. Toda a extensão do solo tem um proprietário, o que, no caso dos espaços e edifícios que são propriedade do Estado, se pode distinguir em dois tipos: a) os espaços do domínio público do Estado, que são inalienáveis e acessíveis a todos, e b) os espaços do domínio privado do Estado, que são passíveis de ser vendidos e podem não ser acessíveis a qualquer cidadão. A completar esta sistematização do glossário da propriedade na construção da Cidade encontra-se a propriedade privada, que é na sua génese de uso individual e restrito³³. Contudo, os espaços e edifícios privados podem assumir, consoante a função a que estão afectos, um uso colectivo, sendo esta a característica que completa o SEC – os espaços públicos e os espaços

³⁰ Ibid.

³¹ Portas, Domingues, and Cabral, *Políticas Urbanas*. 2003

³² Ibid., 103.

³³ A construção destas definições está assente no disposto no RJIGT, RJUE e Decreto Regulamentar 9/2009 de 29 de Maio.

privados de uso colectivo. Ou seja, do mesmo modo que certos espaços detidos pelo Estado não são acessíveis ao cidadão comum, existem espaços privados com um intenso uso colectivo. Exemplo disso são os centros comerciais. Castro afirma que *“a noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim a uma construção social e política que resulta da combinação de vários factores, nomeadamente dos usos aí confinados”*³⁴.

Sistema de Espaços Colectivos

Surge nesta distinção o conceito de espaço colectivo, em parte, devido à crescente privatização do espaço público, através de parcerias público-privadas ou concessões. Ascher³⁵ afirma que a privatização da Cidade está a avançar lentamente, quer pelas intervenções que fecham o acesso livre a extensas áreas urbanas (*gate communities*), como também pelos centros comerciais ou grandes estações de transporte colectivo. De facto, estes equipamentos, cada vez maiores, criam a ilusão de espaço público porque são abertos, mas em simultâneo são controlados e condicionados. Neste debate sobre a privatização do espaço público, outros autores defendem que o caso dos centros comerciais, por exemplo, não pode ser considerado como espaço público privatizado, porque, efectivamente é espaço privado e, portanto, passando a ter um uso colectivo a aberto ao público, chega a contribuir para a cidade oferecendo algumas vivências e práticas sociais idênticas às de um espaço público³⁶.



3. Porto. Mercado do Bom Sucesso (2011). Espaço marcante e integrado na estrutura de espaços públicos da cidade. Sendo um espaço interior proporciona uma intensa vivência colectiva e comunitária.

³⁴ Castro, “Espaços Públicos, Coexistência Social E Civilidade,” 54. 2002

³⁵ Ascher and Domingues, *Metapolis: Acerca Do Futuro Da Cidade*. 1998

³⁶ Chiodelli and Moroni, “Do Malls Contribute to the Privatisation of Public Space and the Erosion of the Public Sphere? Reconsidering the Role of Shopping Centres.” 2015

Alguns autores referem-se a esta questão como a crise do espaço público, e é nesse seguimento que o espaço colectivo ganha dimensão, porque oferece a vivência colectiva que os espaços públicos nem sempre garantem. A principal diferença que o espaço colectivo apresenta é precisamente o facto de ser um espaço determinado pelas pessoas, e que é, portanto, caracterizado pelo uso que lhe dão e pela sua acessibilidade. Estes espaços são marcados por fortes vivências, intercâmbios entre pessoas e manifestações culturais³⁷. A denominação de espaço colectivo, no âmbito deste trabalho, refere-se portanto ao seu uso.

Pode considerar-se que a temática do espaço colectivo como parte integrante da estrutura das Cidades, foi pela primeira vez abordada por Giambattista Nolli³⁸ em 1748, data em que é publicada a *Pianta Grande di Roma*. Esta planta representa como parte do *domínio público*³⁹ os espaços interiores de edifícios públicos e cívicos, igrejas, etc., desenhando as plantas dos respectivos pisos térreos. Acrescenta-se, assim, à leitura do todo que é o espaço construído – o privado – que conforma o espaço vazio – o público – os espaços interiores que pertencem à estrutura de espaços acessíveis a qualquer indivíduo. Através deste tipo de representação, a forma e a interpretação que se faz do espaço público (no sentido lato) ganham uma nova dimensão e complexidade. A planta de Nolli traz uma inovação importante porque permite uma compreensão mais profunda do espaço que é *domínio colectivo*. Os espaços privados que possuem um uso colectivo são representados como extensões da rua, permitindo assim uma leitura de maior continuidade e complexidade dos limites. A planta de Nolli é um “mosaico” de espaços públicos e espaços privados que, juntos, reinterpretam os limites do domínio público. O espaço colectivo passa a fazer parte da concepção do espaço público.

³⁷ Steiner and Campos, *A Cidade, Espaço de Convivência*. 2004

³⁸ Em 1736, Giambattista Nolli dá início a uma medição rigorosa e exaustiva da cidade de Roma, publicando em 1748 a *Pianta Grande di Roma*. Esta obra de grande dimensão traz uma importante inovação ao nível da representação do espaço urbano e uma enorme precisão nas medições, de tal modo que foi utilizada como base cartográfica no planeamento municipal até meados do século XX.

³⁹ Neste contexto entende-se o *domínio público* como o conjunto de espaços acessíveis a todos, incluindo os espaços que não são propriedade do Estado mas têm um uso colectivo. Pode considerar-se a união do espaço público e do espaço colectivo.



4. Roma. Extracto da Planta de Nolli (1748). Representação dos espaços de uso público, acrescentando às ruas e praças, o interior de edifícios como igrejas, equipamentos públicos, etc. Pode dizer-se que se trata de uma primeira abordagem à ideia de espaço colectivo como algo que ultrapassa a dimensão legal do espaço público, focando-se no uso que lhe é conferido pelas pessoas.

Esta é, de resto, uma abordagem ao espaço urbano que diversos autores têm adoptado⁴⁰. Na verdade, a representação que Nolli apresenta corresponde a um modelo mais fiel da realidade construída e percebida pelas pessoas.

No âmbito deste trabalho, considera-se importante esta representação porque demonstra uma reflexão sobre o espaço público e o espaço colectivo enquanto entidades diferentes mas complementares e que, estando em relação, formam a estrutura da Cidade. O espaço colectivo torna-se um elemento fulcral nesta estrutura porque, mais do que ser o espaço da sociabilização e o espaço que, de modo geral, tem o significado e a importância que os seus habitantes querem, apresenta-se como um nível intermédio entre o público e o privado⁴¹.

⁴⁰ Collin Rowe, na obra *"Collage City"* (1978), questiona os limites que definem o espaço urbano, referindo-se aos usos como importante elemento definidor. John Habraken, na obra *"The Structure of the Ordinary"* (2000), analisa os diversos factores que desenharam a "linha" que faz a distinção entre o espaço público e o espaço privado, defendendo que, um dos principais factores de definição da mesma se prende com o uso colectivo ou individual/ privado dos espaços.

⁴¹ Habraken, *The Structure of the Ordinary*. 2000

Recentemente, na obra “Políticas Urbanas” é-nos apresentado no capítulo “Opções de estratégia”⁴² uma nova forma de intervir na cidade, apoiada no espaço colectivo como forma de interligar heterogeneidades e suportar novas misturas funcionais. Os autores constataam que, através de exemplos como a Expo '98, o Porto 2001, ou o programa POLIS, os investimentos na renovação do espaço público têm efeitos positivos para a reanimação económica, cultural, urbana, e até para a imagem da administração local. Esta realidade ajuda-nos a compreender a qualidade estruturante que o espaço público e o espaço colectivo tem, e que pode vir a ter em zonas menos consolidadas, nomeadamente nas suburbanizações – que os autores denominam *ex-úrbia*. Ora, se na cidade consolidada, a característica duradoura que o Sistema de Espaços Colectivos (SEC) tem é relativamente evidente, pela sua resiliência e suporte às sucessivas metamorfoses, em zonas não consolidadas a renovação ou produção do espaço colectivo deverá ser um instrumento prioritário para as estruturar e reurbanizar. Esta durabilidade que se verifica, por exemplo no caminho romano ou no traçado Renascentista, que permanecem ainda hoje nas cidades explica a autonomia que os SEC naturalmente têm, e coloca o desafio de os pensar antes das edificações até “*como suporte funcional da vida e da relação entre os habitantes da cidade.*”⁴³ Portas et. al. propõem que o SEC seja definido pelos instrumentos de planeamento “traçado” ou “projecto urbano”, e que tenha uma componente projectual que sirva de base referência para as futuras edificações e programação de intervenções.

O SEC pretende alterar o enfoque da principal unidade formal da cidade, que actualmente é constituída pelos perímetros fundiários, para um traçado extensivo do espaço colectivo. É proposto um sistema arterial de espaços que, sendo autónomos da edificação servida, podem estruturar *loteamentos* ou mesmo *novos bairros* onde e quando surjam. Esta forma de intervir pretende oferecer a continuidade e homogeneidade entre as várias partes da cidade ou da *ex-úrbia*, que se perdeu, ou que nunca existiu⁴⁴.

⁴² Portas, Domingues, and Cabral, *Políticas Urbanas*, 103–105. 2003

⁴³ Ibid., 103.

⁴⁴ Ibid., 104.

Portas afirma que foi o crescimento das cidades nas suas suburbanizações, sem uma continuidade e qualidade dos espaços públicos, que gerou um fechamento e um “agigantamento” das intervenções – condomínios privados, equipamentos públicos, centros comerciais, etc. No contexto actual, surge então o desafio de reforçar as ligações entre zonas heterogéneas, através da produção do SEC, de modo a criar oportunidades de sociabilidade, e, com isso, atrair investimento que já não será materializado em conjuntos fechados e desligados⁴⁵.

“The space of collective life must be not a residual space but a planned and meaningful space, designed in detail, to which the various public and private constructions must be subordinated”⁴⁶

⁴⁵ Ibid., 105.

⁴⁶ Bohigas, “Acceptance Speech of the Riba’s Gold Medal, 1999 - Discurs D’acceptació de La Gold Medal Del RIBA, 1999’.”

2.2 – Diversidade Urbana

A Cidade é constituída por um conjunto imenso de factores e variáveis que se relacionam e interagem. É certo que, pela quantidade de diferentes actores sociais e políticos, de tipos arquitectónicos e urbanísticos, se atingem relações positivas ou negativas. Interessa compreender quais são os factores que determinam efeitos positivos de urbanidade para as Cidades e quais os que provocam o fechamento, isolamento, etc. A interacção e complementaridade que as cidades, por si só podem gerar, define-se como diversidade urbana, que pode ser abordada e compreendida através de diferentes prismas; a diversidade social, a diversidade funcional e a diversidade formal. Segundo Jacobs, *“as cidades são geradoras naturais de diversidade”* e *“a própria diversidade urbana permite e estimula mais diversidade”*⁴⁷.

5. Gustav Adolf Torg, Malmo, Suécia (1997). A mistura tipológica do espaço público e a diversidade funcional proporcionam à praça uma diversidade urbana



Cullen⁴⁸ aborda a questão da diversidade afirmando que é a relação entre os edifícios que contém a *“arte do ambiente urbano”*. Segundo o autor, são necessários apenas dois edifícios para constituir uma paisagem urbana, e que esta tem a sua essência na relação entre os anteriores. Importa, por isso,

⁴⁷ Jacobs, *Morte E Vida de Grandes Cidades*, 159. 2000

⁴⁸ Cullen, *Paisagem Urbana*, 135. 1973

abandonar políticas que promovam a multiplicação de tipos únicos ou isolados, “onde o edifício é a totalidade e a finalidade do urbanismo”⁴⁹. Através de diferentes edifícios resultarão diferentes relações entre eles e, consequentemente, quanto mais tipos se inter-relacionarem, maior será a diversidade. Neste sentido, Solà-Morales⁵⁰ defende que é a Arquitectura que, enquanto disciplina abrangente, tem o poder de resolver os conflitos entre “*espaço aberto e espaço fechado, espaço público e espaço privado, planta e alçado da Cidade*”, e, por isso, possui as ferramentas para lidar com a difícil dualidade entre o espaço urbano e a forma arquitectónica.

Jacobs⁵¹ apresenta a diversidade urbana como um elemento essencial à vida cidadina, e que se apoia em quatro condições. A primeira propõe que qualquer aglomeração urbana tenha mais do que uma função. Através da mistura de usos, se esta for equilibrada e a aglomeração tiver população suficiente para suportar a infraestrutura, em qualquer altura do dia haverá movimento nas ruas. A segunda condição é a da existência de malhas pouco extensas, ou quarteirões pequenos. Dessa forma será possível “*virar a esquina*” mais vezes, aumentando a diversidade de percursos, ambientes, etc. De seguida é proposta uma combinação equilibrada de edifícios com idades e estados de conservação distintos de modo a potenciar um rendimento económico variado. Por fim, a autora faz referência à densidade, que deverá ser suficientemente alta para garantir que uma percentagem dessa população tenha o propósito de morar lá. Através de diferentes densidades habitacionais será possível, consoante o contexto, conseguir maiores ou menores graus de diversidade. A autora acredita que a vitalidade de um bairro ou cidade está totalmente dependente dos níveis de diversidade aí presentes. Uma grande concentração de pessoas deve, por isso, ser considerado um bem precioso, porque representa uma imensa vitalidade, e, acima de tudo uma grande riqueza de diferenças⁵². Estas diferenças, aliadas à espontaneidade e ao imprevisto, são apontadas de forma

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Solà-Morales i Rubió, “La Urbanitat de L’arquitectura: Conferència Inaugural Del Curs 2009 2010.” 2010

⁵¹ Jacobs, *Morte E Vida de Grandes Cidades*, 165. 2000

⁵² Ibid., 244.

positiva também por Bohigas⁵³ que aponta as “tensões e acasos” como importantes factores de urbanidade.

A espontaneidade e o imprevisto, são importantes modeladores da Cidade, que também pode ser observada como “*um objecto em permanente evolução e cuja produção é o resultado de um processo de tensão entre interesses, vontades e fatalidades*”⁵⁴. Por essa razão dificilmente se consegue alcançar a pureza dos modelos, e, apesar da sua concretização estar apoiada em formas simples, repetíveis e articuladas entre si, concretizam-se e evoluem sempre de modos diferentes. O autor⁵⁵ avança ainda que “*para um mesmo elemento urbano ou sistema compositivo foram desenvolvidos conceitos e modelos tão distintos quanto os espaços a produzir, formulados por diferentes autores e agentes, daí resultando uma variedade de pontos de partida para cada um*”.

A concretização imprevisível dos modelos ou planos urbanos é apontada por Tostões⁵⁶ quando identifica a diversidade social e tipológica como compromissos que contribuíram para o sucesso do bairro de Alvalade, afirmando ainda que esta foi a primeira vez que, em Portugal, um bairro de promoção pública constituiu um plano integrado para a cidade e, cujas premissas passavam pela mistura tipológica e a inclusão das diversas “*categorias sociais*”. Na época em causa, essa não era a tendência, havendo em geral, dada a *divisão técnica do trabalho* e o zonamento funcional, uma separação dos espaços consoante as actividades desenvolvidas. Surgiram com frequência grandes áreas, por exemplo, habitacionais ou industriais que, actualmente se verificam ser demasiado rígidas para se adaptarem às novas necessidades⁵⁷.

⁵³ Bohigas, “Acceptance Speech of the Riba’s Gold Medal, 1999 - Discurs D’acceptació de La Gold Medal Del RIBA, 1999’.” 2001

⁵⁴ Dias Coelho, “O Tecido,” 20. 2013

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Tostões, “O Bairro de Alvalade No Quadro Do Desenvolvimento Urbano de Lisboa,” 64–71. 2001

⁵⁷ Ascher, *Novos Princípios Do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, 155–157. 2010



6. Plano de urbanização do bairro de Alvalade (1945). A diversidade tipológica e projectual permitiu que, actualmente o bairro ainda apresente os princípios fundadores, apesar das alterações que foram acontecendo durante a sua concretização.

Actualmente debate-se uma estratégia, que visa potenciar a produtividade e a diversidade urbana, que tem como modelo a fase de passagem da cidade industrial à pós-industrial, onde a lógica da produção em contexto urbano foi substituída pelo consumo⁵⁸. Brandão et. al. afirmam que esta mudança de paradigma levou a uma instabilidade e a um contexto de incerteza no que ao planeamento e ao desenho urbano diz respeito. Os autores concluem que a *“diversidade urbana é um factor estratégico para manter várias possibilidades em aberto nos momentos indefinidos da transição”*⁵⁹, e que, manter a diversidade urbana nos contextos de indeterminação pode ajudar a conferir uma maior adaptabilidade às transformações futuras.

Neste sentido, Ascher⁶⁰ indica que começa a surgir um pequeno *nicho* que é o comércio de proximidade, que pretende retomar ou reconstituir um *ambiente*

⁵⁸ Brandão and Brandão, “Por Uma Cidade Produtiva: A Diversidade Urbana Na Transição Pós-Industrial.” 2013

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ascher, *Novos Princípios Do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, 155-157. 2010

urbano baseado na personalização e na diversidade das actividades. Porém, o desafio não será o de “voltar atrás” propondo uma “*proximidade imediata*”, porque a lógica de produção urbana e de divisão do trabalho dificilmente retrocederá, mas sim de reorganizar as aglomerações oferecendo uma mistura de usos equilibrada enquanto conjunto.

Torna-se importante compreender o reaparecimento do comércio de proximidade porque este pode ter um papel fundamental na “*animação da vida urbana e na qualificação e segurança dos espaços públicos*”⁶¹. Verifica-se o aparecimento de micro centralidades assentes na associação entre comércio e serviços, geralmente localizadas nos cruzamentos importantes ou nas paragens de transporte colectivo. Estas pequenas aglomerações de actividades tendem a situar-se junto dos fluxos para que possam funcionar como equipamentos onde se pára quando de passa. Contudo, o autor⁶² afirma que é preciso reconhecer que este tipo de comércio não tem capacidade para competir com os centros comerciais porque funciona segundo lógicas de distribuição completamente diferentes, não devendo, por isso, ser adoptadas medidas que uniformizem sistematicamente os espaços destinados ao comércio de proximidade⁶³.

7. Lisboa (2015) Geralmente o comércio tradicional é de proximidade, ou seja, os clientes habituais residem no mesmo bairro, ou passam regularmente na zona. Funciona como importante “animador” ou “segurança” urbano.



⁶¹ Ibid., 120.

⁶² Ibid., 120–123.

⁶³ Ibid., 121. “É preciso evitar reservar sistematicamente para este comércio de proximidade o rés-do-chão dos imóveis que dificilmente serão preenchidos em permanência.”

A diversidade urbana assenta, na vertente social, na interacção entre os indivíduos, daí que o comércio de proximidade seja uma estratégia comum para a atingir. Choay⁶⁴ relaciona estes conceitos com o de *urbanidade* afirmando que “*ce qui fait la ville, c’est l’idée d’interaction sociale*”.

A diversidade social apresenta-se como um factor que caracteriza o espaço urbano. Actualmente é um dos campos de investigação das ciências sociais, sendo que, a vertente que interessa aqui compreender prende-se com a inter-relação entre diferentes grupos sociais num mesmo espaço - diferenças sócio-económicas, culturais, étnicas, etc. Alguns autores⁶⁵ referem este fenómeno como elemento potenciador e necessário à urbanidade. No entanto, como se observa, em muitos casos as intervenções na cidade, geralmente as de promoção privada, tendem para o fechamento e isolamento dos diferentes grupos.

Ascher⁶⁶ identifica este fenómeno afirmando que a segregação social é uma tendência natural das cidades e que é *compreensível*. Antigamente esta separação dava-se dentro dos próprios imóveis, onde as famílias mais abastadas ocupavam os primeiros pisos. Mais tarde, com a introdução dos elevadores, passaram a habitar os pisos superiores, e, recentemente, com o desenvolvimento dos transportes, a segregação social mudou para a escala dos bairros. O autor defende que esta tendência deve ser combatida de modo a garantir o “direito à Cidade”, afirmando que se deve tentar tanto quanto possível que “*categorias sociais diferentes se encontrem, se conheçam e confrontem as suas expectativas, os seus valores, e as suas representações do mundo*”⁶⁷.

Portas⁶⁸ ressalva que os ideais pós-modernistas⁶⁹ apontam precisamente nesse sentido; potenciar a diversidade, quer dos estilos de vida, como também

⁶⁴ Merlin and Choay, *Dictionnaire de L’urbanisme et de Aménagement*, 695. 1988

⁶⁵ Oliveira and Silva, “Morpho : Investigação Morfológica E Prática de Planeamento.” 2013

⁶⁶ Ascher, *Novos Princípios Do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, 157-158. 2010

⁶⁷ *Ibid.*, 159.

⁶⁸ Portas, Domingues, and Cabral, *Políticas Urbanas*, 103-105. 2003

⁶⁹ Os autores op. cit. defendem que durante o período experimentalista do modernismo a maioria das intervenções incidia sobretudo na vertente arquitectónica fazendo um corte com os elementos *significantes* da cidade pré-existente, criando *ilhas* – sociais, formais, etc.

o direito à diferença. O autor afirma que é através de *sociabilidades cruzadas ou transversais* que os novos elementos de ligação da *cidade fracturada* devem ser qualificados e ganhar simbolismo. Na mesma linha de pensamento, Brandão⁷⁰ defende que nas estratégias de requalificação o espaço público deverá ter como premissas de fundação a criação de identidade, urbanidade e interactividade, porque, na verdade é no espaço público que os diferentes grupos sociais se relacionam e afirmam a sua identidade. Segundo Anderson⁷¹, a diversidade social assenta em três princípios base. O primeiro defende que cada indivíduo é único, tal como cada grupo social ou sociedade também o é. O segundo princípio é o da inter-relação e inter-dependência entre os indivíduos e as sociedades em que estão inseridos. Por fim, a autora afirma que as sociedades são dinâmicas, estando, por isso, sempre em evolução. Estas mudanças estão ligadas ao poder ou ao *status*⁷² que os determinados grupos sociais ocupam, podendo ser evoluções repentinas ou graduais.

8. Largo de S. Domingos, Lisboa. Num único espaço urbano, diferentes etnias e grupos sociais interagem.

Entre estabelecimentos turísticos, alguns “vestígios” de comércio tradicional, equipamentos ou espaços simbólicos, compõe-se um local fortemente marcado pela diversidade



⁷⁰ Brandão, *O Sentido Da Cidade*, 75. 2011

⁷¹ Anderson, *Development and Social Diversity*. 1996

⁷² Para a autora op. cit. o *status* evidencia-se na relação entre as culturas dominantes e os grupos sociais oprimidos.

2.3 – Regeneração Urbana

A regeneração urbana é um conceito que surge nos anos 50 do século XX após a 2ª guerra mundial numa altura de grandes alterações físicas e sociais das cidades. Os grandes centros urbanos da Europa foram fortemente devastados e a sua reconstrução deu origem a este conceito que só chega a Portugal nos anos 80, em parte devido às alterações socio-políticas que se viveram após 1974, mas também por causa da grande crise internacional originada pela crise petrolífera em 1973⁷³. Como veremos adiante, este acontecimento teve um forte impacto também no período da *pós-industrialização*⁷⁴.

Em biologia, entende-se a regeneração como o processo de recuperação de um sistema para o seu estado inicial ou o renascimento de um tecido morto ou danificado⁷⁵. A regeneração urbana consiste então na aplicação deste conceito geral às áreas urbanas - o surgimento de actividade económica onde esta se perdeu, a inclusão social onde há exclusão, a retoma do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida urbana onde a mesma desapareceu ou nunca existiu, etc⁷⁶.

Os processos de regeneração urbana acontecem desde os primeiros assentamentos humanos, devido a catástrofes naturais, invasões inimigas, ou, mais recentemente devido aos diferentes modos de pensar e fazer cidade. No Renascimento, por exemplo, observam-se intervenções nos núcleos medievais de inúmeras cidades europeias, a destruição das antigas muralhas, mais recentemente, a construção de parques, etc. Todos estes “ajustes” que as cidades sofrem constantemente para se adaptar às novas realidades são processos de regeneração urbana⁷⁷. No princípio do século XX surgiram vários movimentos que propunham diferentes abordagens às questões do desenvolvimento urbano, como o modelo da Cidade Jardim, o movimento *City Beautiful*, entre outros que, tentando teorizar estes problemas acabaram por não introduzir uma mudança tão significativa quanto desejavam. Sobre tudo

⁷³ Carvalho, “Aproveitar as Oportunidades Da Regeneração Urbana,” 2–3. 2008

⁷⁴ Moreira, “Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos.” 2007

⁷⁵ Li, “Urban Regeneration Through Public Space: A Case Study in Squares in Dalian, China,” 5. 2003

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid., 15–16.

quando se põe em perspectiva o pós 2ª Guerra Mundial, em que diversas cidades europeias se viram devastadas e com uma enorme urgência em reconstruir de forma rápida e eficaz⁷⁸.

9. Liverpool. Parte da cidade totalmente destruída num bombardeamento durante a 2ª Guerra Mundial (1957). Enormes extensões urbanas simplesmente desapareceram, provocando acções de regeneração urbana em toda a Europa.



Nos anos 1970, quando se dá início à fase pós-industrial,⁷⁹ surge a necessidade de adaptar grandes estruturas que se tornaram obsoletas, pela mudança dos paradigmas de organização da economia. O conceito de *flexibilidade* ganha uma enorme importância, tanto na arquitectura (novos edifícios multifuncionais), como nos processos de regeneração urbana (adaptação das antigas estruturas industriais integradas na cidade)⁸⁰.

Peter Roberts⁸¹ explica os processos de regeneração urbana a partir do desenvolvimento urbano das cidades britânicas, dividindo o conceito em cinco fases distintas. A primeira, nos anos 1950, em que estes processos se caracterizaram maioritariamente pela reconstrução e extensão das áreas antigas destruídas, bem como *masterplans* para o crescimento suburbano. Na década seguinte, que seguiu a mesma linha de acção o autor observa a introdução da reabilitação urbana enquanto parte deste processo mais alargado que é a regeneração urbana. A partir dos anos 1970, como referido anteriormente, surgem as primeiras acções de renovação urbana, que, no entanto, se centram principalmente em áreas periféricas. A década que sucede é marcada por projectos de desenvolvimento de grande escala e por um

⁷⁸ Latham and Swenarton, *Brindleyplace: A Model for Urban Regeneration*. 1999

⁷⁹ A grande crise económica de 1973, desencadeada pela crise petrolífera pôs em causa a economia mundial, que estava a abandonar a produção industrial enquanto principal motor económico. Por um lado, a maior fonte de riqueza passou a estar no sector terciário, mas por outro a redução do emprego idustrial não baixou os níveis de produção, obrigando as empresas a reorganizarem-se.

⁸⁰ Moreira, "Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos." 2007

⁸¹ Roberts and Sykes, *Urban Regeneration: A Handbook*, 14-19. 2000

crescente investimento privado nestas operações. O autor acima referido defende que só a partir da década de 1990 surgem acções de regeneração urbana, que consistem, numa primeira abordagem, a políticas mais integradas e adaptadas aos locais e na criação de parcerias e de estratégias de desenvolvimento sustentável. Salienta-se ainda a participação comunitária e o equilíbrio entre investimento público e investimento voluntário privado como partes essenciais das operações de regeneração urbana.

O termo *regeneração urbana* surge muitas vezes associado ao de *requalificação urbana*, e observa-se que, em Portugal e na Europa, usaram-se até ao fim do séc. XX ambos os termos, para descrever processos aparentemente idênticos. Actualmente, a estes processos associam-se outros mais específicos e restritos que constituem as diferentes abordagens e formas de aplicar as políticas de regeneração urbana. Requalificação, reabilitação, reanimação ou revitalização, recuperação e renovação são os termos principais, e que, embora sejam por vezes confundidos e utilizados para explicar a mesma coisa, têm significados diversos.

Por reabilitação urbana entendem-se os processos de transformação de um determinado espaço urbano mantendo o carácter arquitectónico original. Segundo Salgueiro⁸², além de se tratar de um processo integrado sobre uma área a salvar, este deve envolver *“o restauro e conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais, aumentar a sua capacidade de atracção, quer para os habitantes, quer para o exercício de actividades económicas e sociais compatíveis com a residência”*.

A reanimação ou revitalização urbana⁸³ consiste na articulação de intervenções pontuais de recuperação de edifícios em áreas degradadas com outras intervenções mais gerais e com as políticas de reabilitação urbana, de forma a potenciar o crescimento económico e, com isso, melhorar a qualidade de vida

⁸² Salgueiro, *A Cidade Em Portugal*, 390. 1992

⁸³ Estes conceitos têm definições equivalentes segundo o *“Glossário de Termos”*.

urbana⁸⁴. Segundo Moreira⁸⁵ a reanimação ou revitalização urbana possuem uma “*conotação de cariz mais económico do que social ou urbanístico*”.

O termo recuperação urbana geralmente refere-se ao edificado e à respectiva intervenção, mantendo o carácter arquitectónico original, que por vezes se perdeu. É um processo comum em edifícios ou conjuntos urbanos que foram alvo de intervenções desintegradas ou sem qualidade e que, através da recuperação urbana voltam ao seu carácter original. A recuperação urbana não deve, contudo, ser confundida com um restauro, que tem na sua génese não só a recuperação do carácter arquitectónico, como a utilização das técnicas e dos materiais originais⁸⁶.

Por fim, importa referir a renovação urbana. Este é um processo que se observou maioritariamente nos períodos de transição das cidades entre o industrial e o pós-industrial, em que diversas áreas urbanas foram reajustadas e perderam o seu carácter original. Esta mudança deve ser destacada da reabilitação urbana, que salvaguarda o valor arquitectónico dos edifícios ou conjuntos. Por seu lado, as operações de renovação urbana têm lugar em áreas urbanas degradadas, dispersas, sem valor arquitectónico nem condições de habitabilidade, e visam a reconstrução ou substituição das mesmas segundo os padrões actuais. Salgueiro⁸⁷ afirma que as acções de renovação podem substituir os edifícios, nos casos em que estes não sejam adaptáveis, e até alterar a malha ou as infraestruturas que a suportam, de modo a integrar as áreas em questão.

⁸⁴ Carvalho and Valença, *Glossário de Termos*, 153. 1998

⁸⁵ Moreira, “Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos.” 2007

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Salgueiro, *A Cidade Em Portugal*, 390. 1992



10. Zonas industriais que deixaram de ser funcionais deverão ser, agora, palco de acções de renovação urbana de forma a garantir a sua integração urbana, e o equilíbrio ecológico do sistema.

O conjunto de processos acima descritos fazem parte de um conceito mais alargado que é a regeneração urbana. Moreira⁸⁸ enuncia alguns dos principais aspectos inerentes às políticas da requalificação urbana e que fazem parte dos objectivos principais das mesmas: aspectos económicos, aspectos sociais, condições ambientais e aspectos físicos e de imagem.

Quando se fala de regeneração urbana surge como tema principal o desenvolvimento da actividade económica do tecido urbano. Qualquer actividade, desde o sector primário ao terciário, necessita de um espaço para produzir. Cada actividade apresenta diferentes exigências consoante os factores de produção, desde os custos de transporte, ao nível tecnológico de determinadas áreas, passando ainda pela proximidade ao consumidor ou à mão-de-obra. Ascher⁸⁹ descreve estes fenómenos intitulando-os de “*logística urbana*” e descreve a forma como a cidade e os seus canais de comunicação também são local de produção e de trabalho.

O aspecto social da requalificação urbana tem como objectivo o corte de um certo preconceito a que algumas áreas urbanas estão sujeitas, e que levam a um ciclo de pobreza e exclusão. Estes ciclos surgem com frequência em grupos sociais que não acompanharam a evolução económica, por diversas razões, e qualquer intervenção que auxilie a ascensão económica das famílias e a sua

⁸⁸ Moreira, “Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos.” 2007

⁸⁹ Ascher, *Novos Princípios Do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, 122-123. 2010

mobilidade social, permite o corte deste ciclo. Os processos de *gentrification*⁹⁰, por exemplo, podem ser um princípio da solução destes problemas, mas, segundo alguns autores⁹¹ não serão suficientes, porque quando as políticas urbanas estão assentes nesta lógica, passam essencialmente por uma revalorização patrimonial dos centros urbanos e não das populações em si.

Como parte integrante da regeneração urbana surgem as condições ambientais, que, com a elevação dos padrões de educação da população, passaram a ocupar um lugar importante nas políticas urbanas. Este aspecto está ligado à percepção que a população tem da própria cidade e dos seus espaços, e consequentemente, dos comportamentos que tem. Hipoteticamente, se uma determinada área está degradada, as pessoas que usufruem dela terão um comportamento menos cuidado e de menor responsabilização, e o inverso também. Importa por isso, nas intervenções de requalificação, cuidar destes aspectos, de modo a melhorar a forma como as pessoas habitam os espaços públicos e a aumentar a respectiva sensação de segurança⁹².

Por fim, importa referir que os aspectos físicos e de imagem constituem um campo relevante da regeneração urbana. São considerados aspectos físicos as questões ligadas à morfologia urbana e, a percepção que as pessoas têm da cidade está ligada à sua imagem. Lynch⁹³ apresenta os cinco principais elementos da cidade; as vias, os limites, os bairros, os nós e os pontos de referência, que, em conjunto formam a imagem da cidade. Quanto melhor for a relação e interacção entre eles, mais fácil será a leitura do espaço urbano, e portanto, haverá qualidade ambiental e sensação de segurança.

⁹⁰ Conceito apresentado pela primeira vez, em 1964, na obra "*London Aspects of Change*" de Ruth Glass, para descrever as grandes alterações sociais que estavam a ocorrer em certos bairros operários de Londres. A classe média-alta foi ocupando e recuperando edifícios Victorianos, que tinham sido entretanto ocupados pela classe operária, aumentando significativamente o valor imobiliário dos bairros, criando um movimento de expulsão da população original.

⁹¹ Oliveira and Padilha, "A Diversidade Como Elemento de Desenvolvimento / Atração Nas Políticas Locais Urbanas." 2012

⁹² Moreira, "Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos." 2007

⁹³ Lynch, *A Imagem Da Cidade*. 1999



11. Cidade difusa, não planeada. Este tipo de ocupação, mesmo não sendo sustentável tem atraído uma porção significativa da população urbana, tornando-se urgente a estruturação destes territórios

Portas⁹⁴ alerta para a situação actual em que a maioria dos debates sobre modelos e formas de intervir se enquadra nos centros da cidade mais ou menos consolidada, e não tanto na dita cidade difusa. O autor defende que as duas “cidades” se complementam, fazem parte do mesmo sistema e, acima de tudo, são “*a nova realidade urbana*”. Por um lado, é compreensível o maior investimento nos centros urbanos porque, em parte são mais facilmente legitimados pela opinião pública, no entanto esta opção torna-se paradoxal dado que as periferias têm ganho uma enorme importância pela fixação de população e actividades.

*“Tende-se a limitar o investimento (e o próprio conceito) da renovação do Espaço Público à cidade consolidada, esquecendo-se que a produção ou a renovação do espaço colectivo também é um instrumento prioritário para reestruturar e reurbanizar a ex-urbia que não o teve à partida.”*⁹⁵

⁹⁴ Portas, Domingues, and Cabral, *Políticas Urbanas*, 80–81. 2003

⁹⁵ Ibid., 103.

3. OS EXEMPLOS DA CIDADE CONSTRUÍDA

O primeiro exemplo que se afigura pertinente apresentar está inserido no programa POLIS, cujo objectivo se prende com a requalificação urbana e a valorização ambiental de cidades. Neste contexto é aprovado o Programa Polis do Cacém⁹⁶ que inclui o Plano de Pormenor para a Área Central do Cacém.⁹⁷ A área em causa foi alvo de um rápido crescimento urbano nos últimos 40 anos, de forma desregrada e pouco planeada, o que originou inúmeros problemas, quer a nível viário e de tráfego, como também ambiental num sentido lato. Estando o Cacém na área metropolitana de Lisboa (a cerca de 15km da capital), a estação de comboio e a via de acesso a Lisboa apresentam-se como pontos importantes na sua estrutura urbana. A área central do Cacém, que ocupa ambos os lados da estação de comboios, encontrava-se muito degradada e desvalorizada, urbanística e socialmente, apesar da alta densidade populacional residente e da grande vitalidade urbana que se verifica. A falta de espaço público, ou de zonas pedonais, bem como o estacionamento insuficiente são problemas que se foram agravando com a evolução do aglomerado, enquanto parte da estrutura metropolitana de Lisboa.

O projecto desenvolvido no âmbito do Polis, propôs uma reestruturação viária, conectando e articulando de forma mais eficiente os pontos-chave, a criação de espaços públicos qualificados, a reabilitação da Ribeira das Jardas e espaço envolvente criando um parque urbano linear, e a ligação entre as várias centralidades já existentes mas não qualificadas, convergindo-as num ponto geometricamente central e funcionalmente estruturante – a estação de comboio. Na nova estação ferroviária incluiu-se também um terminal rodoviário e, futuramente, um edifício multifuncional de grandes dimensões, que marcará a *nova baixa do Cacém*.

Este projecto apresenta um elevado nível de detalhe e complexidade, que se materializa num novo espaço, significativo, numa área descaracterizada. É portanto de enorme relevância o impacto que esta intervenção está a gerar. Por um lado, a apropriação destes espaços pela população residente, por outro, o surgimento de novo investimento na reabilitação. Foi adoptada uma estratégia

⁹⁶ Decreto-Lei 43/2001 de 9 de Fevereiro

⁹⁷ Resolução do Conselho de Ministros 44/2003 de 18 de Outubro

de estruturação da cidade não planeada partindo do elemento que é naturalmente o mais contínuo: o espaço público.



16. Área central do Cacém durante a intervenção do Programa Polis (2001-2008). É visível a importância da infraestrutura rodoviária e ferroviária. No entanto, a urbanização que se desenvolveu em torno das mesmas não teve uma estratégia global e integrada



17. Centro do Cacém antes da intervenção (2001). Área com poucas infraestruturas e formalmente pouco coesa. Sem estrutura viária nem estacionamento organizado.

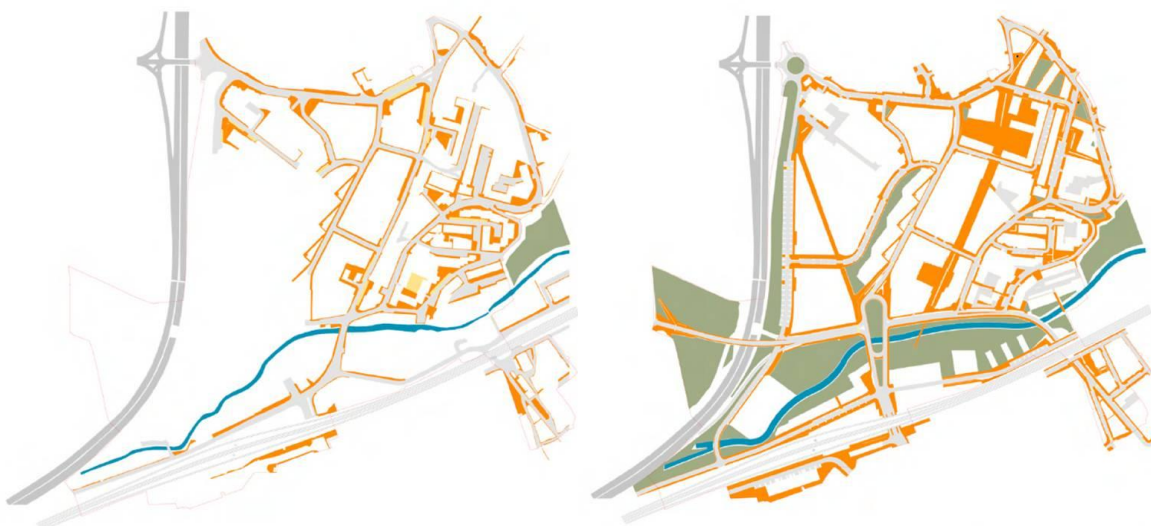
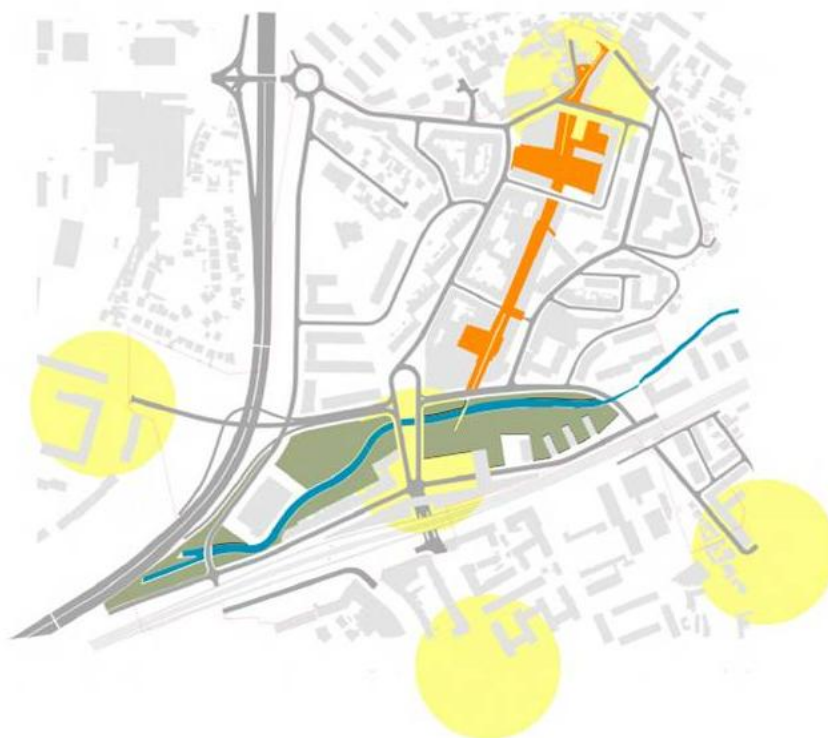


18. Centro do Cacém depois da intervenção (2008). Após a demolição de alguns edifícios foi possível reestruturar o sistema viário e oferecer espaço público qualificado.



19. Parque Urbano envolvente à Ribeira das Jaldas (2008). Novo espaço público qualificado com oferta de equipamentos urbanos, espaços de lazer e de permanência. Esta opção passou também por uma valorização ambiental e integração urbana da Ribeira.

20. Esquema de centralidades e o papel do espaço público enquanto elemento estruturante (2001). A nova centralidade proposta posiciona-se entre as quatro pré-existentes e assenta na requalificação urbana da envolvente à Ribeira das Jardas (Parque Urbano linear), na estação de comboios, terminal rodoviário, e nos vários equipamentos propostos.



21 e 22. Esquema comparativo das áreas pedonais antes e depois da intervenção (2001). Com a reorganização do sistema viário e a aposta no parque urbano linear, a área central do Cacém ganha uma nova dimensão pedonal e de espaço público. Actualmente a vitalidade que caracteriza esta área muito diversa socialmente tem a possibilidade de se desenvolver e de potenciar a reabilitação do edificado por parte dos agentes privados.

Sobre o espaço público enquanto estrutura contínua e integradora da diversidade existe, num contexto histórico e urbano diferente do caso anterior, uma referência projectual da autoria de Siza Vieira. O bairro da Malagueira (1977), situa-se em Évora e constitui uma abordagem inovadora ao tema da expansão urbana e da habitação. Independentemente das opções menos consensuais e dos problemas sociais que ainda hoje se vivem neste bairro, interessa aqui compreender o papel do espaço público enquanto estruturador de uma intervenção de grande escala, que *faz cidade* e que integra diferentes pré-existências da cidade dispersa. O plano urbano contempla 1200 fogos unifamiliares, distribuídos em diferentes tipologias, agrupados em conjuntos geminados ou em banda, proporcionando assim um edificado denso e com uma volumetria complexa. Apesar das alterações que foram sendo feitas ao plano, nomeadamente o sucessivo alargamento do perfil das vias, ou mesmo a alteração das habitações por parte dos moradores, este plano de extensão da cidade de Évora mostra-se coeso e integrado, porque adoptou como suporte indispensável o espaço público.

Em 1977, data em que se iniciam os estudos para o “Plano de Pormenor para a Zona da Malagueira” integrado no “Plano de Expansão Oeste da Cidade” de Évora, eram já visíveis heterogeneidades formais, descontinuidades entre o núcleo urbano e as áreas rurais, bem como a falta de elementos estruturadores do território. É proposta uma estrutura de espaço público que faz a ligação do novo bairro ao centro histórico, bem como a integração em dois bairros periféricos já existentes. Com esta opção desde o início, o plano estrutura-se a partir de dois elementos principais; o eixo que faz a ligação à cidade antiga e o Parque Urbano, que atravessa a área de intervenção.

Observa-se que o plano urbano está inteiramente dependente do projecto arquitetónico, e que, por isso, dificilmente poderá ser visto como um modelo, no entanto, essa mesma interdependência confere ao bairro uma coesão entre todos os elementos (rua, praça, largo, jardim, edificado).

23 e 24. Página seguinte.

Esquerda (de cima para baixo)

A volumetria e a composição do edificado acrescenta complexidade ao novo conjunto, bem como a introdução de um aqueduto estilizado que transporta a memória do aqueduto de Évora e a infraestrutura de abastecimento de água, entre outros.

25. Página seguinte. Direita

O plano urbano pretende integrar os diferentes tecidos homogéneos pré-existentes que formavam a cidade dispersa. Através de uma estrutura urbana coesa e densa, Siza Vieira propõe uma ligação ao centro antigo de Évora que é, simultaneamente um eixo estruturador do novo bairro.

“O projecto constitui uma demonstração de que, partindo de um plano e através da materialização do projecto que não separa a arquitectura do desenho urbano, a cidade se pode continuar a construir, suportando a multiplicidade e a individualidade das partes sem ter que assumir rupturas com os tecidos pré-existentes e com as características dos lugares, garantindo simultaneamente a dimensão colectiva e a unidade do conjunto.”⁹⁸



⁹⁸ Coelho, “Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea,” 294–295. 2011

A temática da *multiplicidade* e da *individualidade* quando aplicada à dimensão social da cidade pode contribuir para revitalizar áreas monofuncionais desajustadas do actual contexto urbano. Em 2007, os gabinetes projectistas BIG e Topotek 1 fizeram uma importante intervenção na cidade de Copenhaga, requalificando um espaço urbano, na altura, destinado apenas ao tráfego viário. A área em causa caracteriza-se por uma grande multiculturalidade, residindo nas suas imediações uma população com cerca de 50 nacionalidades diferentes, bem como uma grande diversidade formal. Sendo uma área heterogénea e desvalorizada, a degradação de muitos edifícios avançou rapidamente nos últimos anos, tornando-se urgente definir uma estratégia para este espaço. Foi proposta a pedonalização da maior parte do espaço, criando três praças distintas, cada uma associada a uma cor – verde, preto e encarnado – que corresponde a diferentes funções e tipologias de espaço público

O resultado desta intervenção, que oferece novos equipamentos urbanos e mobiliário para diversas actividades, revela-se positivo, não só porque a população residente ganhou um espaço de encontro e de lazer, mas também porque grande parte do edificado que forma o vazio urbano, que estava degradado, foi agora reabilitado por iniciativas privadas. A intervenção na praça Superkilen atribuiu-lhe uma imagem marcante na cidade e valorizou o património existente, revitalizando uma área economicamente fraca.

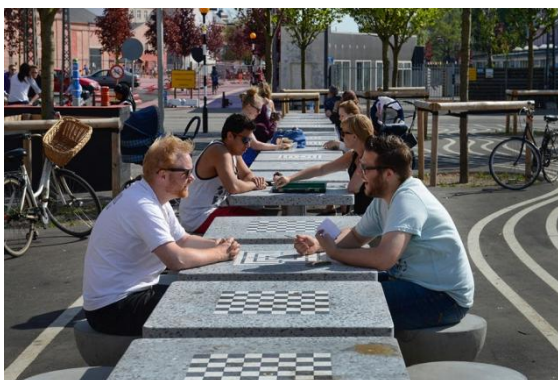
Interessa, aqui, reter a importância que a produção, ou renovação, do espaço público tem na adaptação da cidade à nova realidade, e respectivas exigências. Entende-se que, potenciando a diversidade social e a diversidade tipológica dos espaços públicos se poderá fomentar uma intervenção privada local que revitalize as áreas desvalorizadas e degradadas.



26. Proposta para a praça Superkilen em Copenhaga (2007). Através da pedonalização da maior parte da área a reabilitar foi possível oferecer novas vivências às populações residentes nas imediações. A forte aposta numa imagem marcante, concretizou-se pela introdução de três cores distintas, cada uma delas representando uma unidade formal e de usos.

27, 28, 29, 30 e 31. (De cima para baixo, da esquerda para a direita)

Diferentes aspetos da nova praça e das vivências que são propostas. As cores estão associadas a espaços de lazer e de encontro dos habitantes do bairro, mas não só. A diversidade social que aqui se encontra também potencia a diversidade de utilizações do espaço público.



Este tipo de intervenções também podem acontecer a uma escala mais aproximada e com o envolvimento da população implicada, como é o caso do projecto “*passage 56*”, em Paris, elaborado pelo “Atelier d’Architecture Autogerée” (AAA). O projecto consiste num espaço colectivo ecológico aproveitando um lote vazio que, pelas suas pequenas dimensões, não tinha condições para ser edificado. A iniciativa partiu do município de Paris, que incumbiu o AAA de conceber o programa da intervenção e o projecto de arquitectura através de um método participado de forma a incluir, em todo o processo, a população residente no bairro em causa (Saint Blaise). A população, que apresenta uma grande diversidade étnica e socio-económica, teve um papel fundamental, com especial destaque para a fase de concepção do objecto arquitectónico, e do “angariamento” de materiais reciclados para a sua construção.

O edifício é constituído por uma pequena frente de rua que se pode abrir totalmente para o interior do lote, ocupado por um jardim ecológico, permitindo assim uma leitura de continuidade do espaço público. Por cima da entrada, assente numa estrutura de madeira, encontra-se uma sala que pode ser utilizada por qualquer pessoa. O objectivo deste espaço colectivo ecológico é ser auto-sustentável, e, para isso está equipado com painéis solares, cobertura ajardinada, compostor e recolha de águas pluviais, de modo a “produzir” tudo o que necessita para funcionar.

Constitui-se assim um espaço colectivo para os moradores do bairro, que o podem utilizar e propor programas. A agenda da “*passage 56*” inclui debates, jardinagem biológica, ciclos de cinema, festas, concertos, eventos culturais, etc. Qualquer pessoa pode usufruir deste equipamento, devendo no entanto ajudar na sua gestão e organização.

Em 2010 o Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (CCCB) atribuiu a menção honrosa a este projecto no âmbito do prémio internacional de espaço público, afirmando que “*a passage 56 reforça a ideia de que o espaço público não é definido apenas pelos limites da construção física do objecto*”

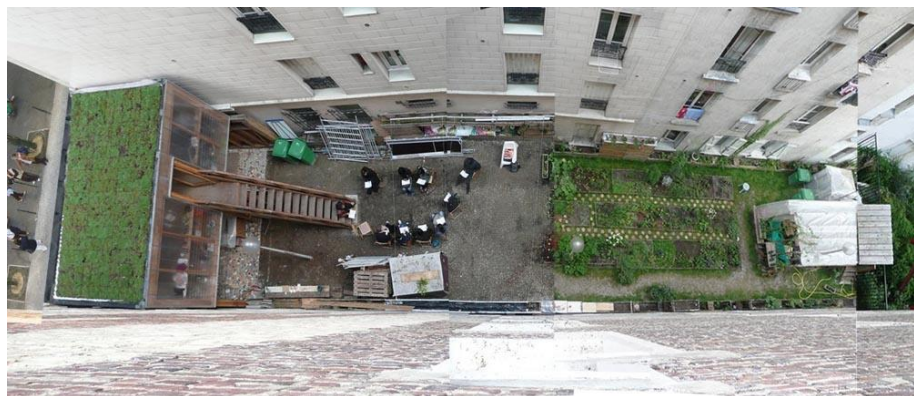
arquitectónico, mas sim pela sua continuidade, que se desenvolve como uma produção social, cultural e política.”⁹⁹

32. Vista de rua do edifício colectivo Passage 56. (2010).

A solução arquitectónica escolhida pelos residentes do bairro apresenta a possibilidade de fechar o interior do lote e a frente de rua, bem como abri-lo no piso térreo e proporcionar uma continuidade do espaço público para o interior.



33. Vista panorâmica do interior do lote da Passage 56 (2008). Este projecto oferece um espaço multifuncional com capacidade para acolher diferentes actividades que os habitantes do bairro pretendam organizar. Tem como objectivo a sua auto-sustentabilidade e a respectiva promoção.



⁹⁹ Carrera, *In Favour of Public Space: Ten Years of the European Prize for Urban Public Space*, 85. 2010 – Tradução livre do autor, do original: “The Passage 56 project reinforces the idea that public space does not culminate in the idea of the physical construction of a designed object but is continuously developed as a social, cultural and political production.”

Cada um dos projectos de referência acima apresentados, pode ser visto como a aplicação prática de uma questão ou tema considerado essencial para este trabalho. O projecto Polis do Cacém confirma o pressuposto de que o investimento na produção de espaço público na cidade não planeada é uma ferramenta útil para a sua reestruturação. Já o plano da Malagueira apresenta uma forma de *fazer cidade* assente no espaço público como estrutura contínua que interliga diferentes realidades ao mesmo tempo que serve de eixo aos novos tecidos. Na temática da renovação do espaço público, o projecto para a praça Superkilen demonstra a importância destas intervenções e de que forma podem conferir um efeito económico de revitalização positivo. Por fim, a *Passage56*, é o exemplo que se considerou mais representativo daquilo que pode ser um espaço colectivo; pela forma como densifica os limites do espaço de uso público e pelas vivências mais complexas que potencia.

3.2 – Leitura da Cidade

A segunda abordagem aos exemplos e ensinamentos que se podem retirar da cidade construída assenta numa metodologia de análise morfológica a que Sandoval¹⁰⁰ denomina por *fragmentos urbanos*. Através de uma leitura sensitiva da cidade, são apresentados aqui três casos distintos, em Lisboa, que representam uma tipologia ou solução urbana interessantes, sobre os quais se pretende compreender os aspectos formais, o que os originou, e os efeitos que produzem no tecido e nas vivências.

O primeiro exemplo aborda a questão da ligação entre tecidos urbanos distintos. Como afirma Fernandes¹⁰¹, *“a unidade morfológica da cidade é alcançada quando se estabelece a junção de partes distintas através de relações de continuidade, de estrutura e de articulação, formando um objecto indivisível.”* Estas relações de continuidade assentam em sistemas de espaços públicos que conjugam os diferentes elementos urbanos, tais como praças, largos e ruas. Ao observar a cidade de Lisboa, podemos confirmar que os conjuntos urbanos que apresentam uma unidade formal, de identidade ou de linguagem, quase sempre “utilizam” os elementos urbanos acima identificados para resolver as deformações do tecido.¹⁰²

Pode afirmar-se, então, que o espaço público é, também, o mediador de tecidos diferentes. Como exemplo ilustrativo, na figura 34 pode ver-se um fragmento urbano da área envolvente à Rua da Madalena (Lisboa), onde a própria rua, sendo um espaço “vazio”, em conjugação com o Largo Adelino Amaro da Costa e o Largo da Madalena, articula a junção entre a malha da Baixa Pombalina e da encosta do castelo. Analisando a Rua da Madalena percebe-se também, que esta, enquanto elemento integrado na malha da Baixa, possuindo um traçado ortogonal permite a conexão com a malha da encosta do Castelo de S. Jorge, que por sua vez, estando assente numa topografia acidentada, tem

¹⁰⁰ Sandoval, “El Fragmento Urbano Recidencial En La Construcción De La Metrópoli Barcelonesa,” 293. 2011

¹⁰¹ Fernandes, “O Traçado,” 38–56. In “*Cadernos de Morfologia Urbana*”, 38. 2013.

¹⁰² A *deformação* do tecido é um termo - teorizado na obra op. cit.- utilizado para descrever os fenómenos urbanos de adaptação de uma malha regular ao território quando esta é limitada ou “cortada” por razões topográficas. Segundo o autor, as deformações podem dar-se por *ruptura*, *torção* ou *convergência*.

características muito diferentes da anterior. Aliás, pelo próprio traçado de ambos os conjuntos é possível inferir a modelação do relevo que os suporta.

O esquema pretende enfatizar o papel do espaço público enquanto estruturador da cidade, mediador da heterogeneidade e promotor da diversidade e identidade dos conjuntos urbanos. Dias Coelho¹⁰³ defende que na zona central de Lisboa, ao identificar os diferentes tecidos homogêneos, observa-se que os elementos de ligação entre eles, na verdade, pelas suas formas e tipologias, não pertencem a nenhum dos tecidos que conectam. Acrescenta ainda que esses elos de ligação geralmente assumem *“uma importância hierárquica superior aos tecidos que articulam, assumindo papéis de relevo pela concentração de edificado e funções de prestígio.”*¹⁰⁴



34. Rua da Madalena, Lisboa.

Escala 1/5000

A rua é o elemento mediador dos dois diferentes tecidos. Pelas suas formas e características, esta rua não se enquadra na malha Pombalina, onde genericamente as ruas são planas e as intersecções se dão ortogonalmente, nem na malha envolvente ao Castelo de S. Jorge que corresponde a uma ocupação de encosta, e, por isso, as ruas não são ortogonais, ou rectilíneas em toda a sua extensão.

¹⁰³ Dias Coelho, “O Tecido.” In *“Cadernos de Morfologia Urbana”* 2013

¹⁰⁴ Ibid., 28.

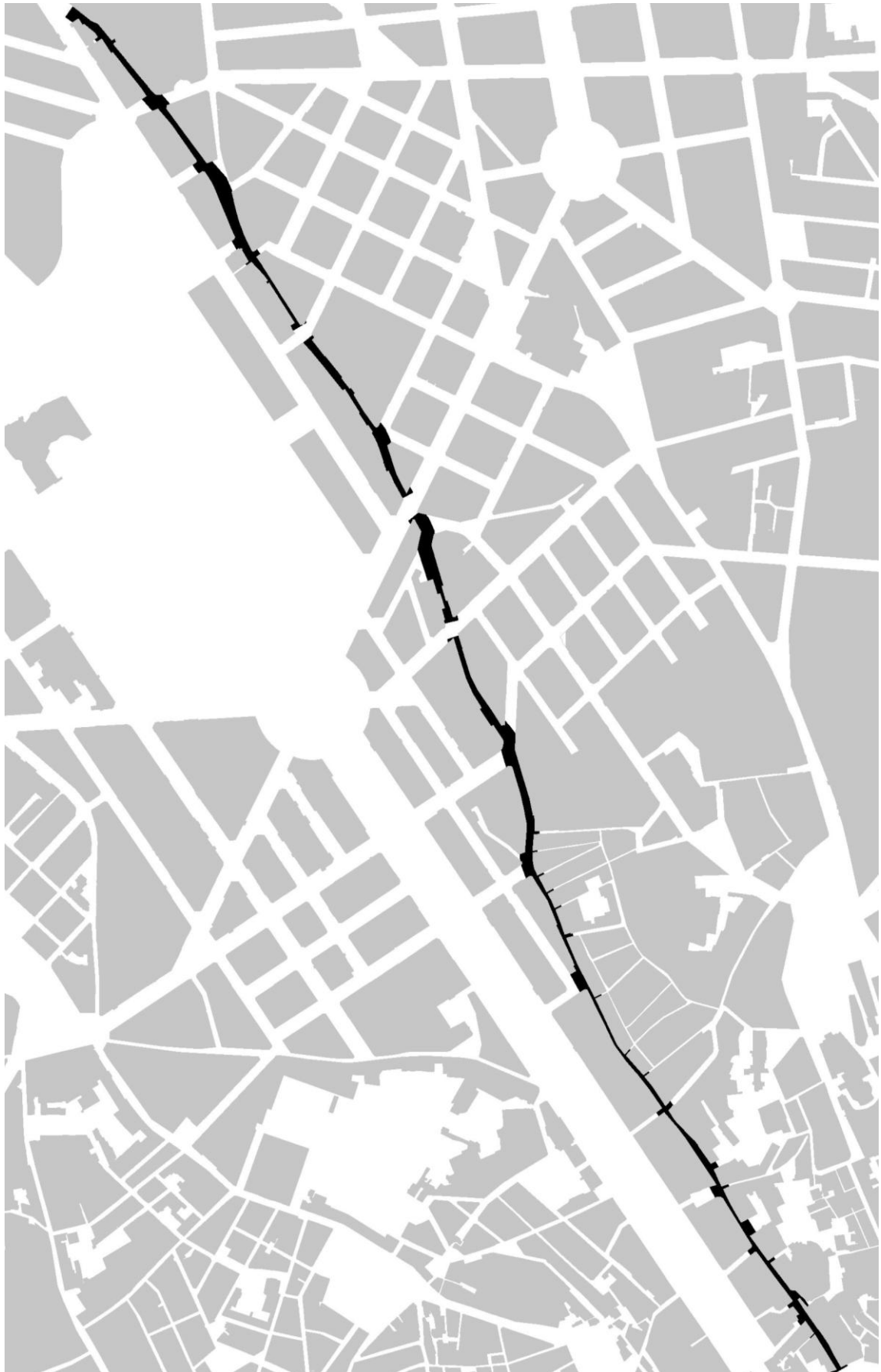
O segundo exemplo que se considera pertinente abordar ilustra a questão da durabilidade e resistência do espaço público ao tempo. A Cidade, enquanto objecto que é o fruto da sedimentação e da acção do Tempo, apresenta-se como um conjunto que “cristaliza” o passado, nos seus diferentes tempos, e o presente. O caso de Lisboa, perante uma observação atenta, possibilita a identificação de inúmeros fragmentos urbanos caracterizados pelas persistências na cidade e pela sedimentação de múltiplas acções, que não podem ser lidas apenas por “camadas”, mas sim na comparação das formas urbanas e dos elementos que as constituem ao longo do tempo. Proença¹⁰⁵ apresenta esta forma de ler a Cidade, afirmando que a aplicação de traçados ortogonais ou regulares na expansão da cidade é uma prática comum e que, no caso Lisboa, *“invariavelmente os novos traçados foram sobrepostos às realidades rurais ou proto-urbanas pré-existentes, transformando-as de modo definitivo.”*¹⁰⁶ Torna-se pertinente, então, compreender de que forma estas expansões ocorreram e se sobrepujaram às pré-existências.

O fragmento urbano que ilustra um dos casos de sobreposição de diferentes tecidos em Lisboa, abrange uma extensa área, com início no Largo de S. Domingos, no Rossio, finalizando perto da Praça de Espanha, junto aos jardins da Fundação Gulbenkian. Trata-se de um conjunto de ruas – Rua das Portas de Sto. Antão, Rua de S. José, Rua de Sta. Marta e Rua de S. Sebastião da Pedreira – cuja formação foi acontecendo ao longo do tempo, sobre a linha de vale. Esta pré-existência constituía, na sua origem, um conjunto urbano linear (era a rua de saída de Lisboa), sendo apenas, após as várias expansões da cidade, integrada no tecido consolidado.

Tanto o plano para a Avenida da Liberdade, que propõe uma renovação do Passeio Público, como o plano das Avenidas Novas concebido por Ressano Garcia, integram este conjunto de ruas nos novos traçados, marcando assim a sua importância enquanto estrutura pré-existente. A integração da rua antiga no novo traçado comprova a resistência do espaço público face à intervenção humana e à passagem do tempo.

¹⁰⁵ Proença, “A Resistência Da Forma Urbana,” 32–49. In *“Cadernos de Morfologia Urbana”* 2014

¹⁰⁶ Ibid., 40.



As sucessivas intervenções no tecido que se sobrepuseram a esta rua, poderiam ter alterado a sua configuração, no entanto, o que se verifica é que, não só a integram enquanto elemento gerador de diversidade formal, como em algumas intersecções, a nova malha utiliza pontes para se desenvolver, de modo a alterar o mínimo possível a pré-existência. Este pragmatismo projectual demonstra a importância que os sistemas de espaço público “sedimentados”¹⁰⁷ naturalmente têm. Por fim, importa salientar o efeito de duplicação que as novas malhas propõem em alguns dos seus principais eixos – Av. da Liberdade e Av. António Augusto Aguiar. De facto, estas duas novas avenidas são paralelas à rua em causa, denotando assim a importância que esta estrutura pré-existente tem, quer pelas ligações que proporciona, como também pelas actividades que contém.

Ao observar a cidade de Lisboa, através das diferentes temáticas aqui abordadas, tornou-se essencial compreender, também, o papel do espaço colectivo (ou dos Sistemas de Espaços Colectivos) no tecido urbano consolidado. Para este efeito aplicou-se de forma simplificada o método de representação que Giambattista Nolli apresenta na *Pianta Grande di Roma* em 1748, no ponto de rotação do eixo histórico Lisboaeta (Baixa – Avenida da Liberdade). O eixo em estudo articula diferentes equipamentos, que foram assinalados no esquema para facilitar a leitura de continuidade da estrutura de espaço público / espaço colectivo e a complexidade dos seus limites.

Entende-se que, em parte, a importância que este eixo estruturante de Lisboa tem na cidade, se deve à quantidade e à qualidade dos diferentes equipamentos que este conecta. O eixo histórico percorre diferentes épocas e formas de fazer cidade, apresentando uma continuidade, quer no percurso quer na relação que os equipamentos mantêm com as vias principais. Se na malha Pombalina da Baixa, a maioria dos equipamentos se localizam nas ruas secundárias e não na principal (Rua Augusta), na parte final do eixo (Avenida da Liberdade) os equipamentos implantam-se na via principal, possivelmente por causa do perfil monumental que permite uma maior diversidade de usos da rua. Em oposição, na Baixa, onde as ruas são mais estreitas, e por isso o espaço

35. Página anterior.

Integração da R. das Portas
de Sto. Antão, R. de S. José,
R. de Sta. Marta e R. de S.
Sebastião, na cidade de
Lisboa.

Escala 1/10000

¹⁰⁷ Entende-se o espaço público sedimentado como o resultado de uma marca da actividade humana que molda e constrói um determinado espaço ao longo do tempo. O conjunto de ruas em questão ilustra a importância deste tipo de ocupação no tecido da cidade em qualquer tempo.

público está mais confinado, há uma maior concentração de espaços de uso colectivo (equipamentos, ou estabelecimentos privados – comerciais, por exemplo).

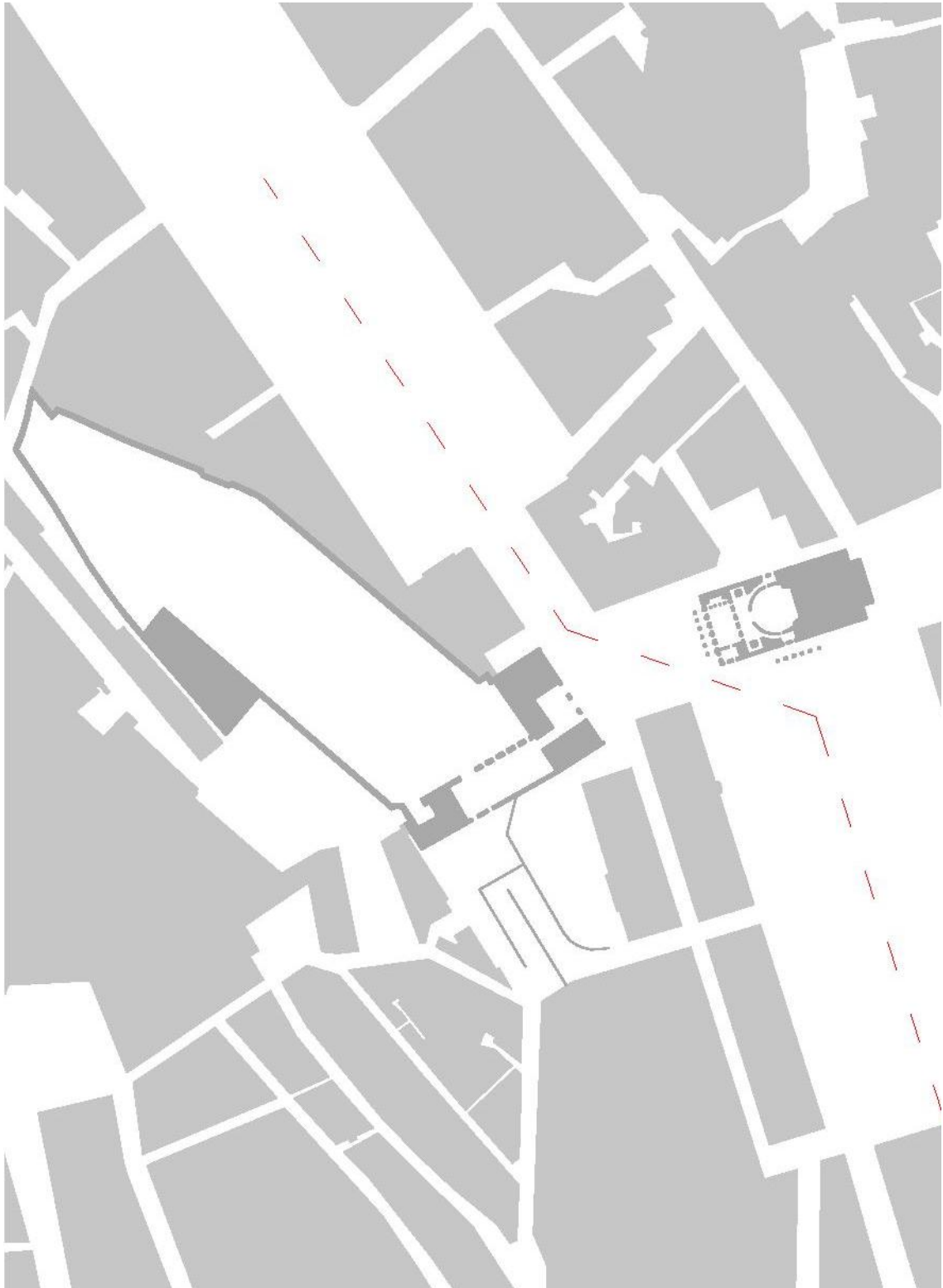
Analisando o ponto de rotação, situado entre a Praça D. Pedro IV e a Praça dos Restauradores, através de uma adaptação da representação da planta de Nolli sobre cartografia de 2007, conclui-se que os limites do espaço público tendem a ser mais ricos e complexos do que a simples observação dos volumes edificados indicam. A percepção que geralmente se tem do espaço público é definida pela implantação dos edifícios, no entanto, como se pode observar no esquema, a dimensão do espaço colectivo afigura-se tanto maior quanto complexa. Ao analisar a integração do espaço colectivo na estrutura de espaço público da cidade compreende-se que este acrescenta uma riqueza na forma, nos percursos, nas ligações, etc. Pela estação de comboios do Rossio é possível fazer a ligação entre a Praça dos Restauradores e a Rua do Carmo, acedendo assim ao Chiado de forma mais rápida quando comparada com os outros percursos possíveis. Outro aspecto relevante é a implantação e organização dos espaços acessíveis do Teatro D. Maria II. A implantação do edifício, cuja origem remonta ao século XV¹⁰⁸, sugere uma organização interior orientada no sentido da Praça D. Pedro IV, no entanto, verifica-se que os espaços comuns do Teatro estão virados para a Praça D. João da Câmara, e conseqüentemente para a Estação de comboios, quase sugerindo uma continuidade de espaços colectivos e um percurso transversal ao eixo histórico.

36. Página seguinte (esquerda). Eixo histórico lisboeta Baixa – Parque Eduardo VII, Escala 1/15000. Junto ao eixo encontram-se diversos equipamentos, com maior concentração na Baixa, e uma maior dispersão na parte superior, onde os equipamentos são de maior dimensão. Os limites do espaço colectivo ganham uma dimensão mais complexa que o simples limite das construções que formam as ruas.

37. Página seguinte (direita). Detalhe do eixo histórico. Escala 1/2500. O ponto de rotação do eixo é marcado por dois equipamentos principais que sugerem um percurso transversal. Essa alternativa resolve simultaneamente a diferença de cotas entre a Baixa e o Chiado.

¹⁰⁸ O actual Teatro D. Maria II situa-se no local do antigo Palácio dos Estaus, construído em 1449. Em 1571 passou a ser o Tribunal da Santa Inquisição, tendo ficado muito danificado no terramoto de 1755. A sua reconstrução alterou significativamente o edifício, mas manteve a sua posição em relação à Praça do Rossio (Praça D. Pedro IV). Albergou diferentes funções até à actual, que resultou de uma profunda remodelação e adaptação (após um incêndio que o destruiu por completo). O Teatro foi inaugurado em 1846.





4. A PROPOSTA

4.1 – Marvila

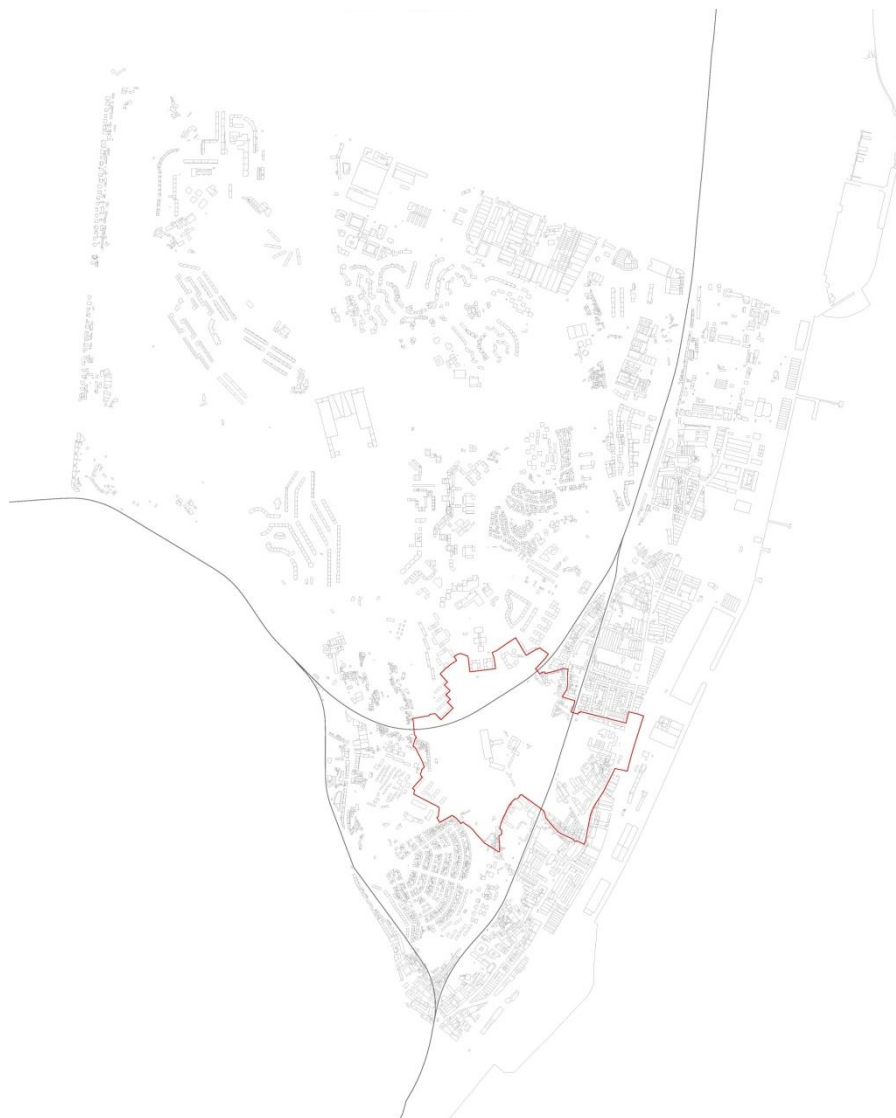


A área selecionada para a primeira aproximação à aplicação prática dos conceitos anteriormente revistos situa-se em Marvila, na zona oriental de Lisboa, e inclui a área do Plano de urbanização de Chelas, a zona entre Xabregas e Braço de Prata e os bairros entre as duas grandes unidades territoriais anteriores.

38. Identificação da área em estudo no tecido da cidade de Lisboa.

Sem escala

39. Área de análise e área de intervenção. A infraestrutura ferroviária quebra os tecidos pré-existentes e dificulta a ligação das novas urbanizações à frente ribeirinha. Co-existem, em torno da linha, tipos de ocupação muito distintos.



Num segundo momento, a uma escala mais aproximada, a área de intervenção a considerar será a envolvente às duas linhas férreas que atravessam este território (a Linha do Norte e a Linha de Cintura interna), englobando os grandes vazios urbanos que aí se mantêm expectantes. Encontram-se aqui grandes diferenças socioeconómicas, tipológicas e históricas que se agravaram nas últimas décadas com a progressiva desindustrialização do sector oriental de Lisboa e o surgimento de bairros habitacionais de promoção pública (Chelas entre outros menores).

Marvila tem uma localização de excepção na cidade, pela proximidade e acessibilidade a diversas áreas centrais, pela proximidade ao rio e pela riqueza histórica que encerra. Estas características conferem-lhe um potencial único quando associado à existência de vazios urbanos de grande dimensão. Alguns destes espaços expectantes tiveram no passado usos industriais e existe neste momento a possibilidade de intervir com uma estratégia diferente, que passa pela reconversão urbanística de áreas desindustrializadas prevista no Plano Director Municipal de Lisboa (PDML). Este território caracteriza-se também pela presença de infra-estruturas à escala da cidade / metrópole (linhas férreas, acessos rodoviários, instalações portuárias, etc.) que originaram problemas de escala local, tornando a área pouco coesa e integrada.

A situação que se vive actualmente neste território apresenta um contexto de oportunidade para intervir, quer pela falta de planeamento urbano para estes interstícios, quer pelo cancelamento de projectos de escala nacional (Terceira Travessia do Tejo e Linha de Alta Velocidade) que, de certa forma, originaram ou contribuíram para o “congelamento” da área em estudo.

Enquadramento histórico

A origem da ocupação humana em Marvila remonta a tempos pré-históricos, havendo vestígios das diversas civilizações que por ali passaram, por exemplo, do período Romano, da presença dos visigodos, dos mouros e dos moçárabes. Provavelmente a ocupação anterior à fundação nacional mais importante que ainda hoje permanece é o sítio onde se implanta o convento de Chelas. Foi por várias vezes re-edificado, acreditando-se no entanto que a sua fundação remonta ao séc. VII, o que o torna o mais antigo convento de Lisboa. A presença deste edifício, associada às funções que acolheu, na área em estudo é determinante em várias épocas¹⁰⁹.

Até à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques em 1147, a ocupação desta região terá originado muito poucas alterações na paisagem, sendo o seu principal uso a agricultura. Uma extensa área entre o actual convento do Beato e o Poço de Bispo era propriedade das mesquitas dos Mouros que, em 1149, é doada à Mitra de Lisboa. Pouco depois, D. Gilberto, então Bispo de Lisboa,

¹⁰⁹ Consiglieri, *Pelas Freguesias de Lisboa*, 101-126. 1993

divide a “Herdade de Marvila”, repartindo uma das metades em 31 porções que foram entregues aos cônegos da Sé. A paisagem de Marvila era então composta maioritariamente por vinhas e olivais, algumas hortas e muito poucas casas ou edificações. Nesta época, e até ao séc. XIV, esta região mantinha uma presença da população mourisca que, apesar da conquista portuguesa, não abandonou a região, ainda que alguns mouros tenham sido feitos escravos.

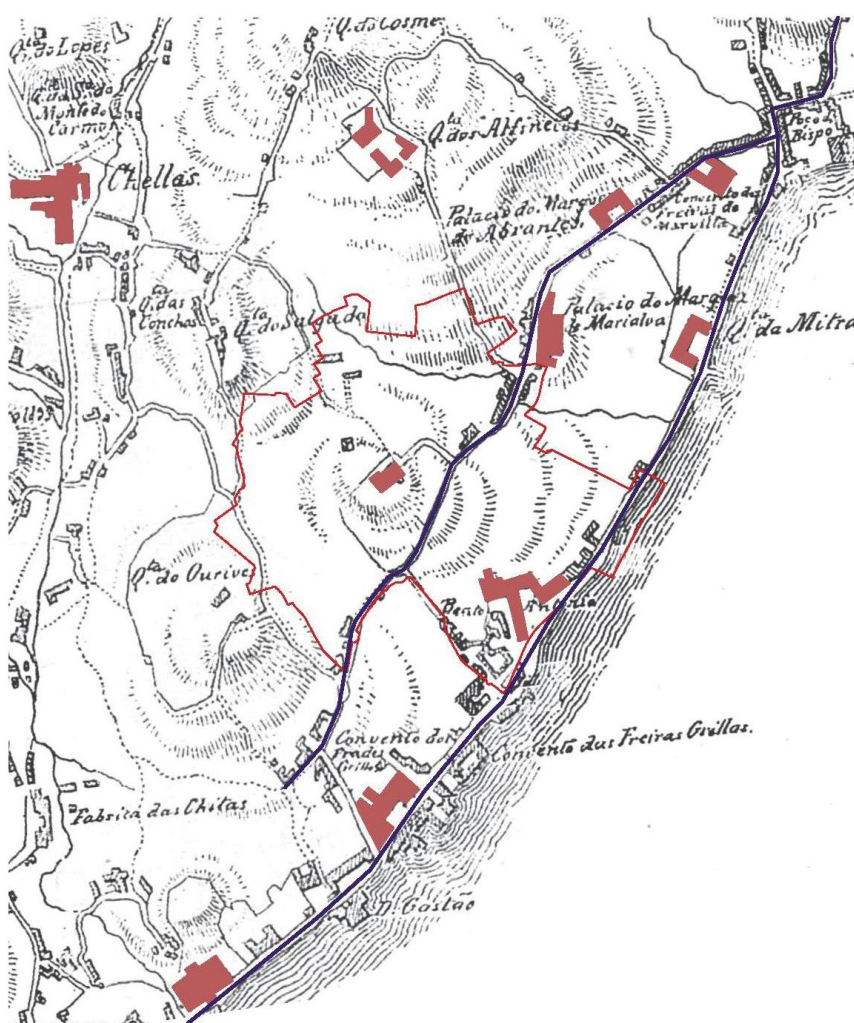
Em 1397 é criada a freguesia dos Olivais que abrange toda a área de Marvila, Beato e Xabregas. Nesta data verifica-se que a maioria das 31 porções da “Herdade de Marvila” pertencentes aos cônegos da Sé, já tinham sido vendidas a proprietários privados, sem que, no entanto, isso tenha gerado grandes transformações na paisagem. Só a partir do séc. XVI estas propriedades são transformadas em quintas de recreio e produção onde os nobres constroem palácios e se refugiam da agitação da cidade. É exemplo disso o Palácio da Mitra, a Quinta do Marquês de Abrantes, a Quinta da Matinha, entre outros. Há também um crescimento dos conventos, que surgem quase por todo o território, alguns até ocupando quintas já existentes, como é o caso do convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila.

40. Palácio da Mitra antes de 1943, data em que foi construído o aterro. Marvila possuía uma localização privilegiada quer pela proximidade a Lisboa, quer pela relação muito próxima com o Rio Tejo.



Nesta época verifica-se já a presença das azinhagas que, ainda hoje, algumas, subsistem. São caminhos de estreitas dimensões, geralmente entre muros, que faziam a ligação, bem como a separação, entre as várias propriedades. Completavam a rede, na altura muito reduzida, dos caminhos de entrada e saída de Lisboa, a Estrada Real (actual Rua de Marvila) e o Caminho do Oriente

O fim do séc. XVIII marca o fim do crescimento deste tipo de quintas, começando a surgir muitas outras propriedades de comerciantes e industriais em ascensão. Este ponto de viragem deve-se à revolução liberal de 1832-34, que ditou a extinção das ordens monásticas, ainda que as primeiras indústrias¹¹⁰ registadas nesta área tenham sido fundadas ainda no séc. XVIII na Quinta dos Alfinetes e nas imediações do Palácio da Mitra.



4.1. Pormenor da “Carta das Linhas de Fortificação de Lisboa” (1835). É possível identificar algumas estruturas que ainda hoje permanecem, como por exemplo, a Rua de Marvila, a Rua do Açúcar ou a estrada de Chelas. Também o tecido edificado com destaque para os conventos; de N. S. da Conceição de Marvila, Beato, Grilas, Xabregas e Chelas; bem como as principais Quintas: Alfinetes, Mitra, Salgadas, Mq. de Abrantes e Mq. de Marialva. Observa-se também a presença de algumas indústrias já assinaladas na carta notando assim a sua importância na área.

¹¹⁰ Sabão, curtumes e trefilaria (na Quinta dos Alfinetes) e refinação de açúcar (na Quinta do Bettencourt, perto do palácio da Mitra). Esta última indústria dará o nome à actual Rua do Açúcar.

Em 1852, até 1886, toda esta área é integrada no concelho dos Olivais, possivelmente por causa da sua emergente importância na economia urbana de Lisboa. O séc. XIX ficou marcado por um enorme crescimento, tanto no núcleo urbano do Beato, Poço de Bispo e Braço de Prata, como no de Chelas (junto ao convento), encontrando-se uma grande variedade de indústrias. Na zona de Poço de Bispo existia, na época, desde tanoarias, armazéns de vinhos e destilarias, passando pelas fábricas de estampanaria e tinturaria, sabões, borracha, vidro e fósforos. Já no núcleo de Chelas e Xabregas encontravam-se indústrias de lanifícios, lavagem de lãs, tecidos de algodão, chitas e estampanaria e grude. No convento de Chelas, instalou-se em 1898, uma fábrica de pólvora sem fumo, reconhecida internacionalmente graças ao inovador método de fabrico que utilizava.

É de extrema importância referir que foi também no séc. XIX que inauguraram as duas ferrovias que ainda hoje têm um papel estruturante. Primeiro a linha do Norte, em 1856, e depois a Linha de Cintura interna, em 1893, que possibilitava a ligação ao outro pólo industrial de Lisboa, situado em Alcântara¹¹¹. Esta infraestrutura permitiu um transporte mais eficiente, de e para as indústrias localizadas nesta área. Até à data o transporte naval era o mais utilizado, daí a localização de algumas unidades fabris e armazéns junto ao rio Tejo.

No fim do séc. XIX e início do séc. XX, como consequência da grande afluência de população a estas áreas da cidade¹¹², nota-se uma grande carência de habitação e são construídas habitações e vilas operárias um pouco por toda a zona industrial de Marvila, Xabregas e Chelas. Algumas destas habitações foram construídas dentro das próprias unidades industriais, outras assumiram a forma de vilas operárias, e outras ainda, pelas suas dimensões e tipologias assumiram o carácter de bairro, como é exemplo o Bairro Domingos Henriques Junior de 1886, ou a malha ortogonal envolvente à Rua Capitão Leitão, que combina a indústria com a habitação.

¹¹¹ Ibid., 107.

¹¹² A título de exemplo, em 1898 a fábrica dos Fósforos empregava mais de 1000 operários.



42. Armazéns Abel Pereira da Fonseca nos anos 1930. Este armazém representa uma tipologia industrial muito presente em Marvila. Consiste num complexo que inclui áreas de trabalho, armazéns, residências operárias, escritórios e serviços.

A partir de meados do séc. XIX assiste-se ainda a uma alteração do tipo de ocupação industrial em Marvila. Dadas as exigências e os avanços tecnológicos da revolução industrial, são necessários espaços cada vez maiores praticamente para qualquer tipo de produção. Observa-se então que as casas e quintas pré-existentes deixam de ser utilizadas para instalar as unidades fabris, passando estas a ocupar grandes edifícios construídos de raiz para esse fim. Por sua vez, *“o operariado acolher-se-á em áreas intersticiais através de soluções construtivas precárias como os ‘pátios’, até ao surgimento das primeiras vilas operárias precursoras dos programas de alojamento contemporâneos.”*¹¹³

Por sua vez, as quintas e casas senhoriais por não reunirem condições para acolher indústrias, e por Marvila deixar de ser um destino de lazer e recreio, entram num processo de degradação, que só muito recentemente começou a ser revertido. Exemplo disso é a Quinta das Fontes, que estando abandonada e praticamente em ruínas, foi em 2015 reabilitada para receber a nova Biblioteca de Marvila.

¹¹³ Divisão de Coordenação de Instrumentos de Planeamento, *Plano de Pormenor Da Quinta Marquês de Abrantes E Alfinetes - Relatório*, 29. 2011 (CML)

43. Pormenor da planta de Lisboa de Silva Pinto (1911).

A infraestrutura ferroviária rompe os tecidos e as estruturas urbanas existentes. A frente ribeirinha adquire já uma ocupação maioritariamente industrial com o aumento da dimensão das unidades fabris. É, no entanto, ainda visível o desenho das diferentes propriedades, sejam Quintas, Conventos ou aglomerados de habitação operária (geralmente localizados nos interstícios das propriedades). É também ao longo destes limites entre propriedades que surgem as azinhagas, assinaladas na imagem. Da esquerda para a direita – Azinhaga da Bruxa e Azinhaga das Salgadas, Azinhaga das Veigas e Azinhaga dos Alfinetes.



Os anos 1940 marcam outra fase importante no desenvolvimento de Marvila com a construção da zona industrial do Porto de Lisboa e os respectivos aterros conquistando terreno ao rio. Algumas indústrias localizadas no Poço de Bispo, Beato e Xabregas deixam de ter o rio Tejo como meio de transporte imediato. Como se pode observar na cartografia de 1911, algumas destas instalações fabris possuíam cais fluviais próprios. A par destas profundas alterações dá-se a construção do bairro económico da Madre de Deus entre Xabregas e Chelas, bem como a conclusão do primeiro Plano Director Municipal de Lisboa (1948), encomendado a De Gröer, e que destina uma parte da zona oriental da cidade ao uso dominante industrial. Como consequência as unidades industriais

crecem e ocupam as novas áreas ribeirinhas de aterro, ao mesmo tempo que vão surgindo também em profundidade, para poente.



44. Convento do Beato e envolvente (1950). Em primeiro plano, vêem-se as instalações da fábrica Nacional que ocupou uma parte do antigo convento. Em segundo plano pode ver-se a fábrica da Sociedade nacional de Sabões, entretanto demolida.



45. Doca de Poço de Bispo (1969/70). A forte presença industrial deste núcleo ditou a ocupação do aterro oriental de Lisboa. Ao fundo, a Fábrica de Material de Guerra, também demolida.

Dada a importância que o sector industrial oriental de Lisboa ganhou, sobretudo em comparação com o núcleo de Alcântara, que nesta altura já estava em decadência, foi criada em 1959 a Freguesia de Marvila. Lisboa atravessava, à data, de uma grande carência habitacional devido aos fluxos migratórios do interior do país para a capital. Surgiram um pouco por toda a cidade bairros de barracas e habitação precária. Marvila não foi excepção, em parte por ser um pólo industrial com grande oferta de emprego operário, surgindo assim o Bairro Chinês¹¹⁴.

46. Fotografia aérea do Bairro Chinês, que ocupava os terrenos da antiga Quinta do Marquês de Abrantes (1992).



Como forma de colmatar esta carência é aprovado o decreto-lei 42454, de 18 de Agosto de 1959, que estabelece as bases estratégicas para a expansão da cidade. Segundo o diploma, o *deficit* de habitação seria satisfeito através de uma proporção de 70% de fogos sociais e 30% de habitações de renda livre. Dada a grande dimensão desta intervenção, a área foi dividida em duas unidades, Olivais (226ha) e Chelas (510ha). Interessa aqui abordar a intervenção em Chelas por estar incluída na área em estudo para este trabalho. No entanto, os planos de Olivais Norte e Olivais Sul, por reunirem melhores

¹¹⁴ O nome do bairro deve-se à grande concentração de pessoas que ali vivia isolada, fazendo lembrar os “juncos” chineses que eram retratados nos filmes da época.

condições¹¹⁵ à data da aprovação do decreto-lei 42454, foram prioritários no arranque do programa, tendo sido construídos os primeiros fogos logo em 1960. Foi também neste ano que o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) deu início aos estudos base do Plano de Urbanização de Chelas (PUC). Os objectivos do plano passavam por criar uma *“estrutura urbana plurifuncional e socialmente diversificada, integrada no conjunto da cidade e articulada com a faixa ribeirinha até Vila Franca de Xira. Nessa perspectiva, é proposta a criação de núcleos de habitação de altas densidades, de um núcleo principal de equipamento, e de actividades mistas de interesse generalizado.”*¹¹⁶

Em 1963, o Plano-Base é revisto mantendo os objectivos, mas tentando evitar a repetição de alguns problemas entretanto detectados nos Olivais. Algumas soluções racionalistas ensaiadas foram alvo de contestação, o que levou ao abandono da estrutura urbana celular, que por sua vez deu lugar a uma malha contínua de equipamentos e de espaço público integrado na cidade existente e estruturador da nova intervenção. O PUC foi finalmente aprovado a 22 de Maio de 1964 apontando como data de conclusão da operação o ano 2000¹¹⁷.

47. Evolução do Plano De Urbanização de Chelas. As alterações desde o primeiro Plano Base são significativas. No entanto, mantém-se a multifuncionalidade do solo urbano, apresentando usos industriais e residenciais complementados por espaços verdes e equipamentos.



¹¹⁵ Estas áreas já tinham sido alvos de expropriações nos anos 1940, havia já estudos de urbanização praticamente concluídos. Havia portanto melhores condições para que os prazos estabelecidos pelo D.L. 42454 fossem cumpridos.

¹¹⁶ Heitor, “A Expansão Da Cidade Para Oriente: Os Planos de Urbanização de Olivais E Chelas,” 77. 2001

¹¹⁷ G.T.H., *Plano de Urbanização de Chelas*. 1965

Contudo, o arranque da operação, vê-se novamente condicionado pela finalização do Plano dos Olivais Sul, e pela escassez de terrenos municipais disponíveis na área de intervenção. Aliado a esta condicionante está o próprio modelo urbano proposto que, segundo Machado¹¹⁸, retirava grande parte da potencialidade de urbanização por parte de agentes privados, por ser demasiado rígido. Além disso, segundo o autor, Chelas não estaria em situação pré-urbanizável até que a infra-estruturação fosse levada a cabo pela Câmara, o que, dado o ponto de situação das expropriações à data¹¹⁹, necessitaria ainda de algum tempo. Com efeito, a construção dos primeiros fogos tem início apenas em 1972, no actual bairro das Amendoeiras (Zona I).

Interessa aqui compreender de que forma o desenvolvimento do Plano, no seu todo, influenciou o que existe actualmente no seu extremo Sudeste, junto à linha de cintura interna e que define o limite da área de intervenção deste trabalho. Observa-se que foi dada prioridade à infra-estruturação “interior” dos bairros e não às suas ligações com a Cidade, o que levou desde o início a que esta zona ficasse segregada social e funcionalmente¹²⁰. A título de exemplo, só a partir do final dos anos 1990/2000 são construídas as ligações, sobre o Vale de Chelas, ao Areeiro, Av. Estados Unidos da América e Av. D. Rodrigo da Cunha, originalmente tidas como essenciais no desenvolvimento do Plano. Este factor, aliado à sucessiva ocupação dos bairros essencialmente por programas de realojamento, desvirtuaram os objectivos iniciais que passavam por uma diversidade populacional abrangendo diferentes extractos sócio-económicos. A própria continuidade de espaço público e de equipamentos acabou por não acontecer como prevista tornando cada bairro numa espécie de “ilha”.

A zona L (actualmente bairros Marquês de Abrantes e Quinta das Salgadas/Alfinetes) foi a única que não teve um estudo de desenvolvimento global à partida, tendo sido ocupada gradualmente. O desenvolvimento desta área deu-se mais tarde, em parte devido ao crescimento do Bairro Chinês, que nos anos 1970 continha mais de 1000 barracas. Surge em 1968 o projecto PRODAC¹²¹

¹¹⁸ Machado, “Alguns Tópicos Sobre O Problema Das Expropriações.” 1964

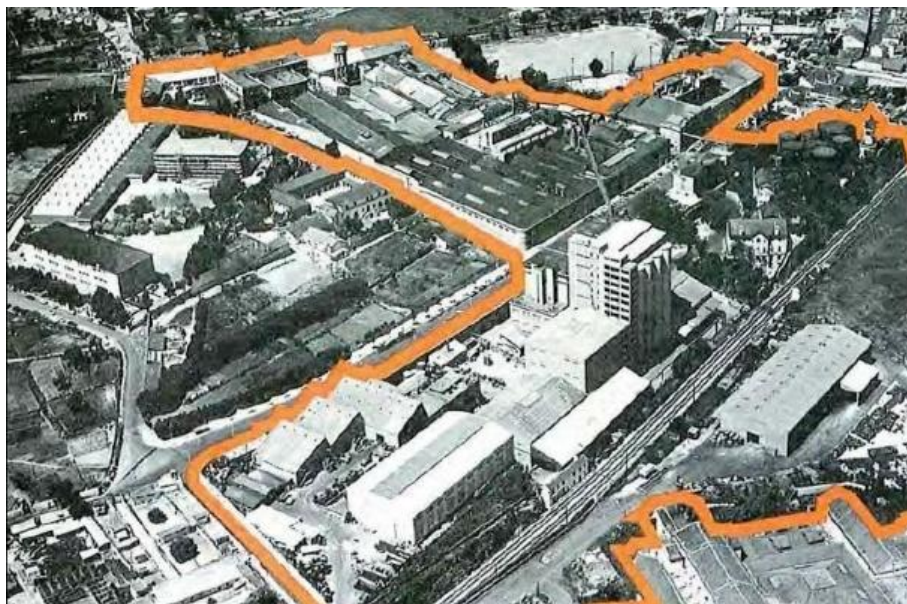
¹¹⁹ Até 1959, ano em que é aprovado o D.L. 42454, a Câmara tinha adquirido apenas 50 parcelas (308ha)

¹²⁰ Heitor, “A Expansão Da Cidade Para Oriente: Os Planos de Urbanização de Olivais E Chelas.” 2001

¹²¹ Associação de Produtividade na Auto-construção

que consistia numa organização de moradores do bairro em questão, e que promovia o realojamento, através da auto-construção e da promoção social. A intervenção deste projecto não teve o impacto esperado, tendo contribuído muito pouco para a resolução do problema da habitação precária na área. Mais tarde, a partir dos anos 1990, ao abrigo dos programas PIMP¹²² e PER¹²³, dá-se a construções dos bairros Marquês de Abrantes e Quinta das Salgadas/Alfinetes.

Ainda nos anos 1990, entra em falência a Sociedade Nacional de Sabões (SNS), instalada entre a linha de cintura interna e a linha do Norte, ocupando cerca de 16ha e cujos limites correspondiam em parte aos das antigas Quinta do Brito e Quinta do Marquês de Marvalva. Após um longo processo de negociações o conjunto fabril de grandes dimensões é demolido para dar lugar a um loteamento, que, dado o contexto económico e político nunca chegou a concretizar-se. O, entretanto cancelado, projecto para a Terceira Travessia do Tejo (TTT) e Linha de Alta Velocidade (LAV) foram alguns dos factores decisivos para que esta área esteja desde então expectante.



48. Área ocupada pela Sociedade Nacional de Sabões à data de 1970. Este complexo industrial tinha um grande peso em Marvila, quer pela quantidade de emprego que gerava, mas também por ser, nos anos 1970, um dos maiores grupos privados portugueses.

¹²² Programa de Intervenção a Médio Prazo

¹²³ Programa Especial de Realojamento

49 e 50. Da esquerda para a direita.

Vista aérea do Poço de Bispo e do Bairro do Armador em Chelas. As diferenças morfológicas são abismais, notando-se, no caso de Chelas, uma falta de integração das pré-existências (Palácio do Armador) nas novas intervenções.

Durante este período, em que houve um maior desenvolvimento no território “interior” de Marvila, a área entre Xabregas e Braço de Prata foi perdendo gradualmente o carácter fabril, em parte por causa da estratégia adoptada para receber a Expo '98 a norte do Cais da Matinha. Esta mudança de paradigma de desenvolvimento da cidade, que promoveu uma assinalável operação de renovação urbana, teve impacto também em Marvila, deslocalizando algumas indústrias para fora de Lisboa, e permitindo a reconversão das respectivas infraestruturas para outros fins, sendo os armazéns, o mais comum. Além dos armazéns, encontram-se actualmente no núcleo de Poço de Bispo diversos usos, desde o espaço cultural na antiga Fábrica de Material de Guerra, passando pelas pequenas indústrias criativas e espaços de co-working.



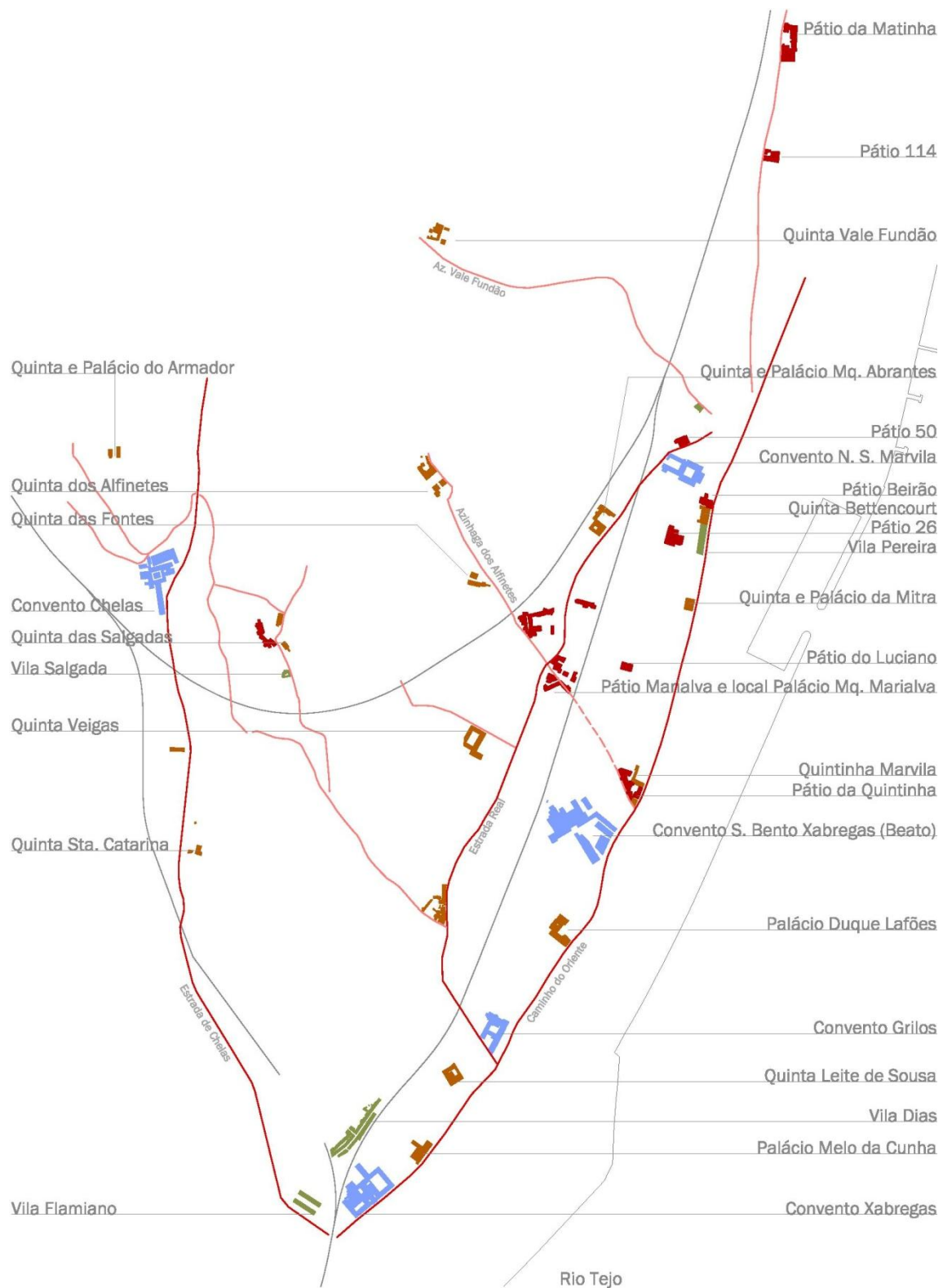
Marvila pode caracterizar-se como um território sedimentado que apresenta ainda vestígios de todas as fases e metamorfoses pelas quais passou, o que lhe confere uma riqueza formal única no contexto de Lisboa. Torna-se pertinente intervir neste território, dada a aparente dificuldade em coser todos estes tecidos que foram surgindo segundo lógicas e em tempos diferentes. Por diversas razões, como veremos adiante, o planeamento municipal tem sido ineficaz na estruturação e na definição de uma estratégia para Marvila, contribuindo para o seu aparente “esquecimento”.



51. Fotografia aérea do vazio entre o Convento do Beato e os bairros Marquês de Abrantes e Quinta das Salgadas/ Alfinetes. O vazio formado pelas instalações da antiga Sociedade Nacional de Sabões, corresponde ao ponto de convergência das diferentes formas de fazer cidade. No canto superior direito a Rua de Marvila e a malha industrial de Poço de Bispo, opondo-se aos bairros de Chelas. No centro persiste ainda a Quinta das Veigas, actualmente uma casa de recolhimento, e a antiga Escola Industrial Afonso Domingues, abandonada desde 2010.

52. Página seguinte.

Esquema com identificação de alguns elementos urbanos que persistem ainda hoje. Escala 1/15000. Eixos estruturantes; Estrada Real e Caminho do Oriente, e azinhagas. Património edificado; Palácios e Quintas, Conventos, Pátios e Vilas Operárias. A localização deste património está relacionada com a configuração das azinhagas e das vias principais. Verifica-se que a rede primitiva co-existe e complementa a rede actual. As sucessivas intervenções e o crescimento urbano que se verificou manteve grande parte da estrutura e da hierarquia já existente. Por exemplo, a longitudinalidade dos percursos principais em relação ao Rio Tejo, e a transversalidade dos secundários, que, com a construção das ferrovias se perdeu parcialmente, são características visíveis desde as primeiras cartografias de Marvila.



Planeamento Urbano

Através de um levantamento aos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) tentou compreender-se qual a estratégia municipal para a área em estudo no que toca à produção ou renovação de espaço público, investimento em equipamentos, acessibilidade e mobilidade, bem como consolidação e integração dos diferentes tecidos existentes.

PDM - O Plano Director Municipal de Lisboa, aprovado em 2012¹²⁴, define 7 objectivos gerais para a cidade que passam por, atrair mais habitantes empresas e empregos, impulsionar a reabilitação urbana, qualificar o espaço público, devolver a frente ribeirinha às pessoas, promover a mobilidade sustentável e incentivar a eficiência ambiental.

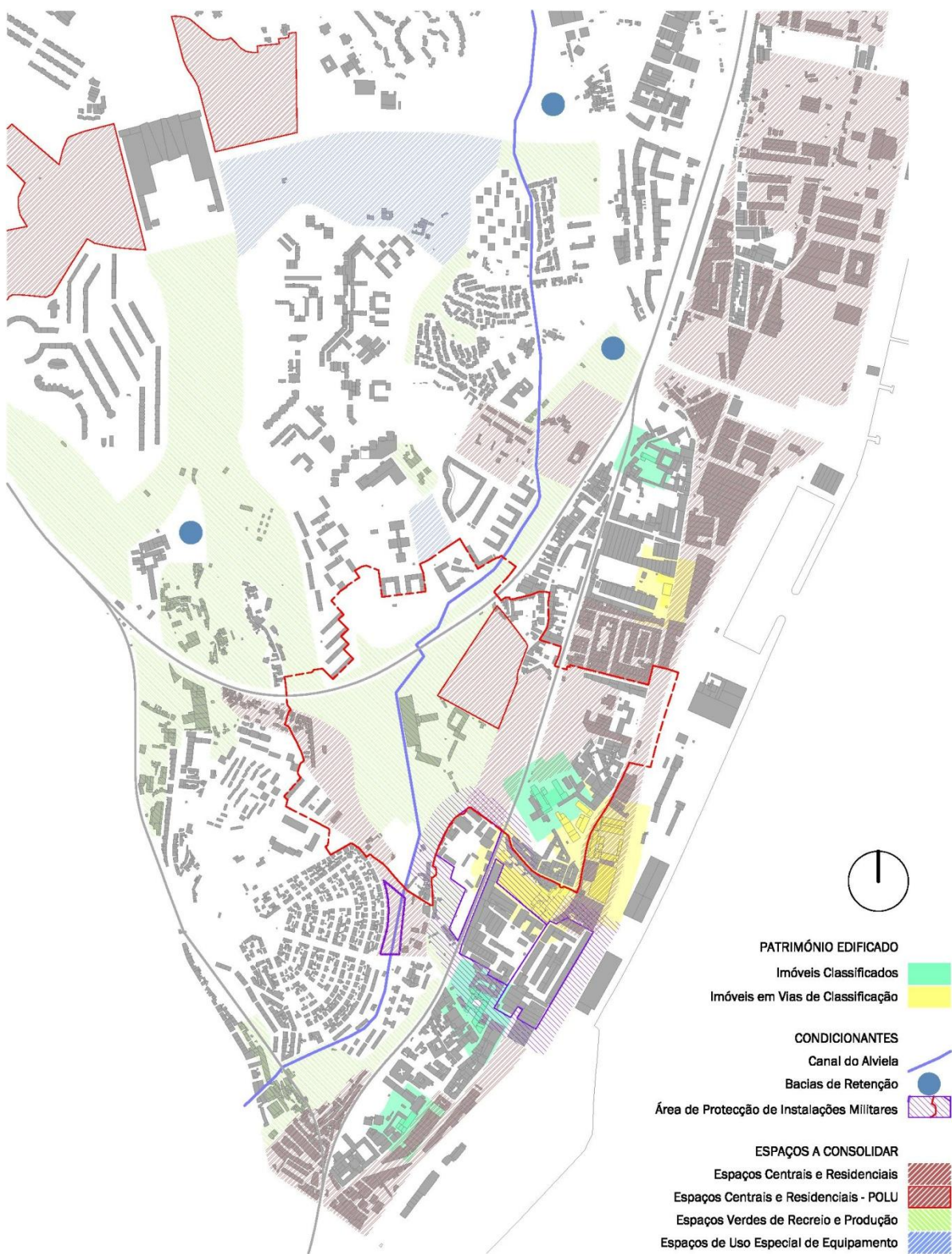
De forma a concretizar estes objectivos ajustadamente à realidade de cada bairro ou zona, foram delimitadas 9 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que correspondem a unidades territoriais que apresentam autonomia funcional e identidade urbana. A área em estudo é abrangida pelas UOPG 2 – Oriental – e UOPG 6 – Graça / Beato. Alguns dos objectivos lançados para estas áreas, e que se consideram pertinentes para a definição do programa deste trabalho, passam por eliminar as *“assimetrias urbanas de carácter social, reforçando a coesão territorial e minimizando os efeitos da fragmentação territorial”*¹²⁵, bem como, potenciar a atracção de emprego no sector oriental, implementar programas de requalificação de espaço público que promovam a mobilidade suave e a vivência urbana, e a implementação de programas de incentivo à agricultura e horticultura urbana. A concretização destes objectivos pode dar-se através de Projectos Urbanos Transversais ou Programas Específicos, sendo que a valorização e criação de um programa de reabilitação do conjunto urbano do Caminho do Oriente se apresenta como um objectivo enquadrado neste trabalho.

53. Página seguinte.

Escala 1/15.000. Planta adaptada do PDM Lisboa de 2012

¹²⁴ Publicado em Diário da República, 2ª série – nº 168 de 30 de Agosto de 2012, aviso nº 11622/2012, tendo entrado em vigor a 31 de Agosto de 2012.

¹²⁵ Regulamento do PDM Lisboa de 2012, art. 81º, nº 3 – UOPG 2 Oriental – 2.b)



O PDML estabelece, através da planta de Qualificação do Espaço Urbano uma clara estratégia de reabilitação e consolidação dos tecidos fragmentados existentes. O caso de Marvila não é excepção, apresentando vastas áreas a consolidar, seja para usos centrais e residenciais, espaços verdes de produção e recreio ou mesmo de usos especiais de equipamentos. A área seleccionada para desenvolver este Projecto inclui espaços centrais e residenciais a consolidar, sendo que uma porção está identificada como Polaridade Urbana (POLU). Esta classificação do solo resulta da identificação de espaços de potencial centralidade dada a acessibilidade por transporte colectivo, e onde se promove um desenvolvimento que inclua funções urbanas de centralidade sem comprometer a multifuncionalidade do tecido. São espaços considerados prioritários na estratégia de consolidação e, por isso, têm melhores condições de edificabilidade¹²⁶, tornando assim mais aliciente um eventual investimento nestas áreas.

Deduz-se que a estratégia adoptada para esta área intersticial entre Chelas e Poço do Bispo / Beato, pretende precisamente eliminar o hiato urbano existente, apostando na criação de ligações entre as duas partes referidas e a Rua de Marvila. Trata-se então de introduzir uma “transversalidade”, também através de espaços verdes, num tecido orientado maioritariamente “longitudinalmente”.



54. Extracto da Imagem 53 com identificação, a azul, dos percursos longitudinais (“geradores” dos tecidos existentes na área de intervenção), bem como da transversalidade implícita pela estratégia de consolidação estabelecida no PDML.

¹²⁶ Por exemplo, o PDM estabelece que, por definição, o índice de edificabilidade é de 1,2, ao passo que nas áreas POLU este sobe para 1,7.

As principais condicionantes que se encontram prendem-se com as ferrovias – Linha do Norte e Linha de Cintura interna – bem como, a presença de instalações militares, que agravam a impermeabilidade pedonal da parte antiga de Marvila. Assinala-se ainda a presença de património edificado com valor histórico e cultural, estando alguns edifícios classificados¹²⁷ e outros em vias de classificação¹²⁸.

TTT - A estratégia adoptada para esta zona de Lisboa, especialmente no que toca à hierarquia viária, está assente no projecto da Terceira Travessia do Tejo (TTT) e da Linha de Alta Velocidade (LAV). Este projecto teve início em 2008, com o objectivo de fazer a ligação rodoviária Chelas – Barreiro, integrando a linha ferroviária suburbana e a Linha de Alta Velocidade para Sul. No entanto, o projecto foi cancelado em 2011, sem uma data prevista para recomeçar, dadas as grandes dificuldades económicas que Portugal atravessou nesse período. Efectivamente, à data, pela parte do Governo não existe a intenção de dar continuidade ao projecto, pelo que não se considera para este trabalho a TTT como uma futura realidade. Os avanços e recuos deste mega projecto originaram uma especulação muito significativa em Marvila. Exemplo disso é o encerramento da Escola Industrial Afonso Domingues, a reprovação do loteamento do antigo complexo industrial da SNS, entre outros. A indefinição estratégica que derivou da TTT tem como consequência a enorme dificuldade em intervir no território adjacente às áreas previstas para esta intervenção. Numa perspectiva pragmática considerou-se que, para o efeito deste trabalho, seria preferível intervir no território existente ao invés de assumir uma realidade muito incerta, tanto no espaço como no tempo.

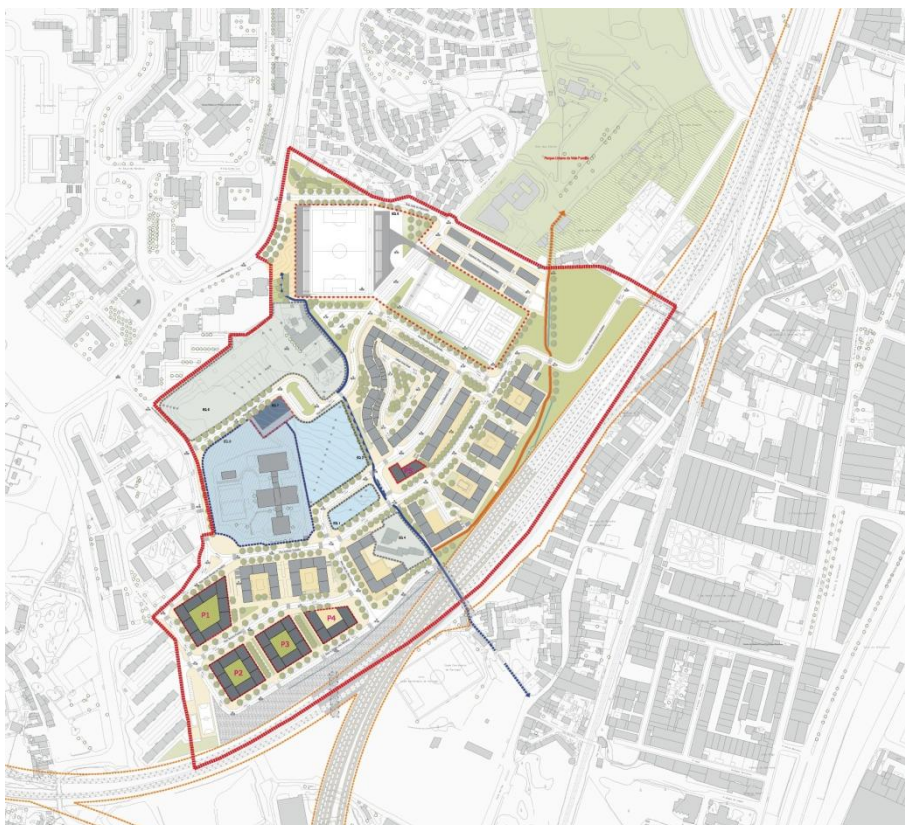
PUC - A norte da Linha de Cintura interna, os bairros de Chelas têm como base de planeamento o Plano de Urbanização de Chelas (PUC), anteriormente apresentado, e que, foi entretanto revisto, dando origem a diferentes planos específicos de forma a reajustar as intervenções ao novo contexto urbano e social. Deu-se início ao Plano de Pormenor da Quinta Marquês de Abrantes e

¹²⁷ Palácio Melo da Cunha, Convento dos Grilos, Convento do Beato e igreja do Convento de N. S. de Marvila.

¹²⁸ Palácio do Duque de Lafões, Fábrica “A Nacional”, Palácio da Mitra.

Alfinetes¹²⁹ (PPQMAA), que tem como objectivos consolidar; a malha existente, a oferta de equipamentos e espaços verdes, bem como o aumento das instalações do Clube Oriental de Lisboa. Destaca-se a intenção de “reverter a imagem do espaço urbano e tornar o bairro legível, através da simplificação da rede viária, do desenvolvimento da noção de rua e da criação de espaços urbanos de qualidade”.¹³⁰ O Plano prevê a atribuição de 340 fogos às cooperativas de habitação, bem como a criação de ligações à estação ferroviária de Marvila, utilizando-a como âncora para criar um núcleo multifuncional, a norte da linha, e garantir a ligação às áreas envolventes, a sul.

É proposta a reconversão da Quinta dos Alfinetes e da Quinta das Fontes em equipamentos culturais, o que já foi materializado na Quinta das Fontes, que acolhe actualmente a Biblioteca de Marvila.



55. Planta de implantação do Plano de Pormenor da Quinta Marquês de Abrantes e Alfinetes (2011).

¹²⁹ Termos de referência aprovados em Reunião de Câmara de 9 de Setembro de 2009, através da proposta 914/2009

¹³⁰ Divisão de Coordenação de Instrumentos de Planeamento, *Plano de Pormenor Da Quinta Marquês de Abrantes E Alfinetes - Relatório*, 6. 2011

Ainda na área do PUC está em elaboração o Plano de Pormenor do Parque Hospitalar Oriental¹³¹, que visa repensar e planear o território de forma ordenada ainda que a construção do novo complexo hospitalar oriental de Lisboa tenha sido adiada. A concretização do modelo urbano preconizado no PUC segundo as actuais práticas de produção do espaço urbano, reduzindo o isolamento entre os bairros existentes é um dos principais objectivos do Plano. Este, e outros, objectivos têm a finalidade de *“criar uma imagem urbana adequada à integração do novo Hospital Oriental, que se configura como um importante catalisador de mudança para o território de Marvila”*¹³²

Estes dois Planos de Pormenor, apesar de incidirem apenas sobre a área do PUC, e portanto terem pouco peso na área de intervenção deste trabalho, podem ser representativos de uma nova centralidade no contexto de Lisboa, e portanto, de grande importância para o território entre os bairros de Chelas e a frente ribeirinha.

PUVC - Ainda no contexto envolvente à área de intervenção do presente trabalho, é aprovado em 1998 o Plano de Urbanização do Vale de Chelas (PUVC), que tinha como objectivos centrais, a criação de uma articulação viária com as áreas envolventes, com especial enfoque na via central de Chelas e que se prolonga pelo vale até Xabregas. Preconizava ainda o realojamento das populações de habitações precárias na área, bem como a criação de oferta de habitação de renda livre. No entanto, passados 17 anos, dados os poucos ou insignificantes desenvolvimentos registados, tornou-se necessário avaliar a pertinência do Plano, que acabou por ser revogado em Abril de 2015¹³³.

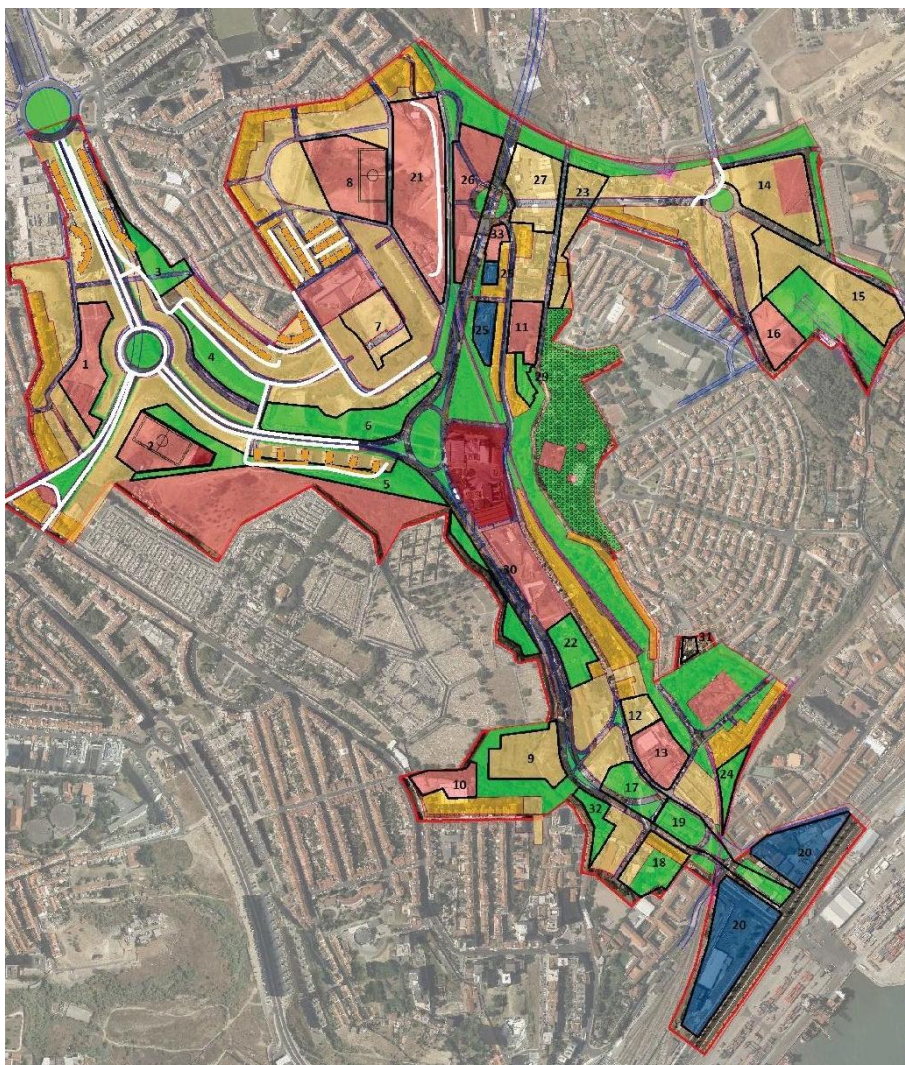
Na base da revogação está a alteração do cenário base do Plano, e que, o mesmo acabou por contribuir para que não se tenham dado desenvolvimentos significativos, e originou a consequente estagnação do território. Um dos motivos desta estagnação, e que teve maior peso na zona do bairro do Ourives, que se estende até à Escola Industrial Afonso Domingues, prende-se novamente com o projecto da TTT, que inviabilizou qualquer investimento nesta área, o que,

¹³¹ Termos de referência aprovados em Reunião de Câmara de 3 de Novembro de 2010, através da proposta 617/2010

¹³² Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, *Plano de Pormenor Do Parque Hospitalar Oriental - Relatório*, 24. 2011

¹³³ Reunião de Câmara de 29 de Abril de 2015, através da proposta 260/2015

tendo em conta que esta era a zona prevista para uma maior densidade habitacional, e de renda livre, constitui um enorme entrave ao desenvolvimento urbano no vale de Chelas. O documento de monitorização efectuado para o efeito, aponta ainda para um desfasamento dos modelos urbanos propostos em 1998 para os princípios subjacentes ao planeamento contemporâneo. Passa então a constituir-se como base do planeamento na área do Plano o PDM de 2012¹³⁴.



56. Área do Plano de Urbanização do Vale de Chelas (2015).

Para a área de intervenção do presente trabalho, o Plano incluía zonas habitacionais de renda livre, bem como equipamentos desportivos e espaços verdes de lazer e recreio. O modelo proposto previa a ligação com o bairro Marquês de Abrantes e Alfinetes, bem como a integração do bairro do Ourives e Madre de Deus. A branco estão assinaladas as únicas intervenções efectuadas na estrutura viária, no âmbito do PUV.

¹³⁴ Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, *Monitorização Plano de Urbanização Do Vale de Chelas*. 2014

PUZRO - Quanto à zona ribeirinha e respectiva ligação às áreas interiores foi desenvolvido o Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental (PUZRO)¹³⁵ que, no entanto, não sofreu quaisquer desenvolvimentos desde 2006. O Plano enquadrava-se na necessidade de, após a intervenção da EXPO'98, repensar toda a frente ribeirinha oriental, de modo a articulá-la com as novas áreas urbanizadas e o centro antigo. Os objectivos do PUZRO passavam por uma renovação da frente ribeirinha, que implicaria a eliminação das barreiras entre a cidade e o rio, bem como a reestruturação viária da área do Plano.

As propostas principais são, entre outras: a *“modernização e reconversão das actividades industriais que se justifiquem, face às exigências actuais e sustentáveis a médio e longo prazo; proporcionar a instalação de indústrias de conteúdos; requalificação das áreas habitacionais, com eliminação das habitações degradadas e tecidos urbanos inadequados ou obsoletos; estudo da possibilidade de implantação de um modo de transporte público, nomeadamente o eléctrico; criação de condições para o rejuvenescimento e diversificação social da população.”*¹³⁶

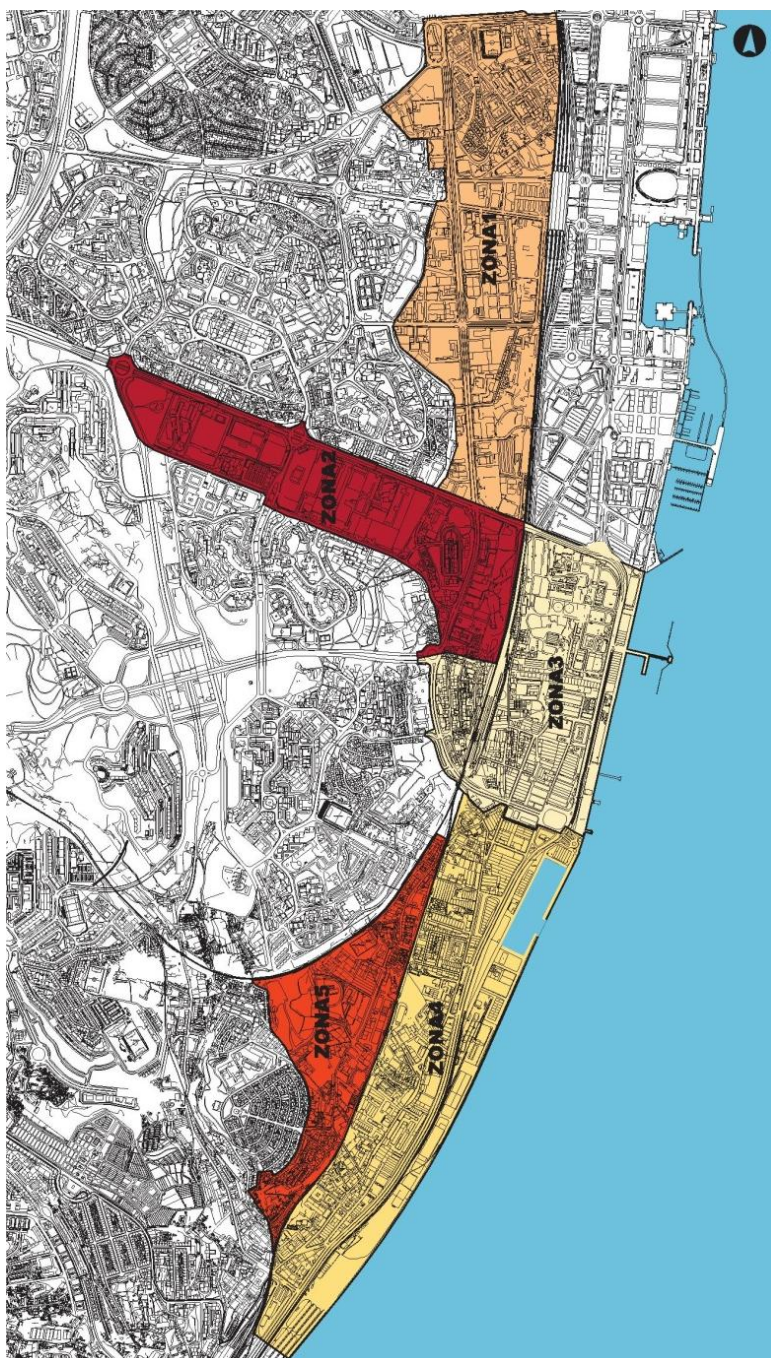
A área do Plano estava dividida em 5 zonas, que correspondiam a conjuntos urbanos ou unidades territoriais com objectivos específicos de modo a que a intervenção a nível global fosse coesa e articulada segundo as potencialidades de cada zona. Para a área de intervenção deste trabalho (corresponde parcialmente à zona 5 do PUZRO) estava prevista a reabilitação do núcleo antigo de Marvila em articulação com a reestruturação da área envolvente ao bairro da Madre de Deus, bem como a introdução de novos equipamentos de recreio e desportivos.

No entanto, logo desde a fase inicial de elaboração do Plano, que esta avançou de forma pouco célere devido aos pareceres externos que se mostraram desfavoráveis em diversos momentos, sobre diferentes temas, a maioria dos quais até sobre questões formais e de procedimento e não propriamente questões estratégicas ou relativas aos objectivos do Plano. Dados os escassos desenvolvimentos, em 2006 o município decidiu incorporar a equipa de

¹³⁵ Termos de Referência aprovados em Reunião de Câmara de 29 de Novembro de 2000, através da proposta 490/CM/2000.

¹³⁶ Departamento de Planeamento Urbano, *Documento Estratégico de Monitorização Da Zona Ribeirinha Oriental*, 26. 2008

trabalho do PUZRO, na revisão do PDML em curso. Com esta decisão, o PDML de 2012 integra alguns dos objectivos constantes no PUZRO, sem, no entanto, a definição e o detalhe com que o PUZRO poderia planear e pensar esta parte do sector oriental de Lisboa.



57. Área do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental (2008). A área de intervenção do presente trabalho coincide parcialmente com as Zonas 4 e 5 do PUZRO.

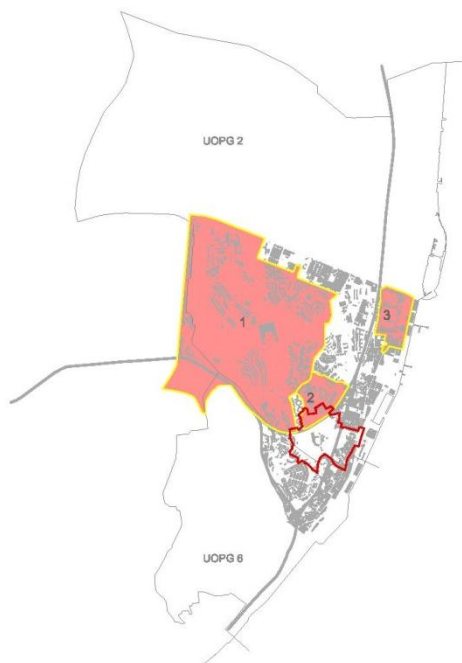
BIP ZIP - Num âmbito totalmente diferente, está em curso o programa BIP ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária), conduzido pelo Programa Local de Habitação, e que tem como objectivo principal a reabilitação urbana e social de bairros e zonas degradadas e desvalorizadas. O cariz da intervenção deste programa é no entanto mais focada na componente social e menos na intervenção urbanística. Verifica-se que a maioria das intervenções no espaço urbano ao abrigo deste programa, resultaram num ambiente de envolvimento comunitário. O programa funciona por candidaturas, por parte dos munícipes ou instituições, o que promove o envolvimento activo das populações nas intervenções de requalificação urbana ou social. Este mesmo efeito de envolvimento das pessoas limita, no entanto, a possível intervenção em áreas despovoadas como é o caso do vazio deixado pela SNS. Este vazio urbano apresenta-se como um complexo ponto de convergência de diversos tecidos e, em parte por ser uma “terra de ninguém” dificilmente se enquadrará num programa deste tipo.

Em síntese: feita esta pequena resenha urbanística, urge concluir que o planeamento urbano em Marvila tem sido, década após década, ineficiente. Por razões que variam desde constrangimentos sociais e políticos, no caso do PUC, passando pela inadequação dos modelos propostos, como é exemplo o PUVC, ou pela, de tal forma complexa, burocracia que asfixia o desenvolvimento de uma estratégia em tempo útil, como é o caso do PUZRO. Adicionando transversalmente a todos os planos aqui referidos, o problema da TTT apresenta-se talvez como uma das principais causas da estagnação e “paralisia” urbana que se verifica no cenário recente de Marvila. A acrescentar a estas variáveis identifica-se actualmente um “buraco” no planeamento, que corresponde ao hiato urbano assinalado na figura 57.

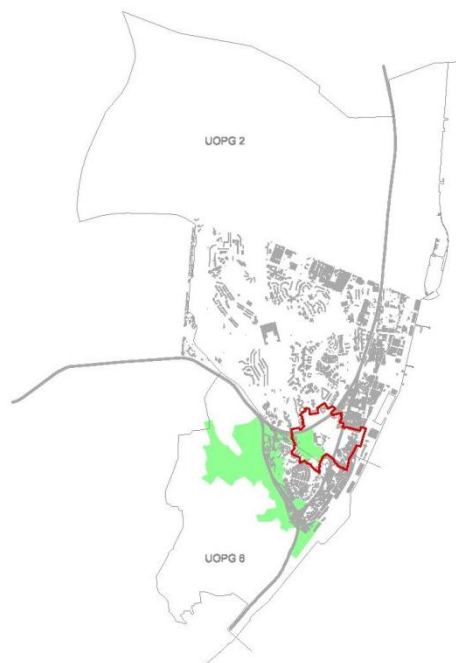
Como já foi referido anteriormente, para o efeito deste trabalho, não será considerado o projecto da TTT porque não há uma previsão para o recomeço do projecto. Além disso considerou-se importante pensar este território de forma local e aproximada, independentemente da estratégia territorial idealizada de forma global, ou seja, diminuindo o impacto local que as estratégias nacionais a escalas regionais podem produzir.

58. Página seguinte.

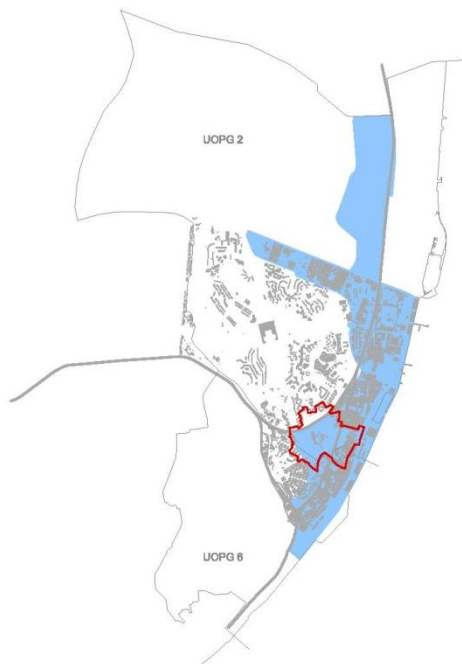
Escala 1/100.000. Esquema comparativo das áreas dos Planos mais significativos, com a identificação da área de intervenção deste trabalho. Verifica-se que a área seleccionada, apesar de estar incluída em alguns Planos, nenhum deles é eficaz actualmente, o que dita a necessidade e a urgência de planear esta área de forma integrada.



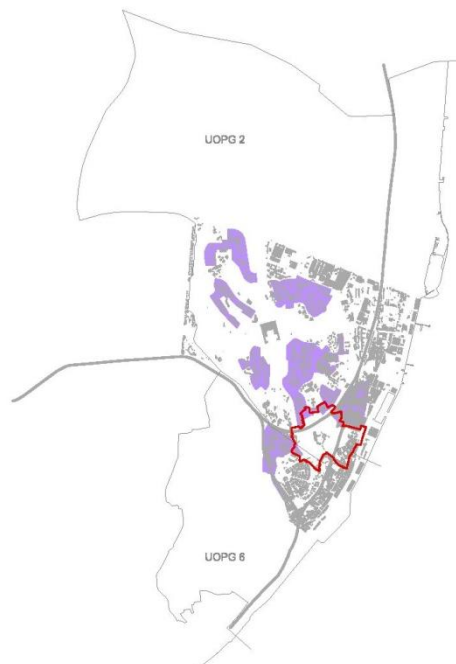
- 1 – PP Parque Hospitalar Oriental
- 2 – PP Quinta Marquês de Abrantes e Alfinetes
- 3 – PP Matinha



Plano de Urbanização do Vale de Chelas



Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental



BIP – ZIP



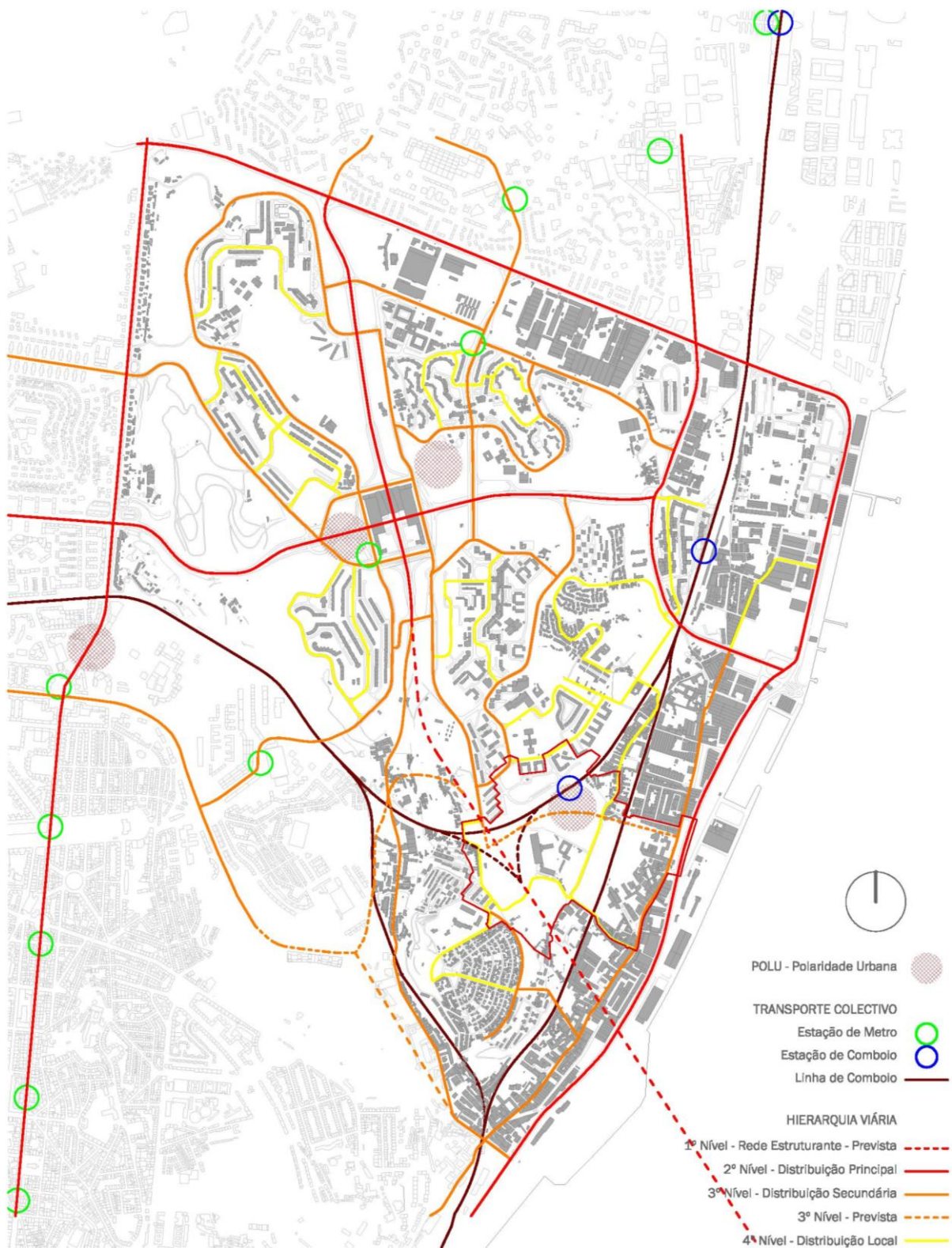
Caracterização do Espaço Urbano

Para compreender o espaço urbano de Marvila, como o resultado de diversas metamorfoses e modos de fazer cidade ao longo do tempo, surge a necessidade de analisar e caracterizar o território em estudo à luz dos temas centrais do trabalho.

INFRAESTRUTURAS - Como foi apresentado anteriormente, a construção dos bairros de Chelas permitiu, ainda que tardiamente, a ligação rodoviária da zona oriental de Lisboa ao centro. De certo modo, a intervenção em Chelas, bem como o desenvolvimento industrial na parte antiga de Marvila foram os principais motores de desenvolvimento e de infra-estruturação.

Actualmente Marvila caracteriza-se por ser uma área com bons acessos, tanto rodoviários, como ferroviários ou por metropolitano. Estas características, quando combinadas com a fragmentação dos tecidos, e consequentes vazios urbanos e espaços expectantes, deram origem às áreas POLU identificadas no PDM. Na envolvente à estação ferroviária de Marvila situa-se uma POLU, devido à acessibilidade por transporte colectivo de alta capacidade, bem como, a previsão de construção de uma nova ligação rodoviária de Chelas à Rua do Açúcar / Avenida Infante Dom Henrique. Na hierarquia viária existente, e prevista, o projecto para a TTT tem um grande peso na medida em que o acesso principal à futura ponte seria feito pela via central de Chelas e estavam previstos alguns acessos a partir de outros pontos. O projecto previa ainda a ligação ferroviária, pelo que no ponto de cruzamento entre a Linha de Cintura interna e a TTT surgiria um nó ferroviário e rodoviário de grandes dimensões.

Analisando a situação actual do transporte colectivo na área em estudo, observa-se que a ligação por comboio na Linha de Cintura interna não explora todo o potencial que tem, enquanto factor de acessibilidade e desenvolvimento, em Marvila. A estação de Marvila sucede à de Roma-Areeiro e Chelas, e antecede a de Braço de Prata e Oriente. No entanto, apenas os comboios que fazem a ligação Alcântara-terra – Castanheira do Ribatejo param em Chelas e Marvila. Os comboios que fazem o percurso Sintra – Oriente e Sintra – Alverca, não param nestes dois apeadeiros.



Já a linha do Norte, na sua extensão entre o Oriente e a estação terminal de Santa Apolónia tem apenas uma estação em Braço de Prata, que corresponde sensivelmente ao local onde as duas convergem. Isto produz um corte nos tecidos de quase um terço da frente ribeirinha oriental, sem criar um ponto de paragem e de acesso, que pudesse constituir uma “contrapartida”. Aliado a esta característica da Linha do Norte, verifica-se que todas as ligações ferroviárias que partem de Santa Apolónia, sejam os comboios inter-cidades, regionais, ou sub-urbanos, têm uma paragem na estação do Oriente. O que leva a concluir que o terminal de Santa Apolónia já não se apresenta como parte essencial da infraestrutura de acessibilidades numa escala alargada, sobretudo considerando que essa mesma estação possui uma ligação ao metropolitano. Com esta conclusão acerca da pertinência da estação terminal pretende-se, no âmbito deste trabalho, apenas ponderar e estudar a possibilidade de alterar o modo de transporte utilizado no troço em questão da Linha do Norte.

Por sua vez, a linha de metropolitano mais próxima passa pelo centro de Chelas, e por isso, tem pouca importância na área em estudo. No entanto é um factor que confere grande potencial a qualquer intervenção na sua proximidade.

Como se pode observar na figura 58, este território é servido por uma densa rede de transporte individual, que, no entanto, apresenta algumas lacunas, por exemplo, no acesso à Rua de Marvila e a toda a área entre as ferrovias. Entre a Rua Gualdim Pais (na continuação da Estrada de Chelas) e o cruzamento das duas linhas férreas, há apenas 2 pontos de passagem pela Linha do Norte e 3 passagens pela Linha de Cintura interna, o que, dada a densidade dos tecidos envolventes se demonstra escasso, tornando a área de intervenção numa “ilha”. Este factor, aliado a uma degradação e envelhecimento populacional desta área, contribui para o isolamento observado.

EQUIPAMENTOS - Olhando para a vivência urbana e para as dinâmicas que se dão neste território considera-se importante analisar a existência, ou não, de elementos que sejam geradores e impulsionadores dessas mesmas dinâmicas e vivências. Com o intuito de aprofundar este conhecimento da área em causa, fez-se um levantamento da oferta de equipamentos – sociais, de saúde, de ensino, de cultura e de desporto – bem como, a identificação dos usos dominantes e o levantamento dos espaços públicos estruturantes.

59. Página anterior.

Escala 1/25.000. Planta
síntese da análise da
hierarquia viária,
acessibilidade, e previsão
municipal de consolidação da
estrutura rodoviária.

A verde estão assinaladas as
estações de metropolitano, a
azul as estações de comboio,
e com a mancha encarnada
as polaridades urbanas POLU

Observa-se que os bairros de Chelas estão devidamente equipados no que toca ao ensino, havendo em cada bairro pelo menos uma escola do ensino básico. O ensino pré-escolar e secundário ou profissional adquirem uma distribuição mais larga, em parte devido à menor procura. No entanto, o número de creches e jardins de infância tem aumentado nos últimos anos, para colmatar uma carência identificada em Chelas e que se prende com a mudança do modo de vida actual e com a juventude da população. Olhando para os dados demográficos dos Censos de 2011, observa-se que a freguesia de Marvila tem uma população relativamente jovem, e que esta se concentra maioritariamente em Chelas. Já a parte de Marvila velha além de ser pouco densamente habitada, é mais envelhecida.

A oferta de equipamentos sociais, como centros de dia ou centros de estudos, localiza-se essencialmente em Chelas dado que a procura nesses bairros é naturalmente maior. Nos núcleos de Xabregas, Beato e Poço de Bispo este tipo de oferta é assegurada por associações desportivas, recreativas ou equivalentes. Observa-se até que o equipamento mais comum nestas zonas é de cariz cultural, existindo diversos auditórios e companhias de teatro, passando pelo centro cultural independente da Fábrica Braço de Prata. Observa-se ainda a inexistência de alguns tipos de equipamento cultural ou lazer, como por exemplo, museus e cinemas.

Quanto à saúde a principal oferta é o centro de saúde de Marvila que possui várias delegações dispersas pelo território em análise. Na Carta dos Equipamentos de Saúde, elaborado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2009, vem identificada a carência de unidades de Cuidados Continuados. Esta carência não se sente só em Marvila, mas em todo o município, havendo especial urgência em instalar Unidades de Internamento de Cuidados Paliativos e Unidades de Dia e de Promoção da Autonomia. Tratam-se portanto de equipamentos com uma área de influência alargada, tal como o Centro Hospitalar Oriental, cujo plano está em desenvolvimento. Incluindo ainda nesta categoria as Farmácias, importa referir que a distribuição das mesmas corresponde sensivelmente a, pelo menos, uma por bairro.

60. Página seguinte.

Escala 1/25.000.

Identificação dos equipamentos colectivos, bem como dos tecidos cujo uso dominante é o industrial. Os espaços públicos estruturantes assumem formas e tipologias muito distintas, pelo que a sua selecção foi efectuada apenas de forma sensitiva.



Os equipamentos desportivos distribuem-se de forma relativamente homogénea, sendo que os de maiores dimensões se situam em Chelas dada a disponibilidade de espaço. Alguns destes equipamentos adquiriram ao longo do tempo uma importância significativa para a população de Marvila, como é o caso do Clube Oriental de Lisboa, ou o Clube Ferroviário Português, que no correr das gerações foram congregando e dinamizando socialmente este território outrora industrial. Associado a este tipo de equipamento surgem por vezes parques ou espaços verdes de recreio e lazer. O Parque da Belavista, o Parque de Vale Fundão, o Parque Urbano da Madre de Deus e o parque da Quinta das Flores são os espaços verdes mais importantes nesta zona, sendo que o último associa ao recreio e lazer a horticultura urbana. O PDM define precisamente uma estratégia neste sentido, de forma a harmonizar a ocupação voluntária por parte dos residentes, que se verifica em grande parte das áreas vazias.

ESPAÇO PÚBLICO - O espaço público de carácter estruturante assume formas muito diferentes, quanto à tipologia, dimensão, usos, etc. Por exemplo, em Chelas, em primeiro lugar, é difícil perceber quais são, de facto, os espaços públicos estruturantes dada a descontinuidade urbana, e falta de legibilidade consequente. O modelo urbano de cada bairro assenta na implantação dos edifícios de forma independente das vias de comunicação. Logo, o espaço público, sendo todo o espaço livre, ganha uma dimensão “ilimitada”. Por outro lado, nas intervenções mais recentes, como o bairro Marquês de Abrantes e Alfinetes, o modelo urbano aplicado cria vários pátios, sem que no entanto esses espaços tenham funções e vivências de acordo com o pátio, largo, ou praça idealizados. Já em Marvila velha, o espaço público apresenta-se definido pelos edifícios que formam as ruas, permitindo, pelo menos, uma continuidade legível. Verifica-se que a estrutura de espaço público assenta em espaços amplos que se abrem e se interligam, fazendo com que o espaço público estruturante resulte geralmente de um momento de desafogo, ou de concentração de actividades.

Percebendo esta diferença de fundo entre Chelas, Madre de Deus e Poço de Bispo, Beato e Xabregas, analisou-se morfologicamente estes conjuntos urbanos a que chamaremos em diante por “unidades territoriais”.

Reconhecem-se então 5 unidades territoriais principais que correspondem ao bairro Madre de Deus, bairro Marquês de Abrantes e Alfinetes, conjunto urbano da Rua de Marvila, Poço de Bispo e Beato / Xabregas. Cada uma destas unidades representa diferentes tipos de ocupação, e portanto, diferentes estruturas de espaço público.



61. Escala 1/20.000.

Identificação das unidades territoriais consideradas para a análise morfológica. No tom mais claro constam os bairros municipais de Chelas, Ourives e Madre de Deus, o que corresponde a um tipo de ocupação urbana planeada e integrada. O Poço de Bispo, tom intermédio corresponde à malha industrial, e no tom mais escuro, apresenta-se a ocupação urbana linear, constituída antigamente pelo Caminho do Oriente e pela Estrada Real.

A Rua de Marvila constitui provavelmente o tipo de ocupação urbana que sofreu menos alterações desde a sua origem. Inicialmente era a Estrada Real, e com o passar dos anos foi sendo edificada apresentando-se como um conjunto linear, apenas interrompido pela linha do Norte. Curiosamente, surge de uma visão hipotética, a possibilidade de, precisamente onde a linha férrea corta a Rua de Marvila, ser o largo, ou o ponto central deste conjunto urbano. Não há cartografia histórica que o comprove, mas pela quantidade de actividades e funções aí localizadas, tanto de um lado da linha como de outro, afigura-se como uma verosímil leitura do espaço. O conjunto urbano, sendo linear adquire “ramificações” ou extensões do espaço público para outras tipologias. Por exemplo, os pátios, que são frequentes ao longo da rua em causa, ou o alargamento do perfil, correspondem aos espaços públicos de maior significado.



62. Unidade Territorial – Rua de Marvila.

Escala 1/10.000

A unidade territorial de Poço de Bispo apresenta uma malha industrial aplicada sobre um antigo conjunto de quintas. Esta malha integra o Caminho do Oriente, e é ao longo dessa pré-existência que se localizam os espaços públicos estruturantes, sendo o mais importante o Largo David Leandro da Silva. A qualidade arquitectónica dos edifícios que o formam contribui para a importância que o largo assume. O conjunto urbano em causa apresenta uma complexa multifuncionalidade do tecido, misturando usos industriais e comerciais com a habitação. Em alguns casos, como já vimos, até dentro dos edifícios se verificava esta complexidade funcional.

63. Unidade Territorial – Poço
de Bispo

Escala 1/10.000



Olhando para a unidade territorial do Beato / Xabregas identifica-se uma ocupação linear original, que foi sofrendo alterações com a progressiva industrialização. Tipologicamente a origem deste conjunto é idêntico, ainda que numa escala diferente, à Rua de Marvila; um espaço público linear com ramificações ou extensões. Neste caso, e dada a maior importância desta rua, que antes da construção do aterro era a rua marginal, estas ramificações em causa correspondem a outras ruas que ligam a outras partes da cidade, ainda

que sejam ruas de menor importância. Quando se localizam indústrias de grande dimensão ao longo das ruas do Beato, do Grilo e de Xabregas, há a necessidade de densificar a malha urbana e surge então a Rua da Manutenção, que é paralela às anteriores. Esta unidade territorial apresenta, tal como as anteriores, uma multifuncionalidade e complexidade de usos notável. Localizam-se aqui tanto conventos e palácios, como vilas operárias e pátios, bem como escolas e fábricas.



Subindo para o interior do território de Marvila encontramos o bairro da Madre de Deus, cuja origem remonta aos anos 1940. Esta unidade territorial consiste num tipo de intervenção urbana muito específico do contexto social e político da época, tendo como um dos objectivos principais a criação de um ambiente rural, ou pelo menos, não citadino. É um bairro de baixa densidade, planeado e desenhado de raiz. É portanto, o primeiro exemplo neste território de um espaço público planeado de forma integrada nos tecidos pré-existentes. A sua forma geométrica permite uma identificação clara dos espaços que podem ser estruturantes neste conjunto, no entanto, dada a “pobreza funcional” do tecido não se torna tão claro que esses mesmos espaços públicos tenham efectivamente um papel estruturante, pelo menos a nível social.

65. Unidade Territorial –
Bairro da Madre de Deus.

Escala 1/10.000



Por fim, a última unidade territorial identificada e analisada, corresponde ao bairro de Chelas mais recente e que se situa parcialmente dentro da área de intervenção deste projecto. Assumiu-se este bairro como representativo do tipo de intervenção preconizado para os diferentes bairros contemplados no PUC, apesar das diferenças óbvias entre todos. Inicialmente, ao observar a configuração do conjunto urbano é muito difícil ler a estrutura de espaço público, logo, é ainda mais difícil perceber quais são os espaços estruturantes. Se por um lado, o desenho urbano proposto prevê a criação de pátios e espaços que potenciem uma vida comunitária, o que se verifica é o oposto. O fechamento, o isolamento e a pobreza formal e tipológica do espaço público contribuem para a ilegibilidade do conjunto urbano. A presença de grandes

vazios expectantes, identificados no esquema, também dificulta a identificação dos elementos urbanos comuns às unidades territoriais anteriores.



Conclui-se que é muito difícil ler todo o território de Marvila segundo o mesmo prisma. As diferenças formais, tipológicas e funcionais são de tal forma abismais, que uma comparação segundo o mesmo prisma entre as diferentes unidades territoriais se torna pouco eficiente. Observa-se que a Linha de Cintura interna, se apresenta como um corte ainda mais profundo que a Linha do Norte, pelo facto de corresponder à separação entre tipos de ocupação tão distintos quanto desligados. Este trabalho mostra-se pertinente pelo facto de intervir precisamente no espaço vazio entre estas 5 unidades territoriais. Em parte, talvez por ser o ponto de ligação entre os diferentes tecidos, se tenha sentido a dificuldade de os coser harmoniosamente, e portanto, como consequência, este espaço se apresente como o “eterno” pontencial de Marvila.

Pode caracterizar-se o espaço urbano de Marvila como um complexo conjunto de diferentes formas de fazer cidade, e portanto, de diferentes formas de conceber e viver o espaço público. Marvila caracteriza-se por uma diversidade urbana notável, que se considera constituir uma potencialidade importante a explorar em futuras intervenções.

4.2 – O Projecto

Estratégia: O Espaço Público Como Estrutura

Abordar o território de Marvila num contexto de projecto torna-se uma questão tanto complexa quanto desafiante, quer pelas razões enunciadas no subcapítulo anterior, que se prendem com a diversidade urbana e com a estrutura mais ou menos consolidada de espaço público, quer pela própria geomorfologia do espaço em análise. Encontram-se aqui grandes pendentes, umas naturais, mas também outras provocadas pela construção das linhas férreas. As linhas férreas constituem um corte nos tecidos, quer pela barreira que introduzem no espaço público, quer pelos taludes e aterros que surgem com frequência em toda a sua extensão. Por um lado, esta infraestrutura produz um efeito negativo e dificulta a possibilidade de intervenções na área por causa dos grandes desníveis, por outro, permite pontualmente o atravessamento da linha, uma vez que esta circula semi-enterrada em alguns troços.

Após a análise aos IGT's e ao planeamento urbano, bem como a leitura morfológica e funcional de Marvila, identificaram-se três linhas de estruturação da intervenção que respondem a diferentes temas a trabalhar no projecto.

Em primeiro lugar, optou-se por potenciar a existência das ferrovias de transporte colectivo de grande capacidade como são a Linha de Cintura e a Linha do Norte, tirando um maior proveito das mesmas a favor do espaço urbano envolvente. Propõe-se a criação de uma paragem de comboio sub urbano da Linha do Norte (ligação Lisboa-Azambuja) na zona do Beato, apoiada na criação de mais duas paragens (fora da área de intervenção) a localizar na zona do bairro da Madre de Deus e em Xabregas, tentando responder assim ao problema identificado anteriormente relacionado com o efeito de corte que a Linha produz nestes tecidos, anteriores à construção da mesma. Desta forma poder-se-à aproveitar a infra-estrutura existente, tirando um maior proveito para a acessibilidade desta área, pensando até que poderá servir como um eficiente transporte urbano ao longo da frente ribeirinha oriental, ao garantir a ligação Santa Apolónia – Oriente. Ao mesmo tempo será possível revitalizar os tecidos que actualmente estão fragmentados pela linha criando mais pontos de

atravessamento e de acesso ao comboio. Assim, a mesma infraestrutura que fragmentou de forma definitiva estes tecidos, isolando a área em estudo, poderá converter-se na infra-estrutura que garante a forte acessibilidade e atractividade à área em causa.





68. Escala 1/10.000.
Identificação do eixo pedonal.
Propõe-se a ligação através
de um espaço pedonal
contínuo entre o centro de
equipamentos de Chelas e o
Convento do Beato, que
poderá acolher uma nova
função de carácter
igualmente colectivo, de
modo a equilibrar o eixo.



Em segundo lugar foi identificado um potencial eixo principal com arranque no convento do Beato, atravessando as duas linhas férreas e culminando no futuro centro de equipamentos, previsto no PPQMAA, e que prevê, entre outros, a reabilitação da Quinta dos Alfinetes para equipamento cultural. A ideia que sustenta a criação deste eixo pedonal transversal à Linha é a de que ao longo do mesmo, estejam concentrados um maior número de espaços e equipamentos de uso colectivo contribuindo para a construção de um eixo urbano estruturante que promove a ligação dos tecidos urbanos de Chelas e Marvila, prevendo ainda, a reabilitação e reconversão do Convento do Beato¹³⁷ para um novo Museu da Indústria de Lisboa. A par da oferta de equipamentos e espaços colectivos ao longo do eixo, há também a ligação à linha férrea, que desta forma faz a conexão com o resto da cidade. Ou seja, os pontos de atravessamento correspondem às estações de comboio, existentes ou previstas (Marvila e Beato, respectivamente). Desta forma a mobilidade urbana que se propõe para esta área está assente no transporte colectivo e na pedonalidade.

A orientação deste eixo teve ainda como motivação a constatação de que a hierarquia dos percursos em Marvila se organiza segundo uma lógica que pode ser complementada. Os percursos principais desde os tempos de formação deste território orientam-se longitudinalmente ao rio e seguem a pendente da encosta – Rua do Beato junto ao Rio Tejo e Estrada de Marvila a meia-encosta. Já as azinhagas, que são percursos secundários, de ligações mais rápidas entre os principais, organizam-se com frequência de forma transversal aos primeiros. Ora, o novo percurso proposto segue esta mesma lógica posicionando-se transversalmente aos percursos principais, neste caso as linhas férreas, e as rodovias.

A topografia do local permite uma passagem suave entre a cota mais baixa no conjunto do Beato e a mais alta na Quinta dos Alfinetes, oferecendo um conjunto de vistas e referências visuais que pretendem manter a identidade do local, sendo as mais importantes a Quinta dos Alfinetes, o mirante da Quinta do Marquês de Marialva, o convento do Beato, os silos d’A Nacional” e o Rio Tejo.

¹³⁷ Actualmente o Convento do Beato é propriedade d’A Nacional”, que aluga o espaço para eventos privados, institucionais, etc. A parte do conjunto que corresponde ao antigo convento está classificada e a parte construída já na fase industrial, está em vias de classificação.

Em terceiro lugar, propõe-se a criação de uma ligação rodoviária entre a Avenida Infante Dom Henrique e Chelas. Esta ligação está prevista no PDML como sendo uma ligação prioritária a estudar e, na prática resolve o isolamento viário que se verifica dentro da área de intervenção. Este novo acesso cruza a Linha de Cintura utilizando uma ponte rodoviária já existente. Segundo a hierarquia rodoviária estabelecida no PDML¹³⁸ este novo acesso deverá constituir-se como uma via do 3º nível – Rede de Distribuição Secundária – garantindo assim a distribuição de proximidade e o escoamento dos fluxos de tráfego para a rede principal. Esta via adquire uma enorme relevância porque corresponde à ligação da área de intervenção à rede viária existente. Deste modo, também a rede de transporte colectivo poderá servir de forma mais eficiente a área entre as linhas de comboio e assim oferecer um serviço que complementa diferentes modos de transporte e de mobilidade.

69. Escala 1/10.000.
Identificação do eixo rodoviário. A traço interrompido consta a nova ligação proposta que toca na estrutura viária existente nos pontos assinalados.



¹³⁸ Artigo 70º “Hierarquia e características da Rede Rodoviária” do Regulamento do PDML 2012.

Definido este primeiro nível de estruturação do território onde se pretende intervir, surge a necessidade de pensar, numa primeira abordagem, como coser os diferentes tecidos fragmentados identificados anteriormente. Olhando para uma área mais abrangente e tendo como referência estratégica o PDML, entende-se que há vantagem em utilizar o estabelecido pelo mesmo quanto à qualificação do solo a consolidar. Incluem-se aqui, tanto os espaços centrais e residenciais, como os espaços verdes de recreio e produção.

Na imagem 53 pode observar-se que cerca de metade do espaço a consolidar, dentro da área de intervenção, é para fins residenciais e centrais. A restante área, não edificada, deverá integrar-se na estrutura ecológica da cidade oferecendo espaços verdes de recreio e produção, tirando especial partido no caso de Marvila, da existência de grandes áreas ocupadas por hortas urbanas. Numa escala de análise mais abrangente identifica-se a possibilidade de interligar os diferentes parques urbanos já existentes (Madre de Deus, Quinta das Flores, Vale Fundão e Bela Vista). É nesse sentido que o PDM aponta a estratégia de consolidação da estrutura ecológica e que, para a definição do presente trabalho se considerou oportuno.

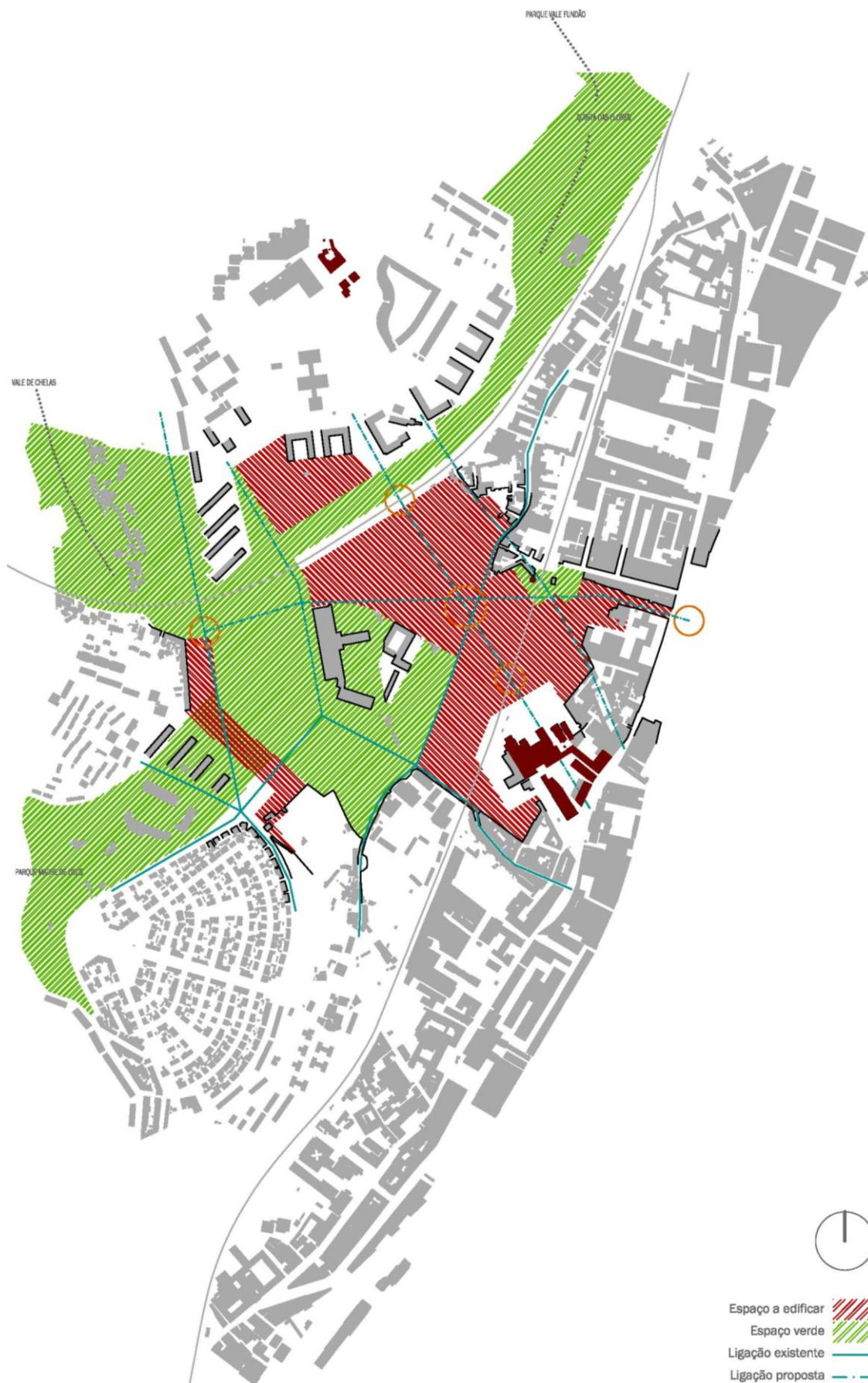
A par da definição do espaço edificado e do espaço não-edificado, foram então definidas as ligações principais a garantir. O objectivo é que, sempre que possível, se mantenham as ligações já existentes, de forma a não alterar a estrutura actual, mas sim a complementá-la. Uma das alterações mais significantes prende-se com a abertura do conjunto do Beato, justificada pela proposta de reconversão do convento para equipamento cultural.

As azinhagas presentes na área de intervenção constituem então um importante elo de ligação porque oferecem uma ligação transversal e de cariz secundário. Estas deverão ser requalificadas e, no caso da Azinhaga dos Alfinetes, até mesmo prolongada.

A estratégia definida incorpora, portanto, diversas propostas já constantes no PDML introduzindo um elemento que se considera central para a real promoção de vida urbana neste local – o eixo pedonal que estrutura um sistema de espaços públicos e colectivos

70. Página seguinte.

Escala 1/10.000. Esquema da estratégia adoptada para coser os diferentes tecidos e respectivas “pontas soltas” identificadas. Optou-se por seguir, tanto quanto possível, as indicações vigentes no PDML quanto ao solo a consolidar.



Projecto urbano: A Diversidade no Projecto

O modelo urbano proposto tenta materializar as opções estratégicas apresentadas inicialmente, e pretende, mais do que desenhar e dimensionar um eventual desenvolvimento urbano em Marvila, ensaiar uma hipótese de projecto cuja metodologia esteja assente no desenho da estrutura de espaço público e, sequencialmente, no desenho do SEC.

PRAÇAS E RUAS PEDONAIS - O Espaço Público foi então o primeiro “elemento” a ser concebido, tendo apenas como linhas orientadoras os eixos definidos na fase estratégica. Foi por isso possível definir uma hierarquia de espaços públicos que não só estivesse integrada na lógica existente em Marvila, mas que também fosse clara e constituísse o elemento de ligação entre os diferentes tecidos e, portanto, dos diferentes “tipos” de espaço público.



71. Escala 1/10.000.

Esquema com hierarquia do espaço público proposto. A preto estão identificados os espaços públicos mais importantes, seguindo-se a gradação para os menos significantes e que assumem um carácter mais “privado”. A cor estão identificados os conjuntos de edifícios de uso dominante colectivo. Como se verifica, estes estão posicionados ao longo da estrutura “primária” de espaço público.

A par desta abordagem foram tidos em conta diferentes elementos urbanos que serviram como orientadores de alinhamentos visuais ou edificados. O mirante da Quinta do Marquês de Marialva, por exemplo, constitui um importante modelador quer dos alinhamentos, quer das volumetrias propostas, de modo a que o seu carácter de ponto dominante na paisagem não se perca, mas sim, se valorize. A Quinta das Pintoras, por exemplo é um elemento urbano de natureza diferente, apresentando-se como um importante bosque com grande densidade de árvores, e que potencia uma continuidade do espaço arborizado fazendo as ligações “verdes” previstas na estratégia.

72. Escala 1/10.000.

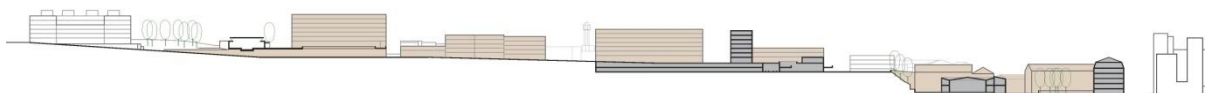
Esquema com os alinhamentos estruturantes para o mirante e o alinhamento verde principal que faz o arranque na Quinta das Pintoras e se prolonga até Chelas. Estão ainda representados os principais alinhamentos visuais à Quinta dos Alfinetes e Convento do Beato



A primeira fase da estruturação nesta escala prendeu-se com a definição do novo eixo pedonal que conecta Chelas e Beato num percurso único que cruza diferentes modos de mobilidade urbana, bem como diferentes tecidos e

funções. O percurso, que tem início em Chelas, junto à escola básica e no que está previsto ser um novo centro de equipamentos, está orientado em direcção ao Beato e, seguindo a pendente natural do terreno, passa por baixo da Linha de Cintura, na estação ferroviária de Marvila. Nesse ponto dá-se uma duplicação do eixo para dois níveis; um principal que segue por baixo da estação e um outro que está à cota da estação e da rua que lhe dá acesso. A partir desta cota mais alta é possível, não só descer até à principal, mas também contemplar a paisagem e os seus elementos principais, como o mirante, o Convento do Beato, os silos d" A Nacional" e o Rio Tejo. Continuando a descida do percurso principal surge um alargamento que cria uma praça no ponto onde o eixo pedonal se cruza com a nova rodovia principal. A partir desse ponto dá-se a segunda duplicação do eixo, onde a nova estação ferroviária do Beato, que se implanta numa cota mais baixa – semi-enterrada – promove o contacto com o convento do Beato. A transição entre o nível principal do eixo pedonal e a cota mais baixa que contacta com o Convento do Beato pode ser feita por um percurso exterior, ou por dentro do “edifício-estação” do Beato, também de carácter público, e que, simultaneamente faz a transição de cotas e dá acesso à estação ferroviária.

73. Sem escala. Corte longitudinal ao longo do eixo pedonal. Na extremidade superior vemos o limite do bairro de Chelas bem como a linha de Cintura, terminando no Convento do Beato e nos silos d" A Nacional”.



Considerou-se importante estabelecer também diferentes tipos de vias pedonais, para que esta principal ganhasse o devido destaque. Como tal, partem desse mesmo eixo pedonal principal, outros arruamentos pedonais de menor importância, que possuem naturalmente um carácter diferente, mais residencial, e portanto, com menor concentração de espaços de uso colectivo.

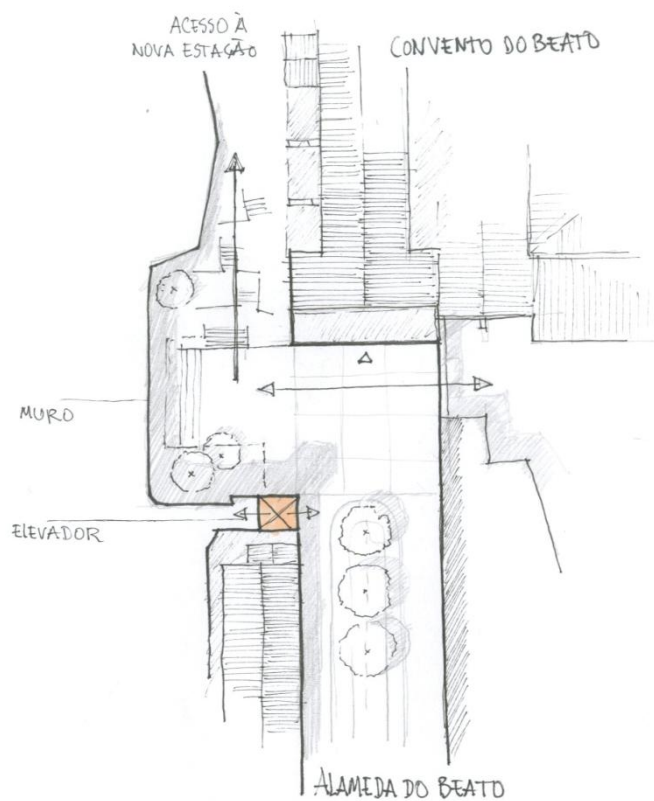
A par desta estruturação foram criadas novas ligações dentro dos tecidos consolidados existentes tornando-os mais permeáveis e conferindo-lhes um carácter mais público. A regra utilizada foi a de fazer pequenas demolições, sempre que possível e necessário, de forma a potenciar as características encontradas e consideradas importantes em cada local.

74. Escala 1/10.000.

Esquema com a identificação do novo eixo pedonal bem como das novas ligações pedonais a garantir tanto nos tecidos existentes como nos novos.



Junto ao convento do Beato, na lateral da igreja a poente, existe um conjunto de edifícios em muito mau estado de conservação, de fraca qualidade arquitectónica e construtiva, e que, actualmente, não têm nenhuma função. Propõe-se a sua demolição para que possa ser criado um acesso pedonal à cota superior e ao arranque do eixo pedonal principal. Ao longo deste acesso e de toda a área imediatamente próxima ao convento surgirá um espaço verde que promove a passagem da cota mais alta, onde se instalava a SNS, até à cota mais baixa, a Alameda do Beato, com o auxílio de um elevador público que simultaneamente faz o remate da frente edificada existente do lado poente na Alameda.

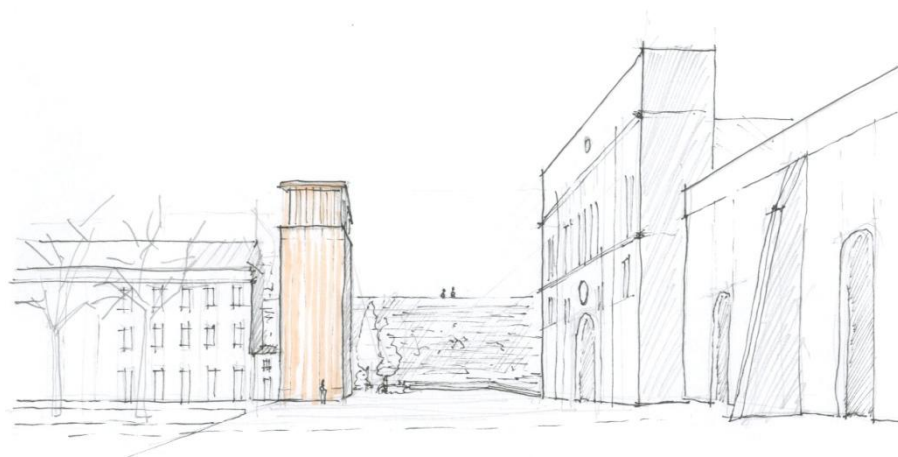


75. Direita.

Planta esquemática. Ligações propostas para a Alameda do Beato e Convento. O elevador remata a frente edificada e promove uma passagem da cota superior para a Alameda do Beato, permitindo ainda definir o espaço de finalização da alameda numa pequena praça de enquadramento da igreja do Convento.

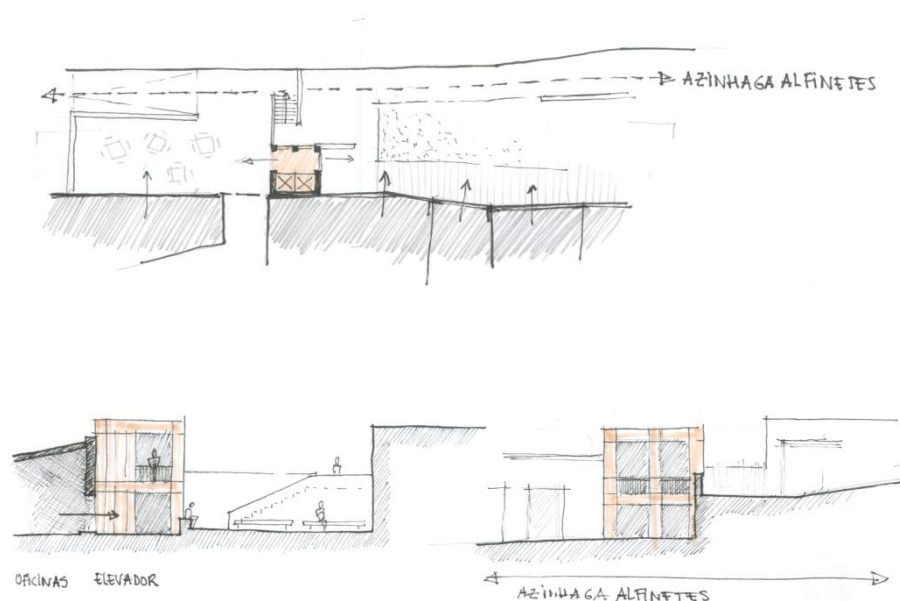
76. Baixo.

Perspectiva do elevador e da igreja do Convento com o muro existente ao fundo a fechar o espaço de chegada da alameda.



A área envolvente ao convento do Beato, a nascente, é composta por pátios e vestígios de pequenas vilas operárias que são, actualmente, espaços desligados e isolados, quer pelo elevado estado de degradação quer pela própria configuração fechada dos mesmos. São propostas demolições pontuais de forma a abrir passagens para esta zona com o objectivo de reabilitar estes conjuntos edificados que, não tendo especial valor arquitectónico, constituem uma peça importante da identidade cultural de Marvila. O objectivo é a futura reconversão, mantendo a volumetria existente, para pequenas oficinas e indústrias, associadas a espaços comerciais que permitam um acesso mais público e que ao mesmo tempo mantenham o seu carácter original. É neste conjunto urbano que culmina a Azinhaga dos Alfinetes.

77. Esquemas em planta e alçado da nova passagem que sugere a continuidade da Azinhaga dos Alfinetes até à Rua do Beato. É proposto um elevador público para assistir a transição entre cotas no ponto onde são propostas as demolições.



Na envolvente do mirante existe um acesso por escada à cota inferior, no fim da Rua José Domingos Barreiros. Esta escada contorna um geomonumento classificado e identificado no PDML como espaço a qualificar. É proposta a demolição de um pequeno edifício para instalar um elevador público que faça a transição entre as cotas de forma mais suave e adaptada, até potenciando a contemplação do monumento em causa.

ARRUAMENTOS - A concepção e o dimensionamento do sistema rodoviário tiveram como pressupostos a manutenção das vias existentes e dos troços que pudessem servir de base às novas ligações¹³⁹.

O novo acesso rodoviário principal apoia-se, na Rua Amigos de Lisboa, na Azinhaga das Veigas e, por fim, faz a ligação à Rua João César Monteiro já em Chelas. Esta via foi dimensionada de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PDML para este nível, tendo por isso, cruzamentos nivelados e semáforos, em vez de rotundas, para os regular. Esta opção prende-se com a primazia que é dada ao espaço público pedonal e à quantidade de espaço necessário para implantar uma rotunda.

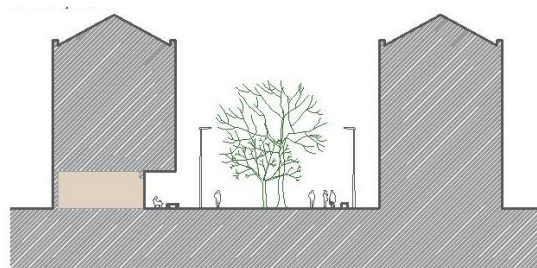
Nas ruas existentes, e que se mantêm, integradas no novo espaço urbano, é proposto um reperfilamento ou até um novo desenho da via. A Estrada de Marvila, por exemplo, ganha um novo perfil (mais estreito) a partir do cruzamento com a Calçada do Duque de Lafões. Já para a Rua Miguel de Oliveira é proposto um novo traçado de forma a alinhar com a Rua José Bateira (uma das ruas estruturantes do bairro da Madre de Deus). Na Azinhaga da Bruxa, que actualmente tem, apenas num troço, tráfego viário, e que liga com a Azinhaga das Salgadas, propôs-se uma intervenção diferente, separando o automóvel do peão. A ideia é que as azinhagas reconquistem uma importância pedonal que actualmente está dissimulada devido ao tráfego automóvel. Este tipo de intervenção também é proposto em alguns troços da Azinhaga dos Alfinetes.

Prevê-se que, na área de intervenção, a rua principal será a que faz a ligação entre a Avenida Infante Dom Henrique e a Rua João César Monteiro em Chelas, assumindo todas as outras um carácter secundário ou de acesso local consoante as suas características. Como forma de evidenciar esta distinção, o perfil das ruas será adaptado às malhas onde toca, ou ao tipo de vivência que pode criar. A rodovia principal, bem como as ruas de ligação aos bairros mais recentes (Madre de Deus, Ourives e Chelas) poderão ser asfaltadas e as restantes calcetadas a granito.

¹³⁹ Ver toponímia dos arruamentos actuais no Anexo II

78. Perfil Tipo de via pedonal principal.

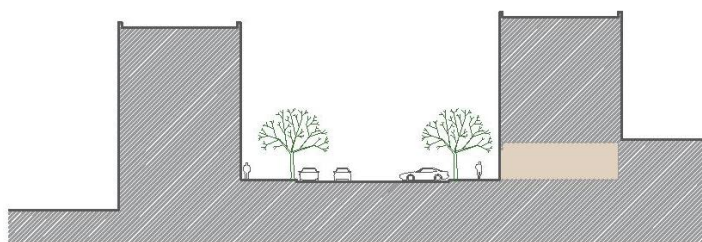
- Distância entre fachadas: 20m
- Pisos térreos destinados à habitação, comércio ou serviços e equipamentos de proximidade. Uso dominante: residencial.
- A dimensão do arruamento permitirá a arborização e a existência de mobiliário urbano
- Nos pisos térreos comerciais a fachada poderá ser recuada para evitar que o espaço central da rua seja ocupado com esplanadas, toldos, etc.



PERFIL VIA PEDONAL PRINCIPAL

79. Perfil Tipo de via principal.

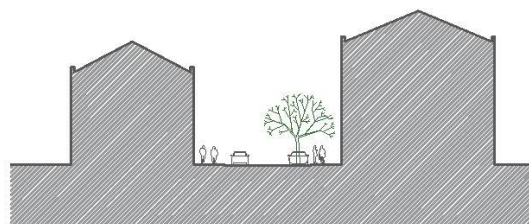
- Distância entre fachadas: 25m. Passeios: 5-6m.
- Distribuição rodoviária principal. Estacionamento dos dois lados. Arborização entre o estacionamento e o passeio.
- Pisos térreos destinados à habitação e comércio ou serviços. Uso dominante: residencial, excepto nas áreas centrais, onde poderá ser o terciário.
- O limite edificado da rua deverá ser o mais contínuo possível para facilitar a leitura do espaço.



PERFIL VIA PRINCIPAL

80. Perfil Tipo de via secundária (A).

- Distância entre fachadas: 14,5m. Passeios: 3m.
- Distribuição rodoviária local. Estacionamento apenas de um lado. Arborização optativa.
- Pisos térreos destinados à habitação, excepto nos edifícios de gaveto onde se poderá admitir a inclusão de estabelecimentos comerciais.
- Perfil de arruamento com as dimensões mínimas previstas no PDML, a utilizar nas zonas de contacto com as malhas antigas.

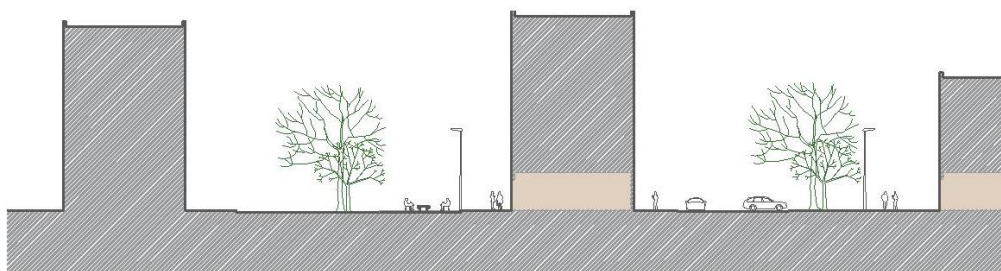


PERFIL VIA SECUNDÁRIA (A)

81. Perfil Tipo de

via secundária (B)

- Configuração do perfil deve-se à integração urbana do conjunto na malha existente podendo assumir qualquer dimensão



PERFIL VIA SECUNDÁRIA (B)

ESPAÇO VERDE - O espaço verde na área de intervenção é composto por diferentes áreas. A primeira, de maior importância e significado, é o novo parque urbano situado em frente à antiga escola industrial, e que promove a continuidade verde em três sentidos diferentes. Para o lado do bairro da Madre de Deus, a estrutura verde prolonga-se entre os edifícios e para dentro da Escola António Verney, culminando no Parque Urbano da Madre de Deus. Para Sul, o parque continua até à Quinta das Pintoras, onde se encontra um bosque densamente arborizado e que serve de arranque para a estrutura verde apontada no sub-capítulo anterior. Ainda nesse sentido surgem as hortas urbanas, existentes, às quais se propõe uma reestruturação com base nos percursos já estabelecidos, tornando-os públicos e utilizando esse mesmo espaço para fazer a transição do novo parque urbano para a Quinta das Veigas.

A referida Quinta das Veigas, desde a sua origem que se assume como uma quinta de recreio e pequena produção, verificando-se actualmente ambos os usos. Ao abrir este espaço verde ao público e de forma integrada no conjunto de espaços verdes urbanos, optou-se por manter algumas valências existentes, nomeadamente o recente campo de jogos aí construído. O objectivo da intervenção na antiga quinta, passou por clarificar o sentido principal dos percursos. Ou seja, este espaço verde surge como limite da nova praça introduzindo o elemento “verde” no espaço urbano, e oferecendo uma continuidade quer de percursos quer de espaços de permanência e carácter verde até ao novo parque urbano.

São também requalificados todos os espaços verdes em redor dos elementos urbanos acima identificados, como o Convento do Beato, o geomonumento, o mirante, etc.

Relativamente aos espaços privados, interiores de quarteirão e logradouros, optou-se por maximizar a permeabilidade do solo através de espaços verdes, arborizados pontualmente de modo a não comprometer a insolação dos fogos propostos.

Os alinhamentos arbóreos propostos nos novos arruamentos e nas áreas de recreio e produção, visam clarificar a leitura da estrutura de espaço público. Ou seja, as árvores foram tidas como importantes elementos urbanos na

composição e definição dos diferentes espaços, seja pelos alinhamentos visuais, pela continuidade dos conjuntos edificados, ou mesmo na definição do espaço da rua.

82. Escala 1/10.000.

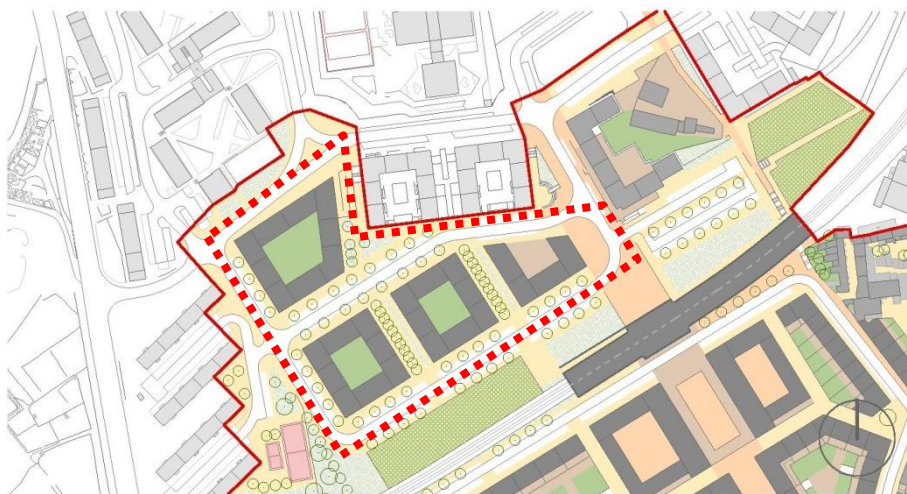
Esquema com a identificação dos principais espaços verdes existentes e propostos.



O QUARTEIRÃO - Quanto ao tecido edificado proposto o objectivo é que este seja o mais diversificado possível, tanto na sua forma, como na sua função, a fim de completar e consolidar as malhas existentes de forma adequada. O objectivo é que os edifícios propostos se “agarram” aos existentes e “cosam” o novo tecido tanto a nível formal como funcional.

Em primeiro lugar, importa referir que se assumiu a proposta constante no PPQMAAA, no que toca à consolidação da malha a norte da Linha de Cintura, que propõe um conjunto de edifícios a entregar a cooperativas de habitação, bem como uma reestruturação da hierarquia viária do bairro. Os objectivos do

Plano que não estão ainda desenhados, como é exemplo o espaço envolvente à linha ferroviária, foram projectados no âmbito deste trabalho respondendo tanto aos objectivos do próprio Plano, como aos objectivos estratégicos do presente projecto.



83. Escala 1/5.000. Extracto da planta geral da proposta urbana, constante no Anexo V, com identificação dos edifícios propostos no PPQMAA.

A forma urbana adoptada como estruturante para a restante área de intervenção deste projecto é, genericamente, o quarteirão. Pelas suas características, permite uma flexibilidade, adaptação à topografia e às malhas existentes, ao mesmo tempo que garante a legibilidade e a continuidade da estrutura de espaço público. Apenas em alguns momentos, de excepção, se adoptaram outras linguagens formais de modo a melhor responder aos problemas identificados em cada caso.

84. Escala 1/10.000.
Esquema de cheios-vazios da
proposta.



Optou-se por assumir um programa maioritariamente habitacional, dado que é a partir das pessoas que habitam a Cidade que esta vive e funciona. Aliás, a ideia de, no projecto, conceber primeiro o espaço público e só depois o espaço privado, assume à partida a existência de população fixa no local, que possa dar vida e uso ao mesmo.

Quanto aos usos propostos, como regra geral, adoptou-se uma estratégia que segue a lógica da hierarquia de arruamentos, viária e de espaço público. Ou seja, as ruas principais concentram um maior número de espaços de uso colectivo no piso térreo. Sendo que se pretende um programa habitacional, a ideia foi sempre a de não reservar sistematicamente os pisos térreos para fins comerciais. Quer isto dizer que apenas nas ruas de maior significância, haverá comércio ou serviços no nível da rua, e, consoante a posição que a rua ocupa

nessa hierarquia, todo o piso térreo se destinará ao comércio e serviços, ou apenas parte, estando o resto destinado ao uso habitacional.



85. Escala 1/10.000.

Esquema com indicação do carácter público (preto) e colectivo (encarnado) dos pisos térreos.

Como forma de completar o programa habitacional definiu-se uma estratégia para a localização dos usos que não são nem residenciais nem comerciais. Nas áreas envolvidas às novas estações ferroviárias (Marvila e Beato), que correspondem à duplicação do eixo pedonal em dois níveis, implantam-se os edifícios de referência que agregam espaços destinados ao comércio e a escritórios, incluindo ainda, em menor proporção, a habitação.

Quando a forma urbana que os novos conjuntos assumem é um quarteirão, fechado ou aberto, o seu carácter público ou privado foi definido consoante a localização. Ou seja, nas áreas onde actualmente o espaço privado tem um peso maior na estrutura urbana existente, assumiu-se que o interior dos novos quarteirões seriam de uso exclusivo dos residentes. Ao passo que, verificando o contrário, mais perto de Chelas, por exemplo, o interior dos quarteirões assume um carácter mais público e não apenas de uso colectivo privado.

Após o desenho e a concepção do espaço público foi definida a volumetria e o programa das edificações que dão forma ao novo conjunto urbano. Além das regras e dos objectivos estabelecidos na fase estratégica, que se prendem maioritariamente com alinhamentos e volumetrias, o terreno foi modelado de forma a resolver os desníveis e as pendentes beneficiando sempre a continuidade do espaço público e do espaço colectivo. Dadas as grandes diferenças de cota que se encontram na área de intervenção, optou-se por utilizar as garagens como elemento de modelação do terreno, evitando assim, na maioria dos casos, a necessidade de fazer escavações. Esta opção é de especial relevância na solução proposta para a nova estação ferroviária, que aproveita o desnível existente para criar um parque de estacionamento público por baixo da nova praça e que se estende até à linha férrea, podendo ter dois pisos. É importante referir ainda que a entrada para as garagens privadas é feita, na maioria dos casos pelo interior do quarteirão, evitando assim ocupar parte dos pisos térreos que formam os arruamentos com entradas de garagens, permitindo utilizar os mesmos para um fim que crie “relação” com a rua.

86. Esquerda.

Fotografia da fachada da igreja do Convento do Beato e que fecha a Alameda do Beato. A igreja encontra-se descaracterizada dado que já albergou actividade industrial, restando ainda duas chaminés como marca dessa actividade.

87. Direita.

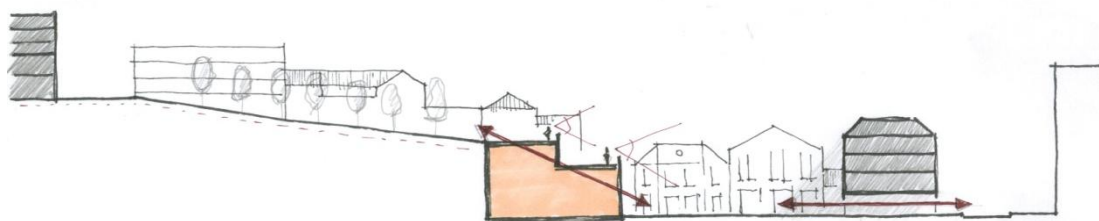
Fotografia do antigo edifício de escritórios d'A Nacional situado na Rua do Beato, em frente aos silos.

CONJUNTOS SINGULARES - Olhando para os edifícios existentes de maior relevância e importância para o local encontram-se alguns conjuntos que estão devolutos, degradados, ou confinados a algum uso que não tira partido de todo o potencial que lhes foi atribuído neste trabalho.



O Convento do Beato, imóvel classificado, consiste num conjunto edificado de grande importância histórica e cultural, tendo sido desde a sua fundação um edifício referência e motor de desenvolvimento¹⁴⁰. Actualmente disponibiliza um espaço para eventos privados, mas mantém grande parte do edifício em mau estado de conservação e sem uso. Ao assumir este conjunto como ponto de arranque ou chegada do eixo pedonal transversal sentiu-se a necessidade de, não só abrir todo o espaço a um uso colectivo, mas sobretudo, conferir-lhe um uso mais significativo para Marvila. Como tal, foi considerado oportuno converter o convento e alguns dos seus anexos num espaço de cariz cultural ligado à história da indústria de Lisboa e de Marvila. É proposto o Museu da Indústria de Lisboa.

88. Corte esquemático identificando a passagem proposta entre a nova estação do Beato e a Rua do Beato. O eixo pedonal principal culmina no Convento e um dos pontos de chegada é o edifício que resolve a diferença de cotas e poderá estar integrado no novo Museu da Indústria de Lisboa.



Ainda no conjunto do Beato, e aproveitando os edifícios dos antigos escritórios da fábrica e alguns armazéns que limitam a Alameda do Beato é proposta a sua reconversão para edifícios de habitação colectiva entre outros, o que corresponde a uma intenção da empresa proprietária que recentemente explorou essa possibilidade num projecto de reabilitação, não tendo contudo avançado ainda para obra.

¹⁴⁰ A compra do convento pela "A Nacional" e respectiva ampliação comprovam precisamente a importância do convento num tecido que se estava a industrializar.

89. Imagem da brochura do projecto de reabilitação do Convento do Beato. O projecto “Convento do Beato Residências” prevê a reconversão de 6 edifícios para fins residenciais, e 1 edifício para comércio/ serviços/ indústria, e matém o centro de eventos.



A Quinta das Veigas situada no centro da área de intervenção, acolhe actualmente um lar para pessoas com deficiência. A casa, cuja origem remonta ao séc. XVII, tem uma planta rectangular com um pátio interior ladeado por uma galeria. Na sua fachada principal virada para o rio, possui um terreiro com uma capela e uma vista desafogada. Admitiu-se a deslocalização do lar para um edifício de maiores dimensões e adaptado às necessidades específicas deste tipo de equipamento, reservando a casa senhorial para fins comerciais no piso térreo e co-working nos pisos superiores tirando partido do acesso em galeria independente, em torno do pátio.

90. Fotografia da Quinta das Veigas a partir do apeadeiro de Marvila. A casa, de grandes dimensões, tem um papel de destaque na paisagem.



A antiga Escola Industrial Afonso Domingues, implanta-se num espaço outrora propriedade da Quinta das Veigas, e está abandonada desde 2010 pelas razões enunciadas anteriormente¹⁴¹. Esta infraestrutura de grandes dimensões conta com três edifícios interligados. O conjunto é composto por um edifício principal com 3 pisos (onde se situam as salas de aula), um grande armazém tipo “hangar”, onde estavam instaladas as máquinas industriais utilizadas no ensino, e, por fim, um terceiro corpo que inclui um espaço polivalente com palco e balneários. Optou-se por reconverter este conjunto num pólo ligado às indústrias criativas¹⁴². Esta opção está integrada na estratégia no PUC que propôs a instalação dos estúdios da RTP na zona destinada a usos industriais em Chelas, e é de resto, uma tendência que se verifica no reaproveitamento de diversos armazéns no Poço de Bispo. A estrutura simples do edifício e dos espaços interiores potencia uma adaptação para um uso diferente do original. Para o hangar, pelas suas dimensões propõe-se a instalação de estúdios audiovisuais. O espaço polivalente pode adaptar-se para um auditório e, no edifício principal, propõe-se a instalação de escritórios ligados ao sector audiovisual e criativo, incluindo o co-working e espaços para start-ups.



91. Fotografia do edifício principal da Escola Secundária Afonso Domingues (Ex Escola Industrial Afonso Domingues). Fundada em 1884, teve diversas instalações ao longo do tempo, fixando-se na Quinta das Veigas em 1956. Tendo sido extinta em 2010, encontra-se votada ao abandono e ao vandalismo.

O mirante da antiga Quinta do Marquês de Marialva deverá manter a sua função de mirante e, estando aberto ao público, poderá oferecer um panorama único

¹⁴¹ Ver cap. 4.1.2 – Planeamento Urbano

¹⁴² A título de exemplo, pertencem a esta categoria de actividades áreas muito diferentes como Arquitectura, Música, Design, Cinema, Publicidade, Televisão, Rádio, edição, Informática, entre outros.

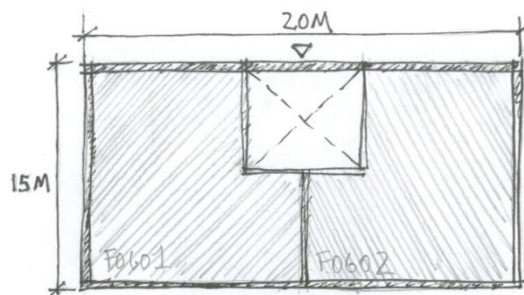
sobre Lisboa e o Tejo. Poderá ser apoiado por uma pequena edificação, actualmente em ruínas, que contenha um espaço informativo, e um espaço comercial e de restauração. A partir desse edifício de apoio é feita também a passagem para o geomonumento da Rua José Domingos Barreiros.

92. Fotografia do mirante da antiga Quinta do Marquês de Marialva. Este elemento é um ícone da paisagem de Marvila, tendo sobrevivido às inúmeras transformações de grande escala que se verificaram nesta área. São exemplo a Linha do Norte e a fábrica da Sociedade Nacional de Sabões, que preservaram o peculiar edifício.



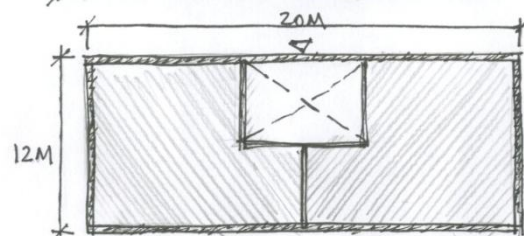
EDIFÍCIO - Além da funcionalidade do tecido edificado, cada “peça” deste tecido foi dimensionada de modo a poder prever o tipo de comércio ou habitação expectável em cada parte desta estrutura hierarquizada. Como tal foram definidas diferentes empenas em cada conjunto consoante a sua localização, sendo a medida mais comum os 12m.

A par do dimensionamento da empena foi definida dimensão da fachada de cada edifício, na frente de rua, com o intuito de prever as tipologias que cada edifício pode integrar. Assumiu-se que, genericamente, a tipologia de agregação dos fogos é o “esquerdo-direito”, ou seja, cada edifício terá, por definição, 2 fogos por piso. Nos edifícios de excepção (gavetos, situações topográficas especiais, etc.), admitiram-se tipologias de agregação diferentes (galeria ou torre).



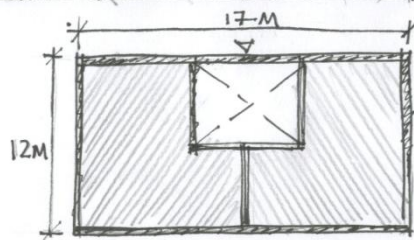
GRANDE 1

ÁREA IMPL. 300 M^2
 ÁREA ACESSOS 45 M^2
 ÁREA F060 $127,5 \text{ M}^2$



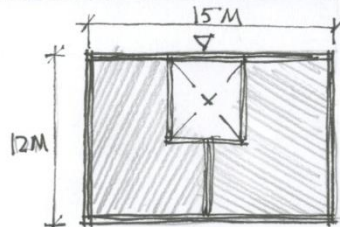
GRANDE 2

ÁREA IMPL. 240 M^2
 ÁREA ACESSOS 40 M^2
 ÁREA F060 100 M^2



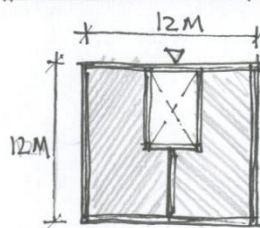
MÉDIO 1

ÁREA IMPL. 204 M^2
 ÁREA ACESSOS 35 M^2
 ÁREA F060 $84,5 \text{ M}^2$



MÉDIO 2

ÁREA IMPL. 180 M^2
 ÁREA ACESSOS 30 M^2
 ÁREA F060 75 M^2



PEQUENO

ÁREA IMPL. 144 M^2
 ÁREA ACESSOS 25 M^2
 ÁREA F060 $59,5 \text{ M}^2$

Todos os edifícios possuem garagem, excepto as moradias em banda, que ao terem um espaço exterior de logradouro com acesso à rua, têm a possibilidade de resolver o estacionamento privado dentro do lote.

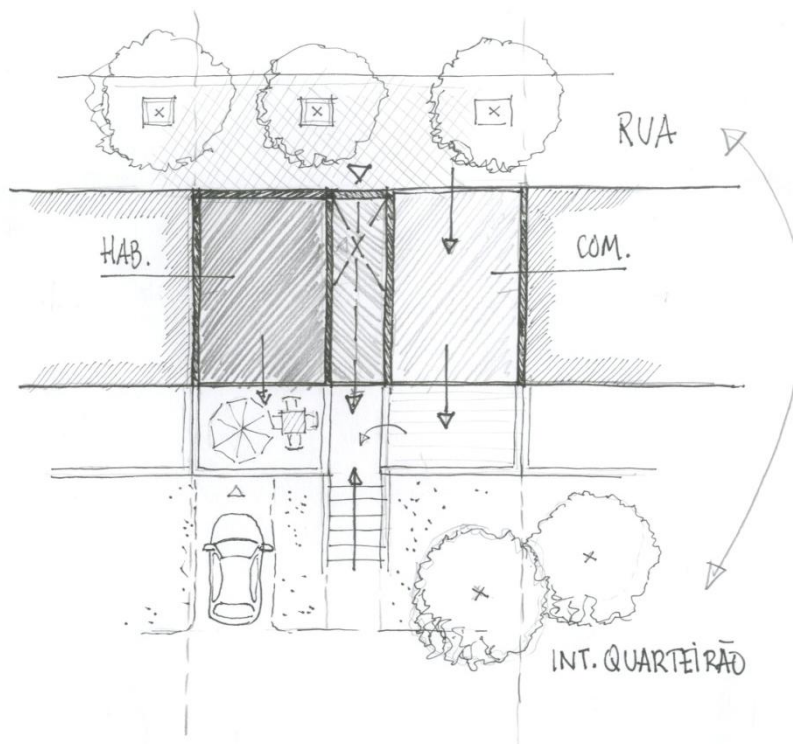
93. Página anterior.

Esquema explicativo da lógica utilizada na composição urbana da proposta para o dimensionamento dos edifícios e distribuição das tipologias.

Com o intuito de garantir uma utilização do interior dos quarteirões por parte dos residentes e dos utentes dos diferentes espaços colectivos localizados nos pisos térreos, propõe-se uma forma de acesso, a partir dos pisos térreos, ao interior dos quarteirões. O objectivo é que os espaços comerciais possam utilizar o espaço interior do quarteirão (quando este tem um carácter público), do mesmo modo que os moradores. Quer isto dizer que, tanto quanto possível, se promove uma permeabilidade urbana pública por dentro dos espaços colectivos comerciais e dos espaços colectivos privados.

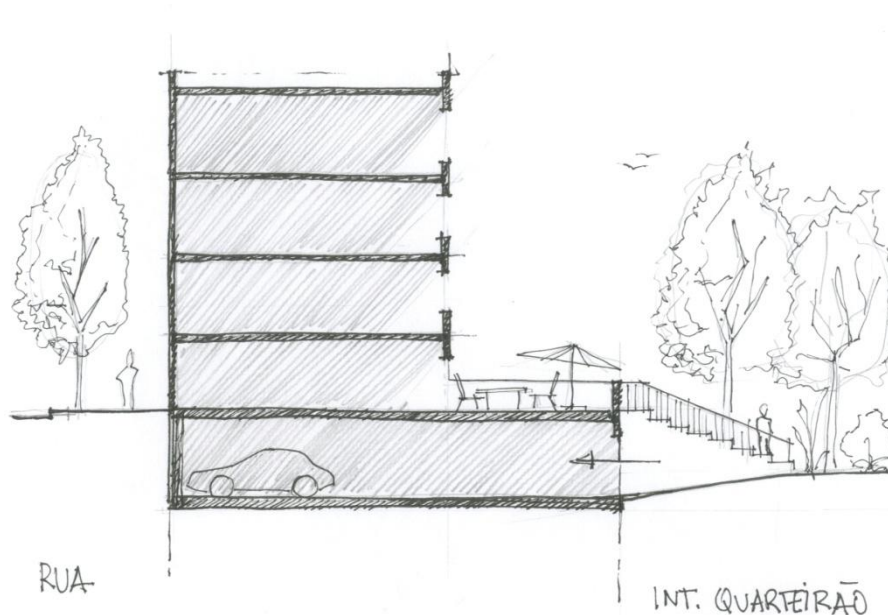
94. Planta esquemática.

Propõe-se o uso do interior dos quarteirões pelos moradores e também pelos utentes dos espaços colectivos nos pisos térreos. A entrada para as garagens privadas é feita pelo interior do quarteirão, garantindo ainda que estes espaços interiores não sejam inutilizados ou abandonados.



95. Página seguinte.

Corte esquemático.



Sistema de Espaços Colectivos: Uma Visão Para Marvila

Dada a dimensão deste projecto e a limitação de tempo para o executar optou-se por aprofundar a definição do eixo pedonal principal, e nessa área desenvolver então o projecto do SEC, conceito fundador desta proposta.

O sistema desenhado vem no seguimento da escala de projecto anterior, pelo que apenas detalha a informação relativa à dimensão dos espaços interiores de uso colectivo, bem como dos espaços públicos interiores e exteriores nos seus diferentes níveis. Procurou definir-se a materialidade e dimensionar os elementos que dão forma ao SEC.

O projecto nesta escala teve início na definição dos espaços construídos, assumindo o estabelecido na escala do projecto urbano quanto ao uso de cada piso térreo, detalhando então a dimensão das diferentes partes – espaço privado, espaço colectivo e espaço público.

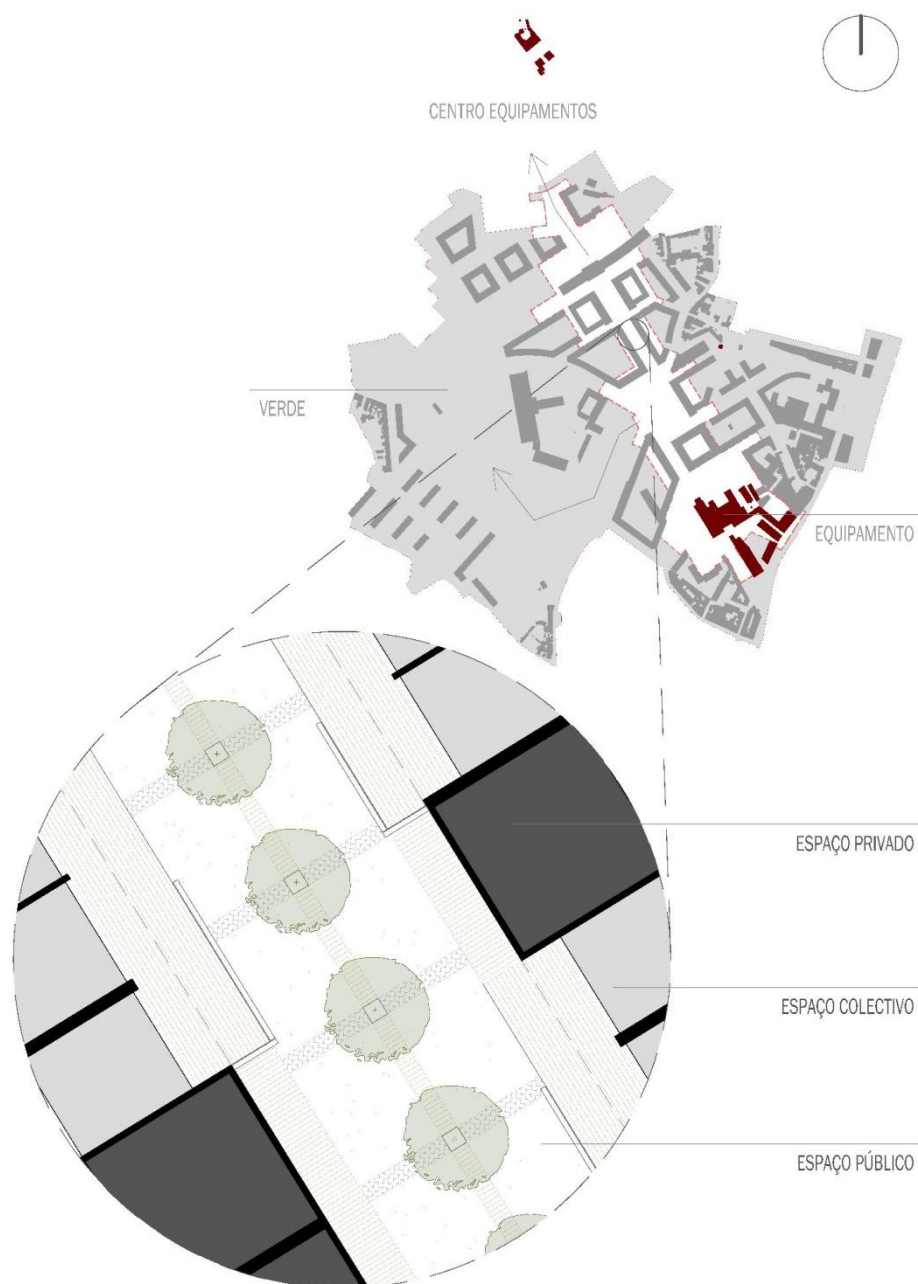
Escolheu-se, no tipo de representação, uma abordagem adaptada da planta de Nolli, com a adição da variável “espaço colectivo”. Para fazer a distinção entre espaço público e espaço colectivo optou-se por representar apenas com uma “linha”, os lados para os quais o espaço edificado de uso colectivo se abre

sobre o espaço público, distinguindo assim das “paredes” que o fecham. Este tipo de representação não é portanto uma definição arquitectónica de cada edifício, mas sim uma convenção de representação para a construção de uma ideia global para o eixo pedonal proposto, que pretende clarificar a permeabilidade que é possível atingir a partir de um modelo urbano comum.

96. Sem escala e 1/500.

Esquem explicativo da área desenvolvida com maior detalhe, bem como da representação convencionada para explicar o Sistema de Espaços Colectivos.

O eixo pedonal proposto tem nas extremidades o centro de equipamentos, em Chelas, e o Convento do Beato, bem como a ligação pela praça principal, ao Parque Urbano proposto, através da Quinta das Veigas, que limita um dos lados da dita praça.



PISO TÉRREO - Dado que todos os edifícios têm pelo menos uma parte destinada ao uso colectivo, maioritariamente comercial, foi definido um recuo da fachada no piso térreo correspondente a esses mesmos espaços. Esta opção permite criar uma volumetria mais complexa no toque dos edifícios com o espaço da rua, não desrespeitando os alinhamentos estabelecidos no projecto urbano. O facto de haver um espaço intermédio entre a rua e o espaço colectivo interior, potencia ainda a utilização do espaço interior sem, com isso, ocupar a via pública em demasia, seja com esplanadas, toldos, publicidade, etc. Os edifícios cuja tipologia se repete foram espelhados de modo a que o espaço da rua não fosse simétrico. Entende-se que desta forma é possível quebrar a monotonia e potenciar a diversidade de espaços e de usos no exterior.

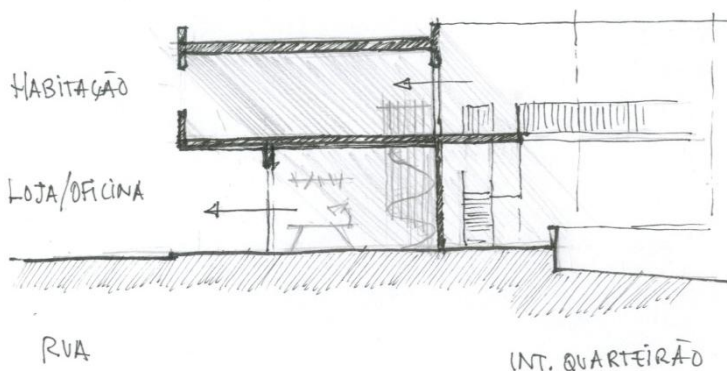
A partir do primeiro piso, nos edifícios comuns¹⁴³, o uso é exclusivamente habitacional. Ao longo do eixo pedonal a habitação no piso térreo tem pouco peso porque a intenção é a de criar, neste espaço canal especial, uma maior permeabilidade entre o espaço público e o espaço colectivo que se destaque do resto do conjunto urbano proposto. Ainda assim, exceptuando as áreas de referência, (estações ferroviárias e praça) o uso dominante é a habitação.

Importa referir ainda os edifícios não comuns que desempenham um papel importante num contexto mais abrangente. São exemplo os edifícios B15 e C6¹⁴⁴, cuja altura máxima foi limitada de modo a não tapar a vista da praça elevada (à saída da estação de Marvila), que corresponde a uma das duplicações do eixo pedonal e que tem um papel importante no sistema de vistas proposto. Como tal, foi pensada uma tipologia que pudesse explorar esta volumetria de forma integrada no contexto do projecto e do território de Marvila. Propõe-se um conjunto de módulos de dois pisos onde, no piso térreo conste um espaço de oficina e loja, e no piso superior um espaço habitacional. O acesso aos fogos pode ser feito por uma galeria no interior do quarteirão ou por dentro da oficina. A tipologia proposta pretende revisitar, de modo adaptado, as vilas operárias de Marvila, que combinavam o espaço de trabalho com o espaço da habitação num só edifício. A Vila Pereira na Rua do Açúcar é o caso mais semelhante que ainda hoje subsiste.

¹⁴³ Edifícios cuja tipologia se repete, não só ao longo do eixo pedonal mas também em outras áreas do projecto urbano.

¹⁴⁴ Ver planta de identificação dos edifícios propostos, no Anexo II.

97. O espaço colectivo no piso térreo pretende potenciar a permeabilidade e a gradação do espaço público de forma tanto horizontal como vertical, ao propor uma passagem do espaço Oficina para o espaço Casa também pelo interior.



O conjunto urbano que define a praça central é constituído por edifícios de maior volumetria, que conjugam um tipo de actividades diferentes e que se consideram importantes no equilíbrio funcional do projecto urbano. Como tal, é proposto um edifício (D7) cujo piso térreo é inteiramente comercial e os restantes 6 pisos ocupados por escritórios. O objectivo de criar espaços de escritórios, pretende promover uma centralidade na nova praça de Marvila assente nas diferentes ofertas de mobilidade urbana e de usos. Os dois edifícios (B11 e F5) integrados nos quarteirões residenciais que formam a praça integram também usos comerciais no piso térreo, escritórios nos 2 pisos seguintes e habitação nos 4 pisos superiores. Pretende-se com esta solução complexificar o limite do espaço público de referência que é a praça. Ao integrar usos tão distintos no mesmo edifício entende-se potenciar a diversidade urbana, nas suas vertentes sociais, tipológicas e formais.

Através da permeabilidade que os pisos térreos oferecem, pela possibilidade de transitar ou não para o interior do quarteirão, faz-se uma aproximação àquilo que foi identificado na planta de Nolli como a grande inovação que esta traz: a representação da complexidade dos limites dos espaços que são *domínio público*, ou, neste caso, *domínio colectivo*. De facto, o espaço público, e o espaço colectivo por extensão, apresentam os seus limites tanto mais densos e

complexos quanto maior for a diversidade urbana nas suas diferentes dimensões.

EDIFÍCIOS REFERÊNCIA - Neste seguimento, importa então detalhar os edifícios referência que coroam o SEC. Estes correspondem aos pontos de ligação com a infraestrutura ferroviária, e por isso assumem-se como potenciadores da centralidade implícita no projecto urbano. Os edifícios X e Y, na parte superior, de planta quase simétrica, encaminham o olhar e o percurso pedonal para o edifício Z. Todos os três fazem pelo seu interior a passagem das cotas superiores do eixo pedonal, para as inferiores, oferecendo a possibilidade de ligação ao comboio. Optou-se por dotar estes edifícios com parques de estacionamento que pudessem promover a intermodalidade dos transportes, oferecendo o parque X – 180 lugares, Y – 135 lugares e Z – 760 lugares.

Esta opção é representativa da aposta feita no projecto urbano ao apresentar uma rede composta por diferentes modos de transporte que se complementam, desde o transporte individual, passando pelos modos de transporte suave, aos diferentes transportes colectivos. Os edifícios referência materializam esses elos de ligação, e clarificam através da respectiva linguagem formal o seu carácter iminentemente público.

Apesar da dimensão pública dos edifícios referência estar assegurada, considera-se uma vez mais que, para garantir o equilíbrio do conjunto é necessário agregar diferentes funções e sobretudo diferentes graus de espaço público, de espaço colectivo e de espaço privado. Como tal, à semelhança dos edifícios que formam a praça, também estes reúnem comércio, escritórios e habitação. Há contudo uma distinção, para além das que já foram enumeradas, que se prende com o maior valor significante destes edifícios. Propõe-se então, nos pisos térreos dos mesmos não só os espaços comerciais, mas também espaços destinados a equipamentos colectivos de proximidade¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Por equipamento de proximidade entende-se algum tipo de serviço prestado pelo Município ou pela Junta de Freguesia, que promova a interacção e a coesão social, bem como alguma associação recreativa ou de moradores.

Estes edifícios referência assumem-se como *edifícios híbridos* que se caracterizam, segundo Komossa¹⁴⁶, pela combinação no seu interior do domínio público com o domínio privado. São propostas relações de continuidade do espaço público de forma tanto horizontal como vertical. A estrutura de espaço público definida na escala da cidade resulta na arquitectura do edifício como uma continuidade e uma combinação de usos, vivências e formas de fazer cidade. A proposta para estes edifícios pretende apresentar-se como uma “arquitectura urbana”, à luz da leitura do trabalho da referida autora sobre edifícios híbridos.

98. Indicação dos edifícios referência que se assumem como edifícios híbridos. Este conjunto constitui o suporte funcional necessário ao eixo pedonal.



¹⁴⁶ Komossa, “Researching and Designing GREAT; the Extremely Condensed Hybrid Urban Block.” 2011

ESPAÇOS EXTERIORES - Como materialização final da proposta de um Sistema de Espaços Colectivos para Marvila, definiu-se então o desenho do espaço público e da respectiva materialidade para o eixo pedonal principal.

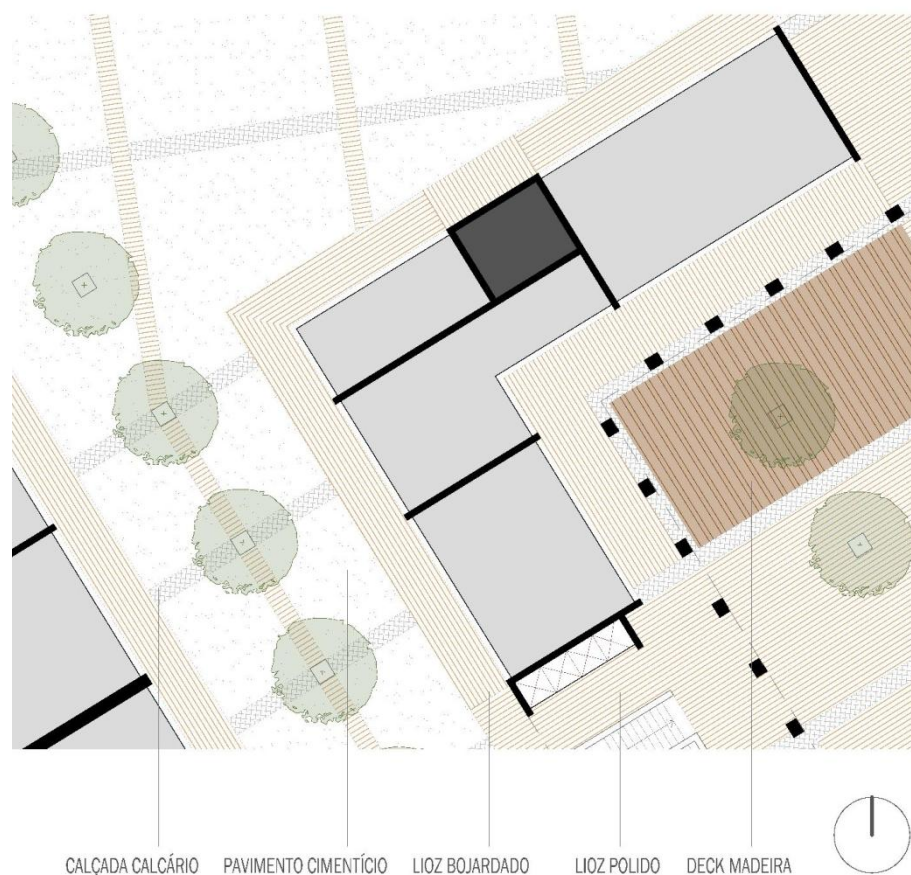
Em primeiro lugar, os materiais escolhidos, tentam não só destacar a importância do referido eixo, mas também integrá-lo no contexto da cidade de Lisboa. Como tal, assumindo que os arruamentos propostos no projecto urbano devem dar continuidade aos arruamentos existentes, essa lógica abrange também a respectiva materialidade. Assim sendo, surge naturalmente a opção de pavimentar todas as novas áreas pedonais em conformidade com o que existe na envolvente próxima, materializando-se então maioritariamente em passeios em calçada de calcário (a sul da Linha de Cintura), lajetas de betão (Chelas) entre outros em menor extensão. Para o eixo pedonal principal, optou-se por aderir ao conjunto de intervenções levadas a cabo pelo Município em diversas áreas no presente ano.

Propõe-se como materialidade principal um pavimento cimentício contínuo, marcado de forma ritmada por calçada de calcário. A definição de uma estereotomia pretende clarificar o espaço do percurso pedonal proposto, integrando ainda um alinhamento de árvores de médio porte (diâmetro da copa: 7m), marcado no pavimento com um terceiro material pétreo, o lioz bojardado. Ao longo de todo o alinhamento de árvores, desenhado pelo lioz, surgem, entre as árvores, peças de mobiliário urbano que permitem a estadia ou algum tipo de actividade. Fica assim implícito que a calçada e o pavimento cimentício estão associados ao percurso e à deslocação, ao passo que o lioz fica associado à estadia ou à marcação de algum momento importante.

Este conjunto de materiais é ladeado por uma faixa de lioz que faz o toque com os edifícios que formam o espaço pedonal. Com o intuito de enriquecer a forma e a apropriação destes espaços, e aproveitando o declive do eixo pedonal são criados pequenos desníveis em frente a cada espaço interior de uso colectivo a fim de promover, também aí, a estadia. A estereotomia do lioz poderá ser definida consoante o uso de cada espaço confinante ao eixo, ou seja, nas zonas de entrada dos edifícios de habitação esta orientar-se-á perpendicularmente ao

eixo, ao passo que nos espaços de continuidade das áreas colectivas a orientação poderá ser longitudinal. No caso de se tratar de um espaço exterior coberto, associado portanto a um espaço colectivo, o lioz será polido, potenciando assim a continuidade para o interior dos edifícios, já nos espaços exteriores não cobertos, o lioz será bojardado, garantindo uma maior segurança.

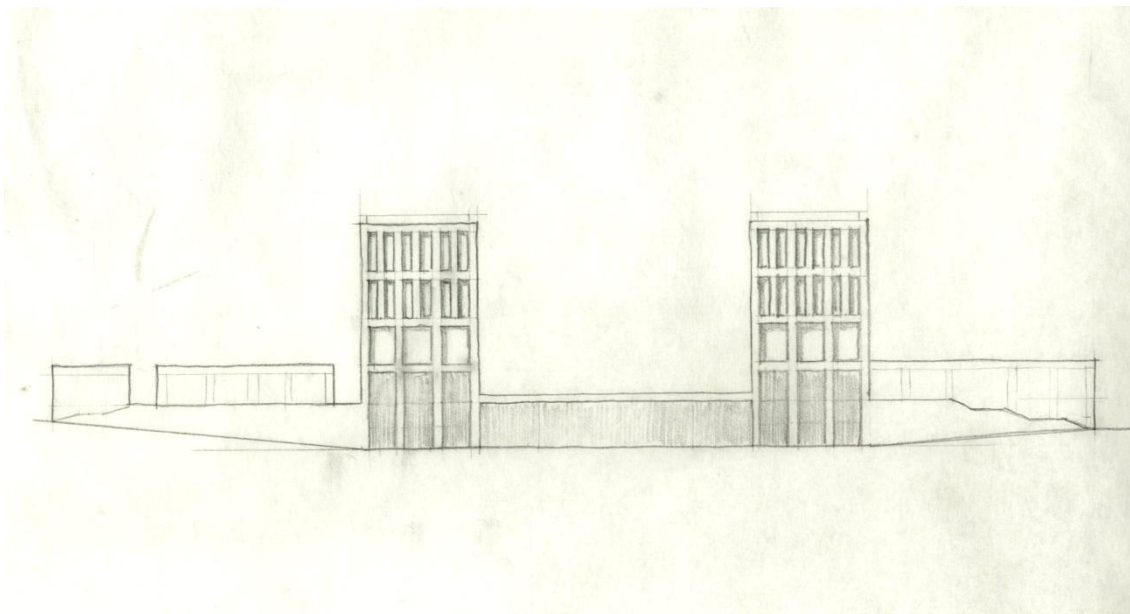
99.Extracto da planta 1/500 do SEC. A materialidade proposta pretende clarificar a leitura do espaço urbano relativamente aos usos. Está associado a cada material e estereotomia um tipo de uso, que indica um percurso (movimento), ou a estadia. A par desta lógica optou-se pelo destaques da pavimentação do eixo pedonal relativamente à envolvente, de modo a que seja mais facilmente reconhecido.



A iluminação nocturna do eixo pedonal deverá adquirir maior intensidade na faixa central, e diminuir gradualmente em direcção aos edifícios. Para tal, propõe-se a localização dos candeeiros num alinhamento que acompanha os pequenos desníveis já referidos, de modo a que possa projectar dois tipos de luz, uma posicionada mais acima apontada para o centro do eixo e outra mais baixa iluminando os espaços de contacto com os edifícios, garantindo assim o conforto dos utilizadores.

A materialidade assume-se neste projecto como um reforço da ideia estruturadora dos espaços públicos e colectivos, contribuindo para a legibilidade urbana, essencial para a melhor apropriação dos espaços da cidade.

100. Estudo de alçado para os edifícios referência junto à estação de Marvila. Pretende-se, clarificar através da linguagem formal clarificar o que é espaço público e o que não é, dentro dos próprios edifícios de uso colectivo.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do local para desenvolver o Projecto Final de Mestrado dedicado ao tema dos Sistemas de Espaços Colectivos como elementos estruturadores da cidade mostrou-se oportuna e adequada aos objectivos estabelecidos. Em primeiro lugar porque se verificaram todas as características apontadas como potenciadoras da implementação do SEC, ou seja, Marvila é um território que não foi planeado de forma integrada ao longo do tempo, é um território fragmentado, apresenta descontinuidades quer no tecido edificado, quer na estrutura de espaço público e apresenta ainda grandes heterogeneidades formais, funcionais e sociais. Esta combinação por si só já representa a enorme diversidade urbana que se verifica em Marvila e certamente enriqueceu a proposta final, pelo simples facto de não ser possível aplicar um modelo único que resolva a globalidade dos problemas.

Rapidamente se entendeu que a implementação do SEC teria de ser feita com base num passo anterior, o desenho da estrutura de espaço público. A definição estratégica, que decorreu em parte, da análise aos diferentes IGT's, permitiu abordar o território em causa de forma detalhada, desenhando soluções adaptadas a cada tipo de ligação às malhas existentes. Assumir a área de intervenção como o espaço de convergência das diferentes "pontas soltas", que pela acção do tempo ficaram por coser, permitiu desde o início acrescentar a complexidade e a diversidade, formal e funcional, de que o SEC necessitaria à partida, tendo em conta os temas propostos no trabalho.

A partir do momento em que se assume o desenho desta estrutura integrada, e integradora dos diferentes tecidos incompletos, como o elemento central do projecto, é possível não só densificar os limites do *domínio público* que a planta de Nolli sugere, mas também projectar o SEC como uma estrutura que é durável e resiliente, ou seja independente do tempo de vida dos edifícios que lhe dão forma.

Revelou-se de grande importância a necessidade de dar continuidade às malhas existentes para que o SEC atingisse a clareza e a legibilidade pretendidas. Essa continuidade teve neste caso até a possibilidade de se estender a outros domínios que não são só do espaço público mas também das infraestruturas e da mobilidade que, por sua vez, também promovem, e são

uma peça importante, na construção de um sistema de centralidades articulado.

Assumir a regeneração do território, assente quer na nova centralidade, quer no SEC, deu uma importante ajuda na definição do programa a propor na medida em que tudo funciona “em rede”. A centralidade, a estrutura de espaço público e respectiva dinâmica “espaço privado” / “espaço público”, o SEC, a integração e a função integradora da diversidade urbana, a regeneração como resultado, e a urbanidade pretendida, funcionaram em conjunto na materialização do projecto nas suas diferentes escalas.

Constata-se que esta interdisciplinaridade inerente ao projecto se atinge de forma natural a partir do momento em que a sua “hierarquia” tem no topo o espaço público e o espaço colectivo.

A vontade de compreender cada malha incompleta, bem como os tecidos consolidados, revelou-se um exercício complexo, porque o paradigma do desenvolvimento urbano das várias áreas nem sempre foi o mesmo. Encontram-se em Marvila lógicas de crescimento muito distintas, e que, entrando em conflito, não permitem a aplicação de apenas um paradigma de desenvolvimento. Ora, a proposta do SEC, enquanto estrutura integrada, obrigou a dar continuidade às diferentes malhas envolventes resolvendo-as em torno de um novo eixo significativo e de articulação. Esta opção permitiu resolver de forma adaptada cada descontinuidade e cada fragmento com um fim comum: a definição de um sistema claro, contínuo e colectivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- Anderson, Mary. *Development and Social Diversity*. Editado por Deborah Eade. Oxford: Oxfam GB, 1996.
- Ascher, François. *Novos Princípios Do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- Ascher, François, e Álvaro Domingues. *Metapolis: Acerca Do Futuro Da Cidade*. Oeiras: Celta, 1998.
- Augé, Marc. *Não-Lugares: Introdução a Uma Antropologia Da Sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand, 2006.
- Borja, Jordi, e Zaida Muxi. *El Espacio Público: Ciudad Y Ciudadania*. Barcelona: Electa, 2003.
- Brandão, Pedro. *O Sentido Da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.
- Calado, Maria, Mateus Henriques, Clara Mendes, Filipe Jorge, and Cristina Meneses. *Lisboa Vista Do Céu*. Lisboa: Argumentum, 2013.
- Carrera, Judit. *In Favour of Public Space: Ten Years of the European Prize for Urban Public Space*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2010.
- Carvalho, Maria, e Paulo Valença. *Glossário de Termos*. Porto: CCRN, 1998.
- Consiglieri, Carlos. *Pelas Freguesias de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.
- Cullen, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1973.
- Delgado, Manuel. *El Animal Público*. Barcelona: Anagrama, 1999.
- Dias Coelho, Carlos. "O Tecido." In *Cadernos de Morfologia Urbana: Os Elementos Urbanos*, 12–35. Lisboa: Argumentum, 2013.
- Fernandes, Sérgio Padrão. "O Traçado." In *Cadernos de Morfologia Urbana: Os Elementos Urbanos*, 36–57. Lisboa: Argumentum, 2013.
- G.T.H. *Plano de Urbanização de Chelas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1965.
- Habraken, John. *The Structure of the Ordinary*. Massachusetts: The MIT Press, 2000.
- Innerarity, Daniel. *El Nuevo Espacio Público*. Madrid: Espasa Calpe, 2006.
<https://books.google.com/books?id=JUjOAQAACAAJ&pgis=1>.
- Jacobs, Jane. *Morte E Vida de Grandes Cidades*. S. Paulo: Martins Fontes, 2000.

- Latham, Ian, e Mark Swenarton. *Brindleyplace: A Model for Urban Regeneration*. Londres: Right Angle Publishing, 1999.
- Merlin, Pierre, e Françoise Choay. *Dictionnaire de L'urbanisme et de Aménagement*. Paris: PUF, 1988.
- Portas, Nuno, Álvaro Domingues, e João Cabral. *Políticas Urbanas*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- Proença, Sérgio Barreiros. "A Resistência Da Forma Urbana." In *Cadernos de Morfologia Urbana: O Tempo E a Forma*, 32–49. Lisboa: Argumentum, 2014.
- Roberts, Peter, e Hugh Sykes. *Urban Regeneration: A Handbook*. Londres: SAGE Publications Ltd, 2000.
- Salgueiro, Teresa Barata. *A Cidade Em Portugal*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- Sennett, Richard. *O Declínio Do Homem Público: As Tirantias Da Intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.
<https://books.google.com/books?id=jmLACQAAQBAJ&pgis=1>.
- Zevi, Bruno. *Saber Ver a Arquitectura*. 5th ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Artigos

- Bohigas, Oriol. "Acceptance Speech of the Riba's Gold Medal, 1999 - Discurs D'acceptació de La Gold Medal Del RIBA, 1999'." *Annals - Tres Discursos, etsaB* 06 (2001).
- Brandão, Ana Luísa, e Pedro Brandão. "Por Uma Cidade Produtiva: A Diversidade Urbana Na Transição Pós-Industrial." *Scripta Nova* 18 (2013).
<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-446.htm>.
- Carvalho, Carlos Humberto. "Aproveitar as Oportunidades Da Regeneração Urbana." *Metrópoles* 24 (2008): 2–3.
- Castro, Alexandra. "Espaços Públicos, Coexistência Social E Civilidade." *Cidades - Comunidades E Territórios* 5 (2002): 53–68.
- Chiodelli, Francesco, e Stefano Moroni. "Do Malls Contribute to the Privatisation of Public Space and the Erosion of the Public Sphere? Reconsidering the Role of Shopping Centres." *City, Culture and Society* 6, no. 1 (2015): 35–42. <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1877916614000824>.
- Heitor, Teresa Valsassina. "A Expansão Da Cidade Para Oriente: Os Planos de Urbanização de Olivais E Chelas." *Lisboa: Conhecer, Pensar, Fazer Cidade* (2001): 72–85.

- Indovina, Francesco. "O Espaço Público: Tópicos Sobre a Sua Mudança." *Cidades - Comunidades E Territórios* 5 (2002): 119–23.
- Komossa, Susanne. "Researching and Designing GREAT; the Extremely Condensed Hybrid Urban Block." *AE... Revista Lusófona de Arquitectura E Educação* 5 (2011): 27–36.
- Machado, Aquilino Ribeiro. "Alguns Tópicos Sobre O Problema Das Expropriações." *Boletim Do Gabinete Técnico Da Habitação* Vol1 nº2 (1964): 58–62.
- Moreira, Graça. "Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos." *Artitextos* 05 (2007).
- Oliveira, Nuno, e Beatriz Padilha. "A Diversidade Como Elemento de Desenvolvimento / Atração Nas Políticas Locais Urbanas." *Sociologia FLUP* (2012): 129–62.
- Oliveira, Vítor, e Mafalda Silva. "Morpho: Investigação Morfológica E Prática de Planeamento." *Revista de Morfologia Urbana* (2013): 31–44.
- Solà-Morales i Rubió, Manuel de. "La Urbanitat de L'arquitectura: Conferència Inaugural Del Curs 2009 2010." *Visions* 8 (2010): 7–25.
<http://upcommons.upc.edu/handle/2099/14545>.
- Steiner, Dietmar, e António Campos. *A Cidade, Espaço de Convivência. Biblio 3W*. Barcelona (2004). <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-546.htm>.
- Tostões, Ana. "O Bairro de Alvalade No Quadro Do Desenvolvimento Urbano de Lisboa." *Lisboa: Conhecer, Pensar, Fazer Cidade* (2001): 64–71.

Instrumentos de Gestão Territorial

- Departamento de Planeamento Urbano. *Documento Estratégico de Monitorização Da Zona Ribeirinha Oriental*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2008.
- Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana. *Monitorização Plano de Urbanização Do Vale de Chelas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2014.
- . *Plano de Pormenor Do Parque Hospitalar Oriental - Relatório*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011.
- Divisão de Coordenação de Instrumentos de Planeamento. *Plano de Pormenor Da Quinta Marquês de Abrantes E Alfinetes - Relatório*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2011.

Dissertações de Doutorado

Coelho, Rodrigo. "Formas E Desígnios Do Espaço Público Na Cidade Contemporânea." FAUP, 2011.

Li, Mimi. "Urban Regeneration Through Public Space: A Case Study in Squares in Dalian, China." University of Waterloo, 2003.

Sandoval, Julio César. "El Fragmento Urbano Residencial En La Construcción De La Metrópoli Barcelonesa." UPC, 2011.

Serpa, Filipa. "Entre Habitação E Cidade." FAUL, 2015.

A referência bibliográfica segue a norma Chicago Manual of Style 16th Edition (note).

ANEXOS

ANEXO I – Fotografias de Marvila

ANEXO II – Suplementos gráficos

ANEXO III – Quadro de áreas e dados da Proposta

ANEXO IV – Fotografias da Maquete

ANEXO V – Painéis de apresentação

ANEXO I – Fotografias de Marvila

Constam neste Anexo uma selecção de fotografias capturadas nas diferentes visitas à área de intervenção. São apresentados os edifícios, ruas, conjuntos urbanos, paisagens, etc. que tiveram um papel importante no desenvolvimento do projecto. As visitas ao local não só proporcionaram uma descoberta e um conhecimento do território vivido, como permitiram aferir e confirmar se seriam ajustadas certas opções estratégicas ou de projecto.

Incluem-se ainda nesta parte fotografias antigas que ajudaram à compreensão de edifícios, ruas e espaços na complexidade que é a história de Marvila.

Azinhaga



Azinhaga dos Alfinetes. Actualmente este percurso faz a ligação entre a Quinta dos Alfinetes e o mirante da antiga Quinta do Marquês de Marialva. O presente projecto propõe o prolongamento da Azinhaga até à Rua do Beato como resultado da leitura urbana e da hipótese de essa ter sido a sua configuração original.



Azinhaga dos Alfinetes, com o mirante ao fundo. O alinhamento visual que enquadra o mirante foi tido como premissa do projecto, tentando potenciar este tipo de momentos como forma de manter presente a identidade de Marvila.

Cruzamento da Estrada de Marvila com a Azinhaga dos Alfinetes. A partir deste ponto, à direita, o arruamento passa a chamar-se Rua de Marvila.



Passagem de nível da Linha de Cintura interna. A azinhaga dos Alfinetes é interrompida pela ferrovia, mas não deixa de constituir um importante ponto de atravessamento pedonal. Esta é a última passagem de nível ainda aberta na área de intervenção.





Azinhaga da Bruxa. Apesar da dimensão reduzida esta Azinhaga, que liga o Bairro da Madre de Deus à Estrada de Marvila, é um ponto de passagem muito utilizado pelos moradores.



Arranque da Azinhaga da Bruxa na Estrada de Marvila, junto à Quinta das Pintoras.

Rua

Rua de Marvila e Quinta das
Veigas ao fundo.





Rua de Marvila e continuação
– Estrada de Marvila.
Alargamento da rua na parte
onde se instalava a
Sociedade Nacional de
Sabões, da qual restam
apenas os muros. É neste
momento de alargamento do
perfil que muda a toponímia,
passando a chamar-se
“Estrada” em vez de Rua.



Estrada de Marvila ladeada
pelos muros da ex SNS. O
perfil demasiado grande e a
total ausência de actividades
conferem a esta rua uma
vivência estranha e
desconfortável.

Cruzamento da Estrada de Marvila com a Calçada Duque de Lafões, à esquerda, e com a Rua Miguel de Oliveira, à direita. Do lado esquerdo vê-se o portão das instalações militares e, do lado direito, o arranque das hortas, actualmente muradas e entaipadas precariamente.



Estrada de Marvila avistando a casa principal da Quinta das Pintoras.





Avenida Infante D. Henrique e silos d'A Nacional. Ao fundo à direita dá-se o início da Rua do Beato.



Rua do Açúcar, paralela à anterior, e Palácio da Mitra. Esta rua é o antigo Caminho do Oriente, que percorria, em parte, a frente ribeirinha.

Rua do Açúcar. Caracteriza-se pelos conjuntos de armazéns, com início na Rua do Beato e fim na Praça David Leandro da Silva.



Rua José Domingos Barreiros, perpendicular à Rua do Açúcar. Ao fundo, do lado esquerdo da rua encontra-se o geomonumento.





Vista do topo do geomonumento, olhando para a malha ortogonal que sucede a Rua José Domingos Barreiros. À esquerda vê-se um dos grandes taludes da Linha do Norte.



Rua dos Amigos de Lisboa, onde se propõe o arranque do novo eixo rodoviário de acesso a Chelas. A rua incompleta está alinhada com o mirante.

Arranque da Rua do Beato. Existe um contraste tipológico e formal enorme entre o lado esquerdo da rua, onde se concentram actividades industriais, e o lado direito, mais antigo e onde se localiza o Convento do Beato.



Rua do Beato, avistando o antigo edifício de escritórios d'A Nacional, proprietária do Convento do Beato.





Rua do Beato, olhando agora no sentido da Rua do Açúcar. À esquerda, edifícios pertencentes ao Convento do beato, para os quais se propõe a reconversão do uso para fins residenciais.



Alameda do Beato, com igreja ao fundo.

Calçada Duque de Lafões. É uma ligação importante entre a Estrada de Marvila e a Rua do Beato. Constitui uma das poucas ligações transversais nestes tecidos maioritariamente longitudinais ao Rio Tejo.





Calçada Duque de Lafões. A rua muda drasticamente de configuração antes de terminar na Estrada de Marvila. Este último troço é ladeado pelo muro da SNS, à esquerda, e pelo muro das instalações militares, à direita.



Arranque da Rua Miguel de Oliveira, no cruzamento da mesma, com a Estrada de Marvila e Calçada Duque de Lafões. Avista-se, no topo, a antiga Escola Industrial Afonso Domingues.

Entrada da Escola Industrial
Afonso Domingues,
abandonada desde 2010.



Rua Miguel de Oliveira, vendo
ao fundo o Bairro da Madre
de Deus e o bairro do Ourives.





Azinhaga das veigas, e quinta com o mesmo nome, à direita. A paisagem é fortemente marcada pela indústria junto ao Rio Tejo. À esquerda, muro da ex-SNS.

Edificado

Mirante da antiga Quinta do Marquês de Marialva. Constitui um dos elementos mais marcantes da paisagem de Marvila, sendo possível ainda hoje, avistá-lo a partir de pontos muito diferentes, por vezes até inesperados. A Linha do Norte passa escassos metros abaixo, cortando definitivamente o espaço envolvente ao mirante.

Diz-se que foi neste peculiar edifício que o Rei Dom Luís assistiu à passagem da primeira locomotiva na Linha do Norte.





Vila Pereira, ao fundo, e Quinta do Bettencourt. A Vila Pereira é um dos interessantes exemplos ainda existentes que combina a habitação operária com o uso industrial ou de oficinas no piso térreo.



Rua do Beato. Conjunto de edifícios do Convento do Beato em avançado estado de degradação. Pode ver-se na fachada afixada uma imagem do projecto de reabilitação em curso, e que é, em parte, aproveitado nesta proposta.

Um dos antigos armazéns
reconvertido para fins
culturais. É uma tendência
que se verifica em Marvila
desde a época industrial, em
que os movimentos culturais
tinham um papel importante
na população operária de
Marvila.





Quinta das Veigas, e Escola Industrial Afonso Domingues, vistas a partir dos terrenos da ex-SNS.

A escola industrial implanta-se num terreno que pertencia à Quinta das Veigas.

À direita observa-se o grande hangar da escola industrial



Escola Industrial Afonso Domingues. Hangar onde se leccionavam as aulas práticas. Nesta proposta prevê-se a reutilização deste espaço para a instalação de actividades ligadas à indústria áudio-visual.

Fonte: Estúdio Mário Novais, s.d. Biblioteca de Arte FCG

Pátio da Escola Industrial. Os 3 edifícios que compõem a escola estão interligados pelo interior e por uma galeria exterior.

Fonte: Daniel Rocha *in*
Público online 15/06/2015



Sala polivalente/ Ginásio da
Escola Industrial.

Fonte: Daniel Rocha *in*
Público online 15/06/2015





Apeadeiro de Marvila, na Linha de Cintura, no limite dos bairros de Chelas. Esta paragem serve apenas a ligação Azambuja – Alcântara. No entanto passam nesta linha outros comboios sub-urbanos que poderiam fortalecer a acessibilidade desta área. Servem de exemplo as estações de Sete Rios, Entrecampos, ou Roma-Areeiro, onde todos os comboios sub-urbanos param.



Quinta dos Alfinetes ao fundo. A sua posição num ponto alto permite um destaque natural e constitui assim uma referência numa paisagem urbana descaracterizada como é a de Chelas.

O PPQMAA prevê a reabilitação da Quinta dos Alfinetes num equipamento cultural.

O eixo pedonal proposto tem como ponto de chegada a Chelas esta abertura apontada à Quinta dos Alfinetes.

Quinta das Fontes
recentemente reabilitada e
acolhendo a nova Biblioteca
de Marvila. Estes conjuntos
antigos carecem de
integração urbana. Os
conjuntos construídos ao
abrigo de programas de
realojamento não integram
urbanística e
arquitectonicamente as
quintas históricas.



Passagem pedonal por baixo
da Linha de Cintura.





Pátio do Picadeiro, na Azinhaga dos Alfinetes.

Estes conjuntos estão na sua maioria em uso, ainda que alguns bastante degradados. Constituem uma importante peça do mosaico identitário de Marvila.



Pátio na Rua de Marvila. Estes espaços funcionam quase como extensões da Rua de carácter semi-privado. Neste caso é até uma “janela” da rua para o Rio Tejo.

Entrada para um pátio que se presume fazer parte do Pátio do Marialva, a poucos metros. O Pátio do Marialva surgiu no limite da Quinta do Marquês de Marialva, por trás do mirante que se localizava na extremidade da propriedade.



Paisagem



Descampado de grandes dimensões em frente ao bairro do Ourives e da Madre de Deus, onde se propõe a consolidação e fecho da malha urbana bem como um novo Parque Urbano.



Paisagem de Chelas fortemente marcada pela presença de grandes vazios, expectantes ou não. A elevada densidade populacional conferem um potencial humano importante para a área em estudo.

Paisagem urbana ou rural?

Terrenos da ex-SNS vendo ao fundo o mirante, os silos industriais e a fábrica A Nacional. Fotografia tirada perto do apeadeiro de Marvila.

O eixo pedonal proposto segue a direcção da pendente natural que se observa nesta imagem, em direcção ao Convento do Beato.



Seguindo o eixo pedonal proposto, da imagem anterior para esta, atravessa-se a Estrada de Marvila, observando o Convento do Beato, identificável pelas suas chaminés no topo da igreja, e as fábricas atrás. Embora não seja totalmente perceptível, imediatamente antes do convento passa a Linha do Norte.





A paisagem fortemente industrializada, contrasta fortemente com a situação actual apresentada nas imagens anteriores. Reconhece-se a fábrica A Nacional, ao fundo, e os muros da Estrada de Marvila, à direita.

Fonte: Estúdio Mário Novais, s.d. Biblioteca de Arte FCG



À direita a Estrada de Marvila e o muro da Quinta das Veigas. Presume-se que o desnível entre a rua e o interior do lote foi assumido para a construção da fábrica. É aproveitado o muro de suporte na proposta para construir o estacionamento público e elevar a praça principal à cota actual da Estrada de Marvila.

Fonte: Estúdio Mário Novais, s.d. Biblioteca de Arte FCG

Estrada de Marvila no apogeu
da Sociedade Nacional de
Sabões. Instalação fabril
entretanto demolida e que
deu lugar à paisagem
“urbano-rural” que hoje se
conhece.

Fonte: Estúdio Mário Novais,
s.d. Biblioteca de Arte FCG



Sociedade Nacional de
Sabões. Edifício de escritórios
na Estrada de Marvila.

Fonte: Estúdio Mário Novais,
s.d. Biblioteca de Arte FCG



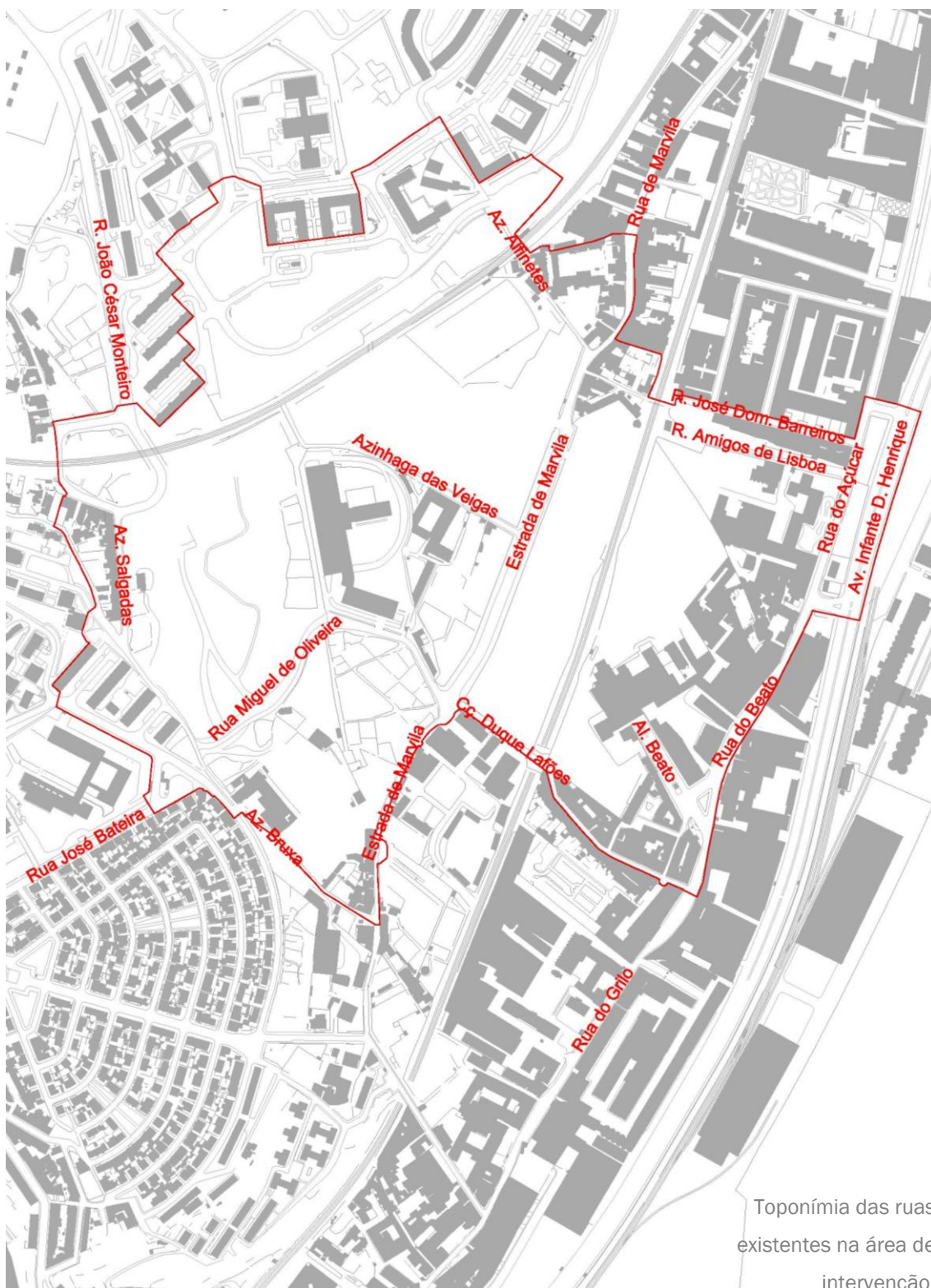


Estrada de Marvila antes de ter sido reperfilada para acompanhar o crescimento da Fábrica de Sabões. É interessante a apropriação de um espaço ainda muito ruralizado para fins tecnológicos e industriais. A Sociedade Nacional de Sabões foi um dos maiores grupos empresariais portugueses e empregava milhares de pessoas em Marvila e Alverca até aos anos 70/80 do séc. XX.

Fonte: Estúdio Mário Novais, s.d. Biblioteca de Arte FCG

ANEXO II – Suplementos gráficos

O seguinte Anexo apresenta esquemas explicativos que ajudam à compreensão da Proposta, tanto na sua forma escrita como projectual. Incluem-se ainda peças desenhadas e *croquis* do desenvolvimento do Projecto considerados relevantes no processo. Considera-se importante apresentar o processo de trabalho também como forma de clarificar a solução proposta.

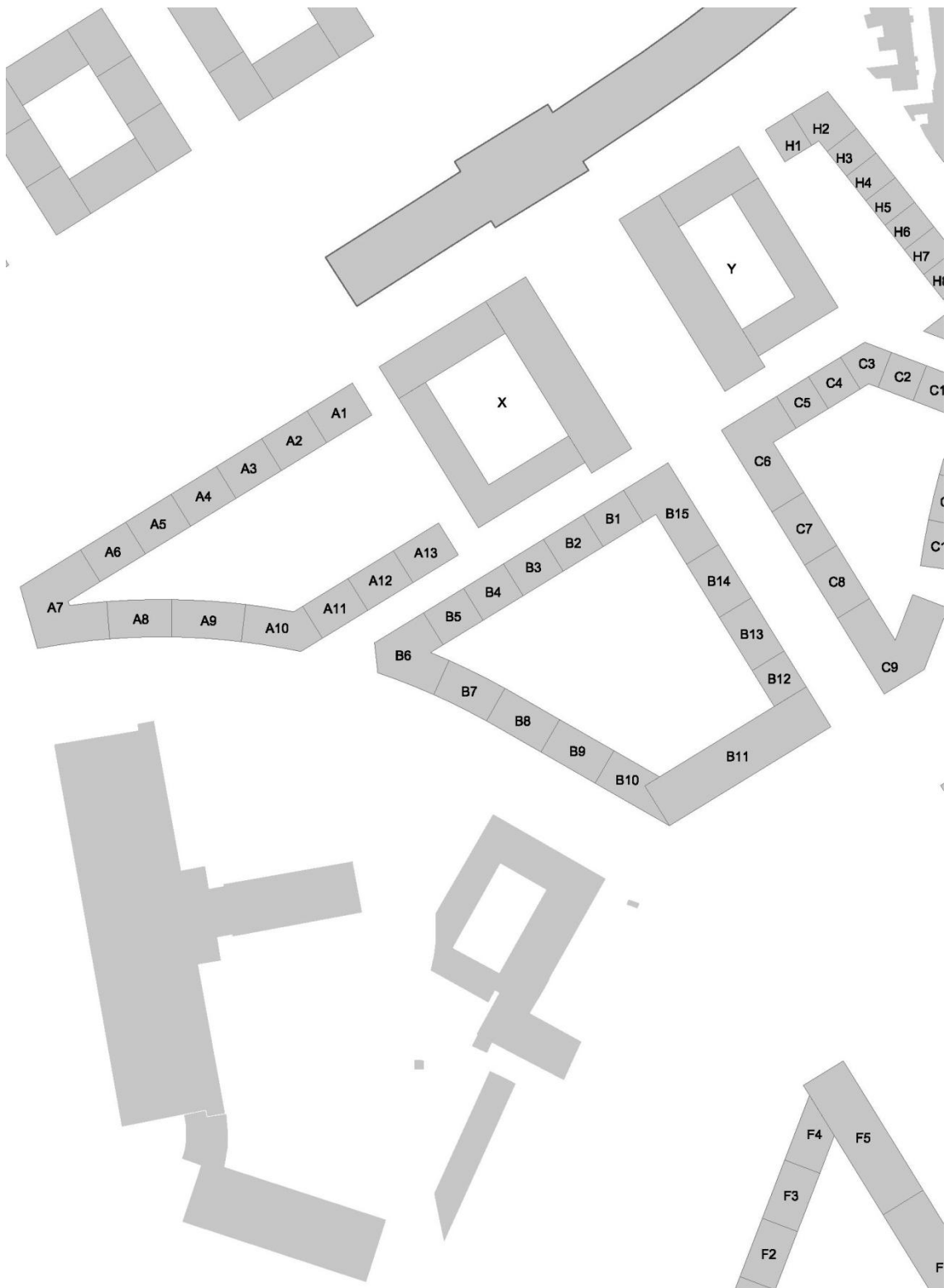


Toponímia das ruas
existentes na área de
intervenção.

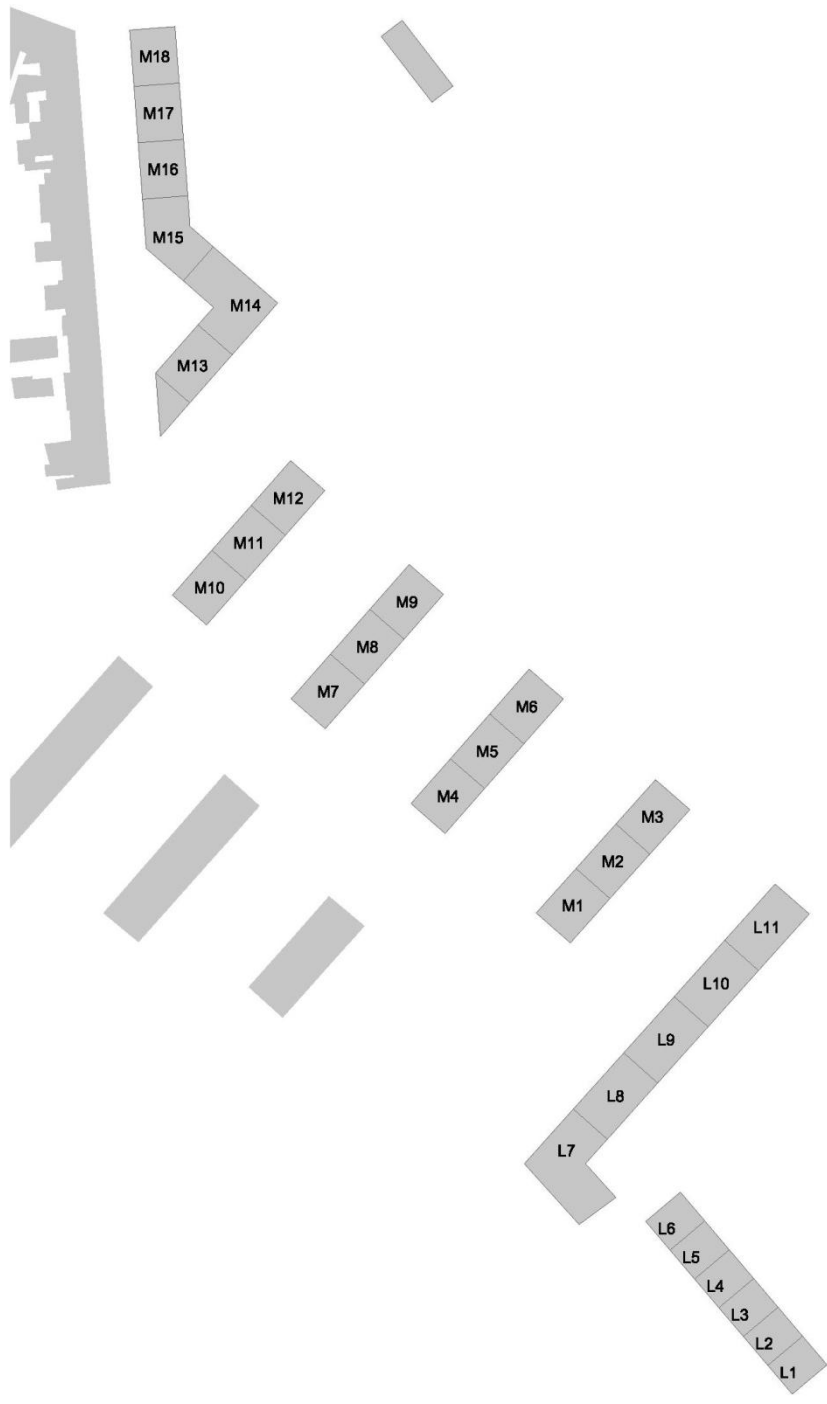


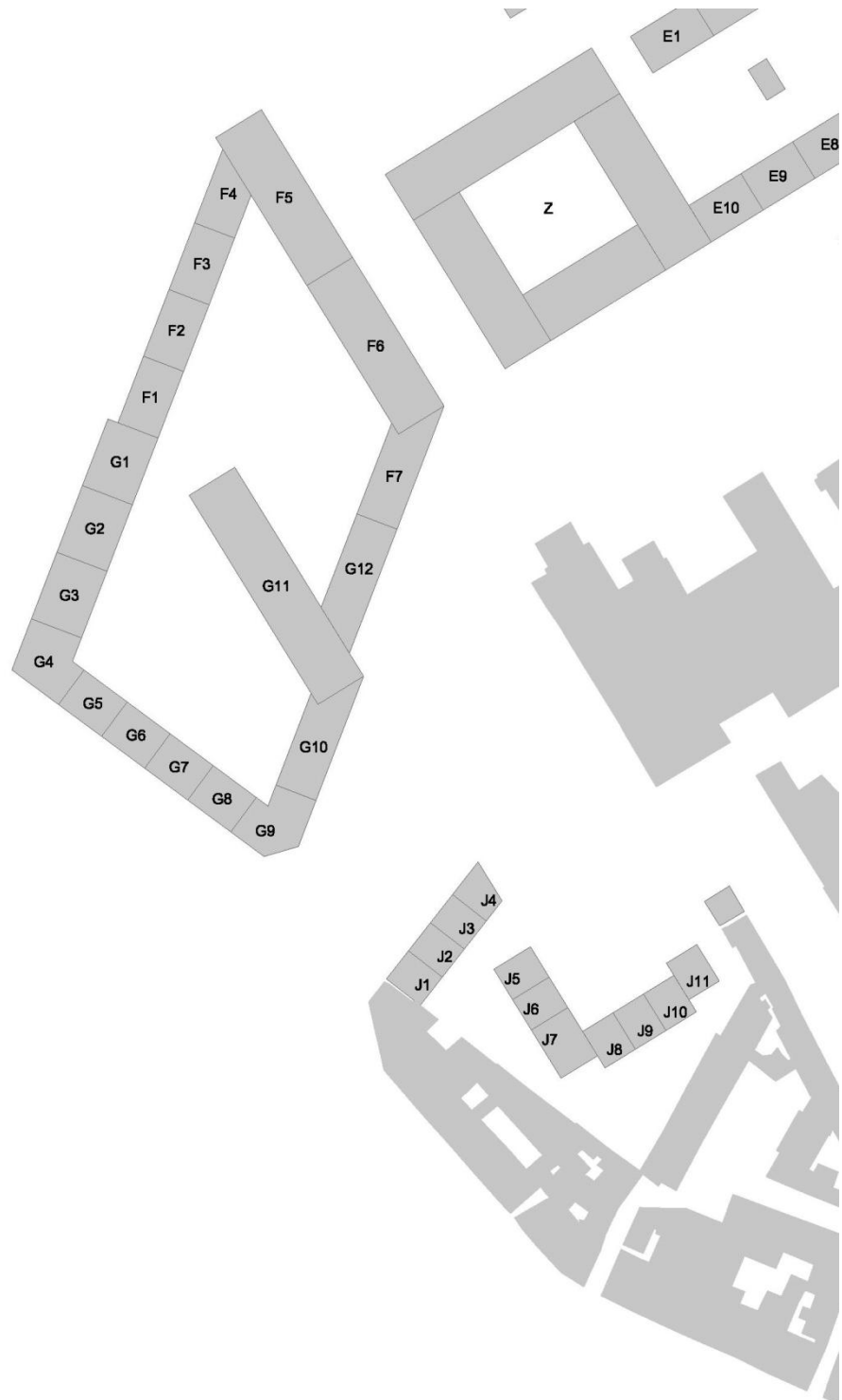
Planta da proposta e identificação dos novos conjuntos urbanos à qual faz referência o Quadro de Áreas, no Anexo III, e o relatório escrito. Os esquemas seguintes identificam cada edifício, de modo a clarificar a compreensão da descrição do projecto.

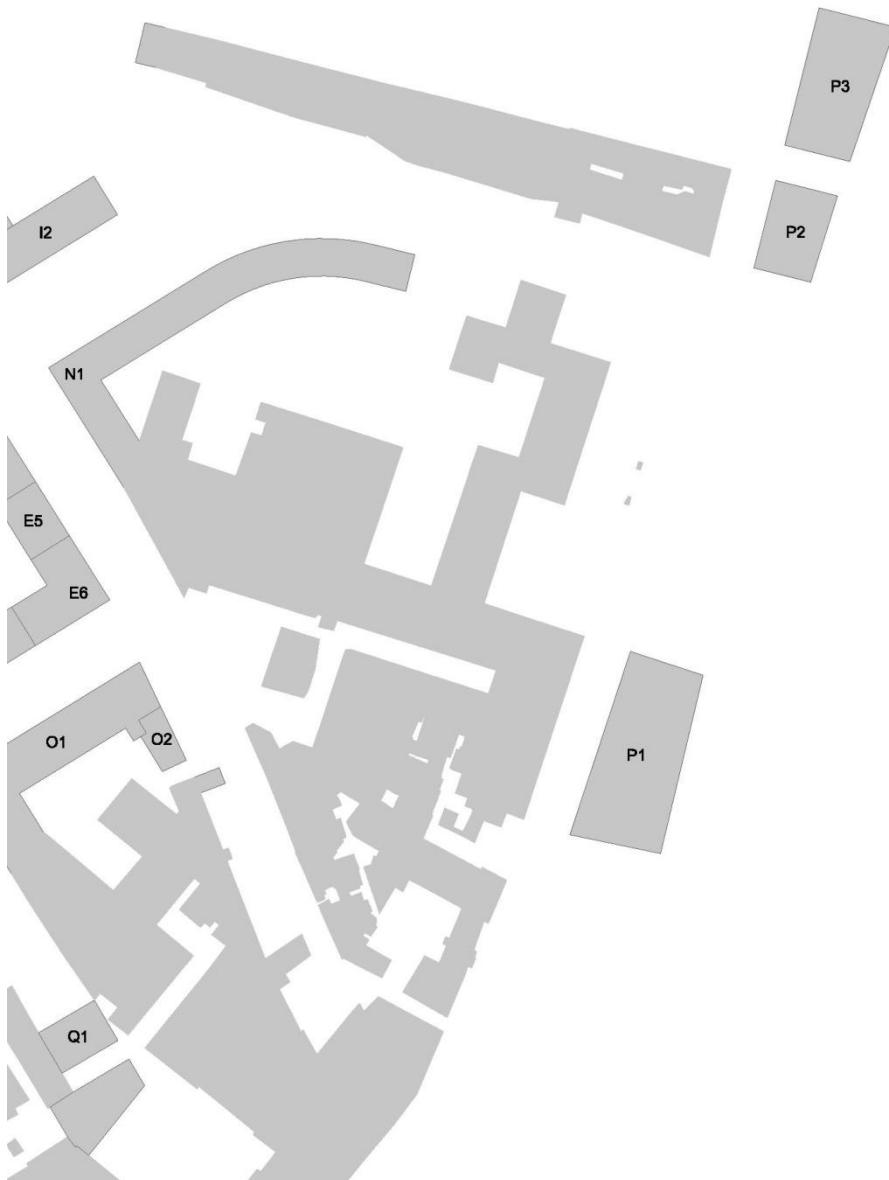
Nas páginas seguintes seguem-se imagens que aproximam estes conjuntos, com a indicação do “nome” dado a cada edifício proposto.





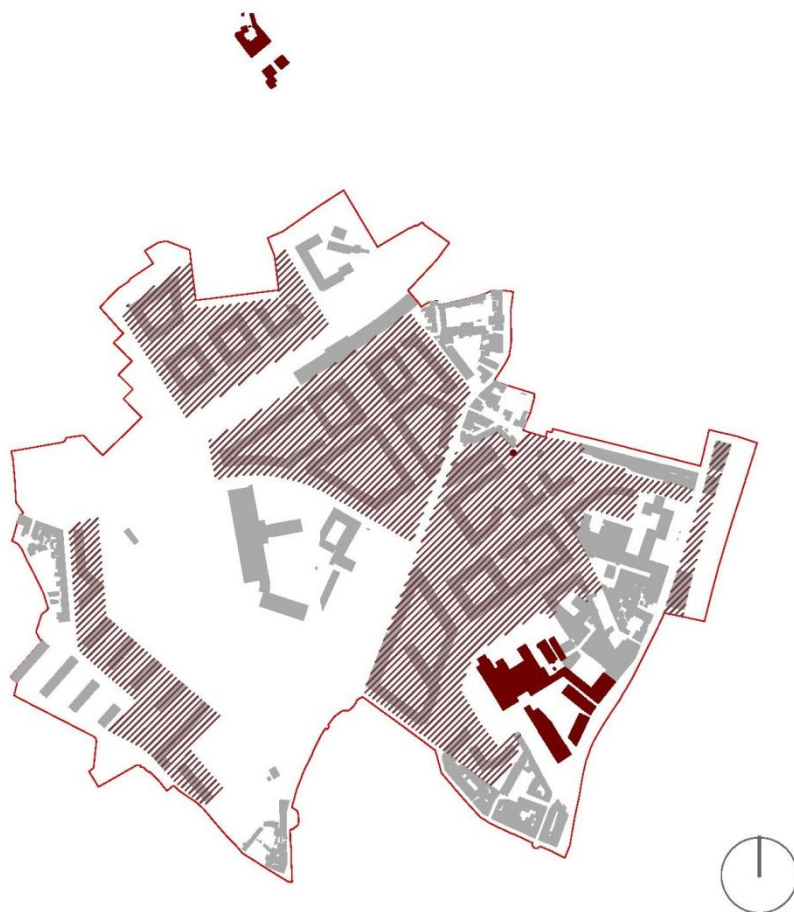








Esquema com identificação dos pavimentos propostos. Na cor mais escura estão representados os arruamentos asfaltados. A opção foi sempre a de dar continuidade aos pavimentos existentes, propondo para os arruamentos novos, uma lógica que clarificasse a hierarquia de espaços públicos, o que inclui o “espaço viário”.



Esquema com identificação da Área de Solo Edificável (ASE). Este esquema complementa graficamente a informação do Anexo III. A ASE foi definida na fase estratégica tendo por base a proposta do PDML e as intenções/ prioridades da presente proposta. Está também marcado o limite da área de intervenção.

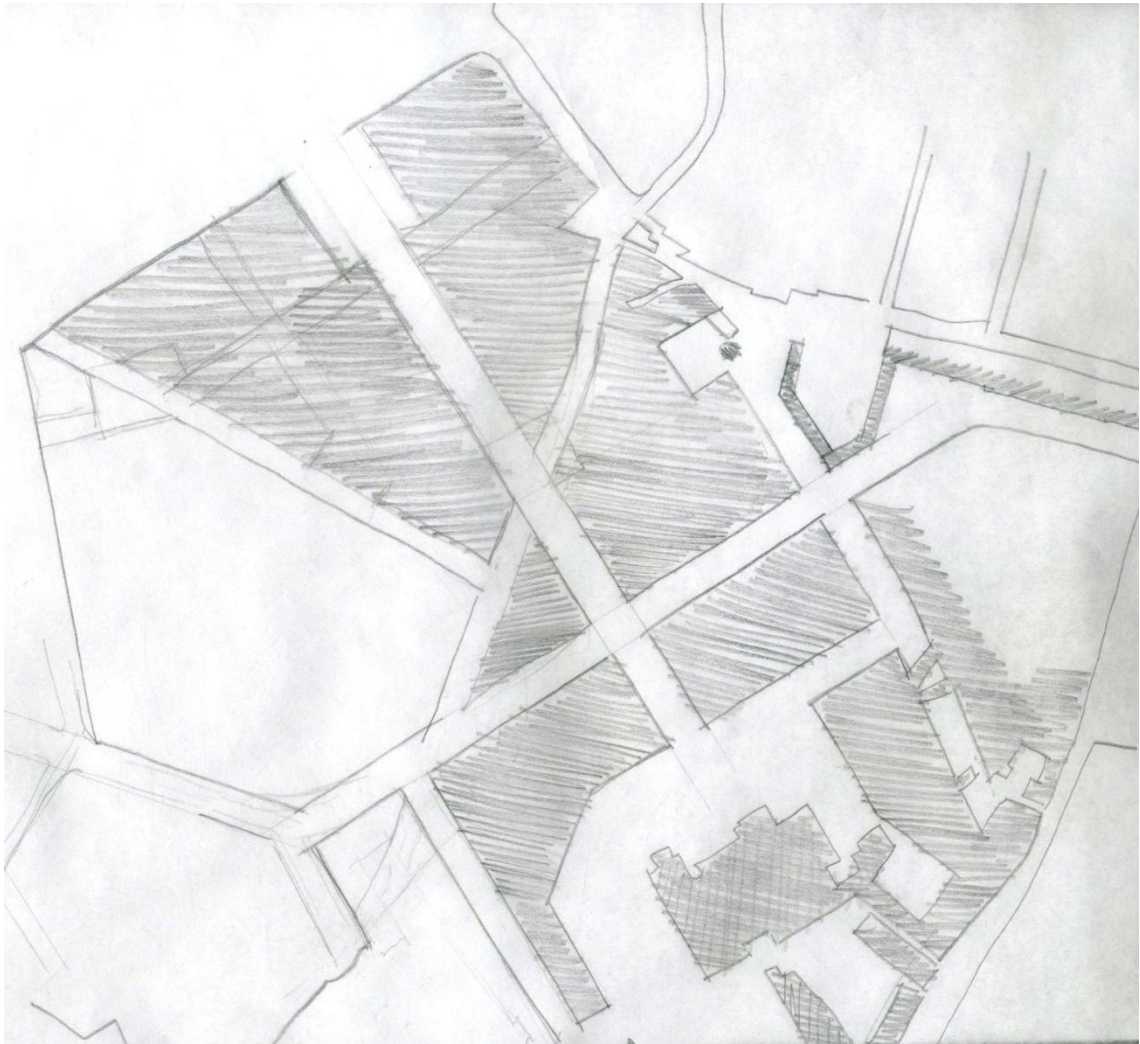
Área de Intervenção (AI): 511.868 m²

Área de Solo Edificável (ASE): 189.394 m²

As próximas peças tentam condensar o processo de trabalho e têm como objectivo ajudar a clarificar a solução proposta. Porque um projecto nunca é só o que é apresentado formalmente, e porque é sempre muito mais do que apenas os desenhos, esta será sempre uma selecção incompleta.

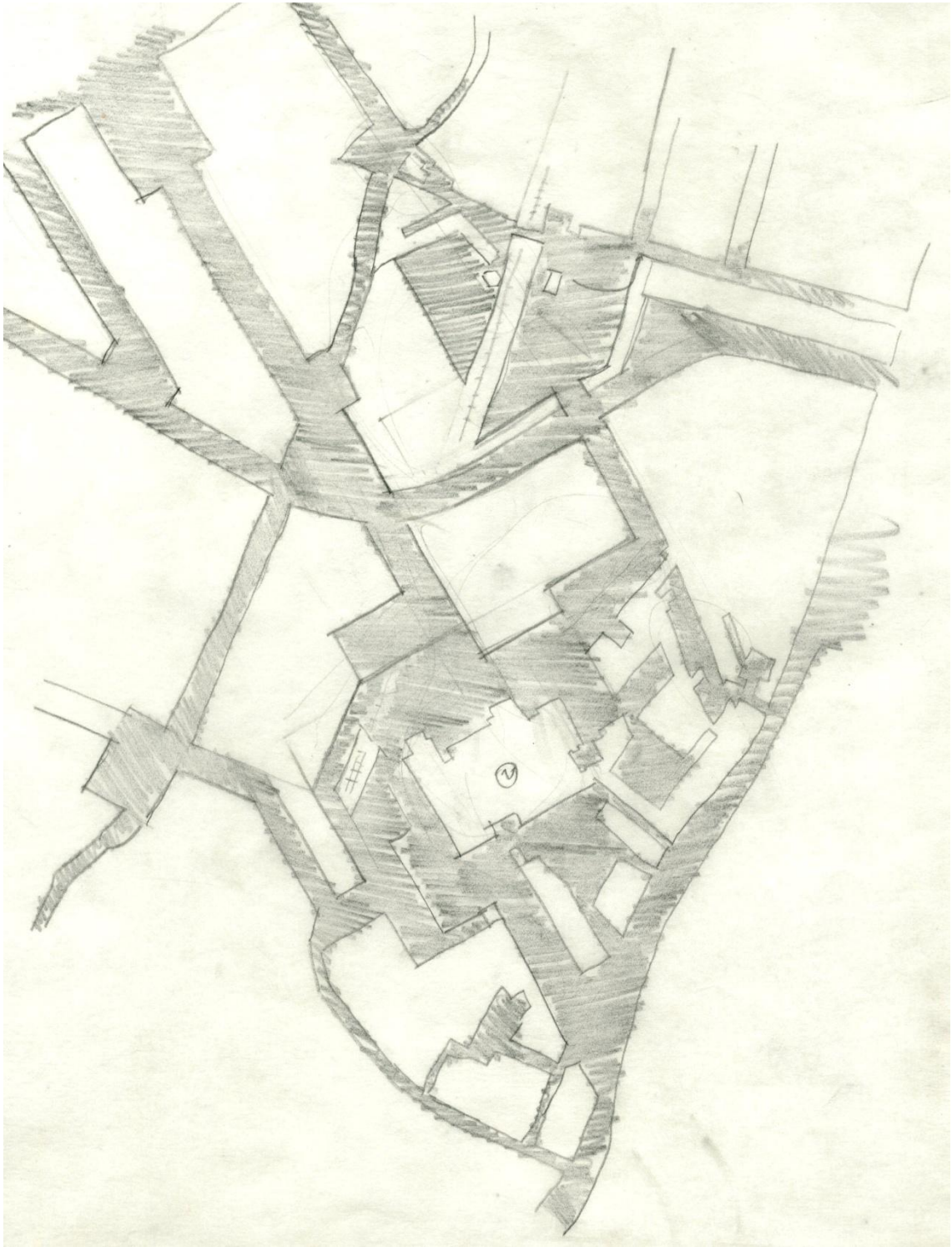
Primeiras abordagens
estratégicas ao território de
Marvila. O centro da área
de intervenção ficou
estabelecido desde o início.





Limites do espaço público a partir da ideia integradora do SEC. O desenho do espaço público como metodologia.





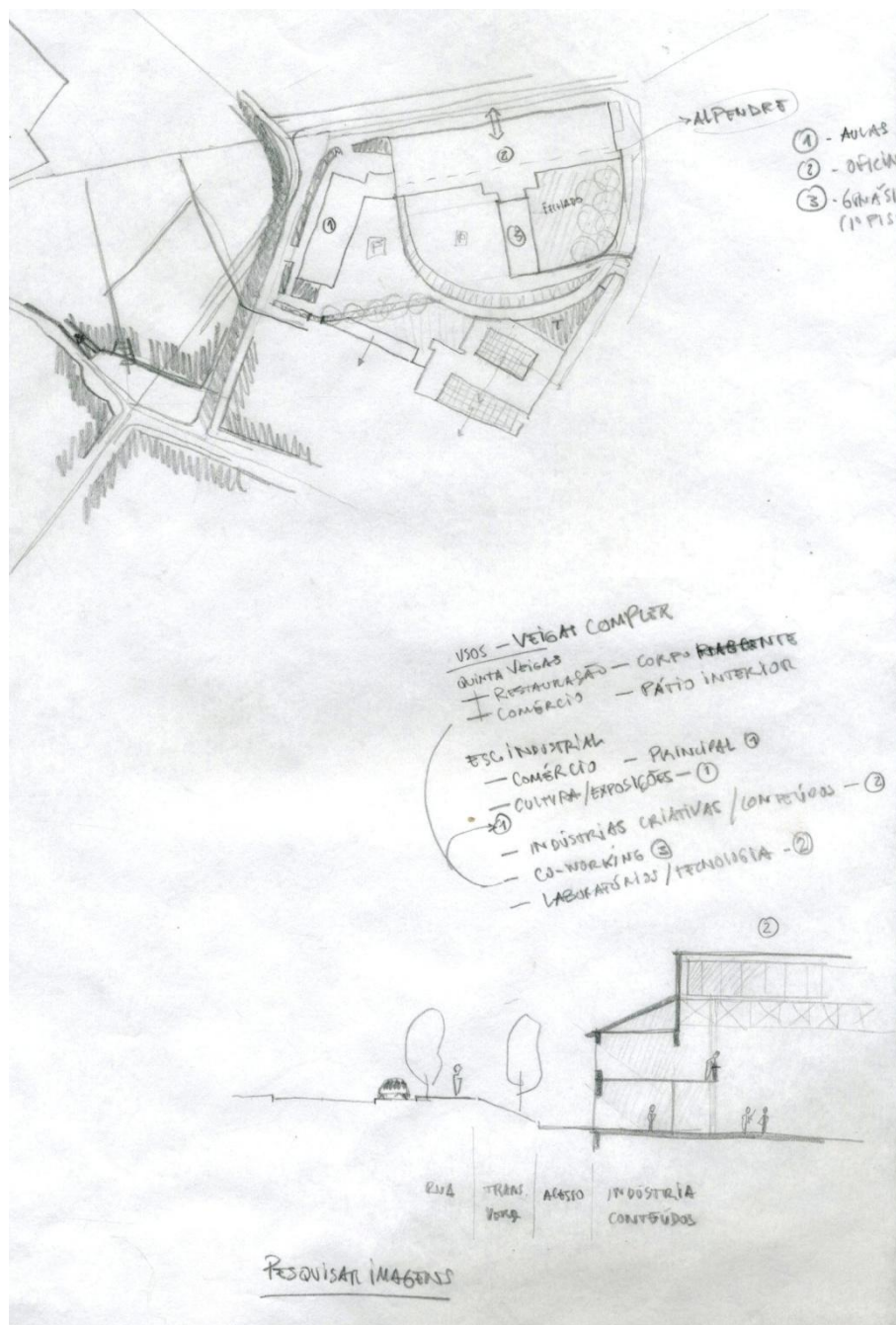






Os alinhamentos visuais e o sistema de vistas enquanto valorizador da identidade de Marvila são uma das bases do novo tecido urbano

Ao mesmo tempo que se olha para a estrutura de espaço público enquanto geradora da forma urbana, sente-se a necessidade de “espreitar” para dentro dos conjuntos edificados singulares e tentar perceber de que forma serão integrados, e de que forma serão eles também catalisadores da diversidade urbana.



ARRUAMENTO PRINCIPAL

- NA APROXIMAÇÃO À PRAÇA - DIMENSÕES MAIORES GR
- NO TOQUE COM AS MALHAS PREEXISTENTES - MED. MAD

NO EIXO PEDONAL

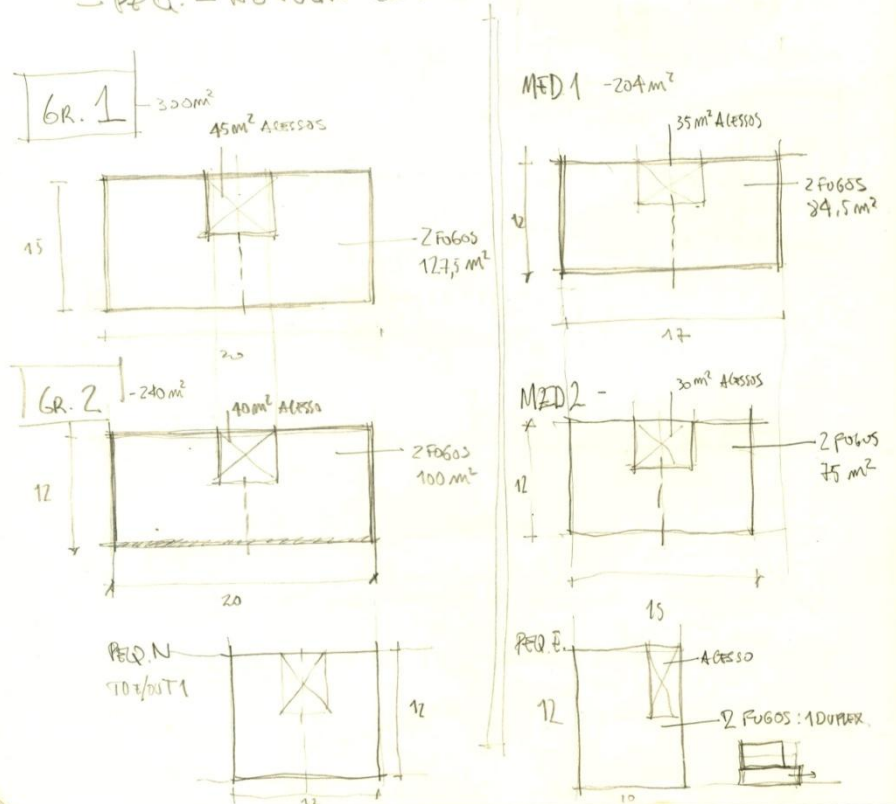
- MÉDIO

MIRANTE; CONVENTO BEATO SUP.; PÁTIO MARINHA

- PEQ

RUA MARINHA

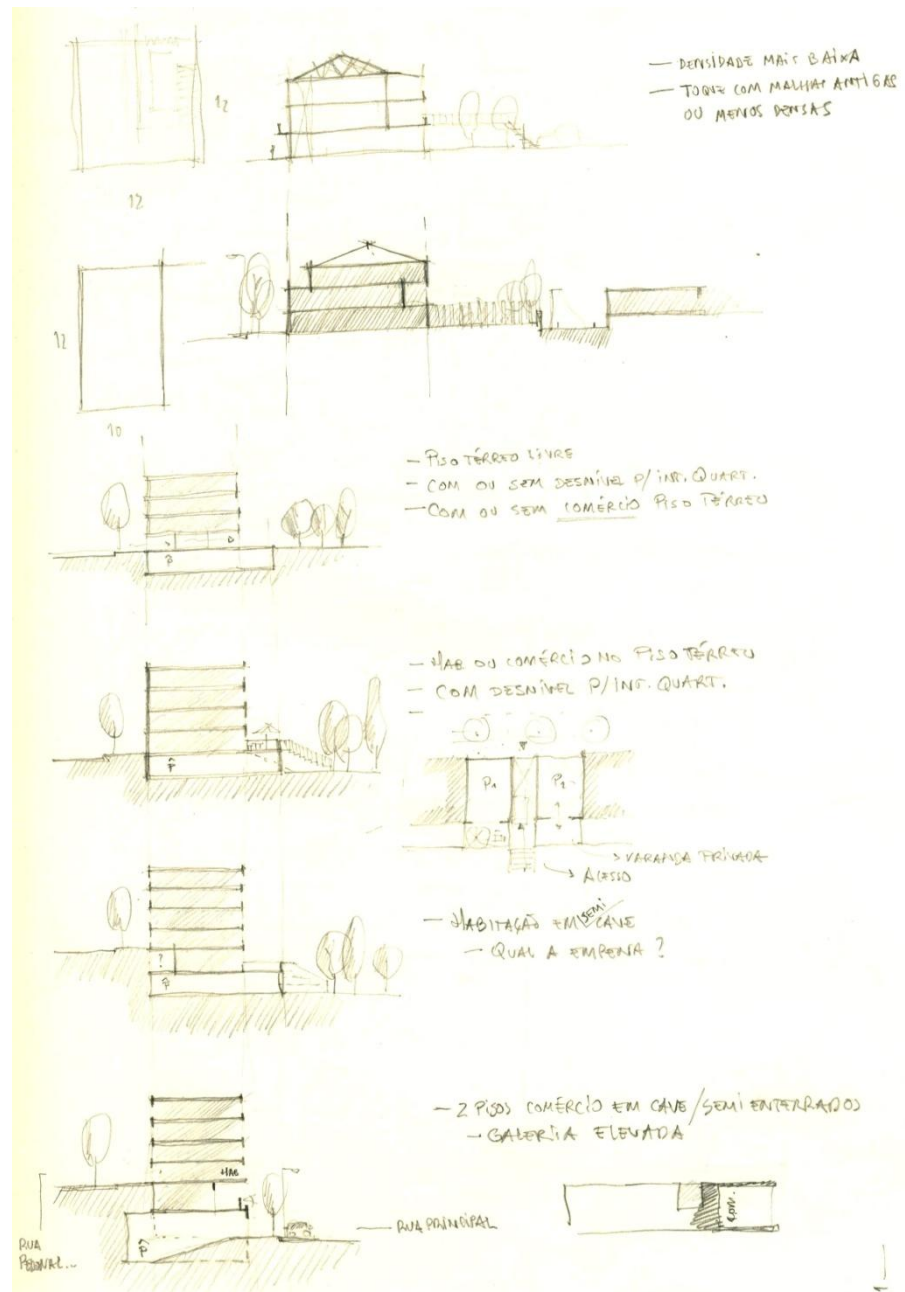
- MÉDIO - NA NOVA CONFIGURAÇÃO
- PEQ. - NO TOQUES COM TECIDO ANTIGO



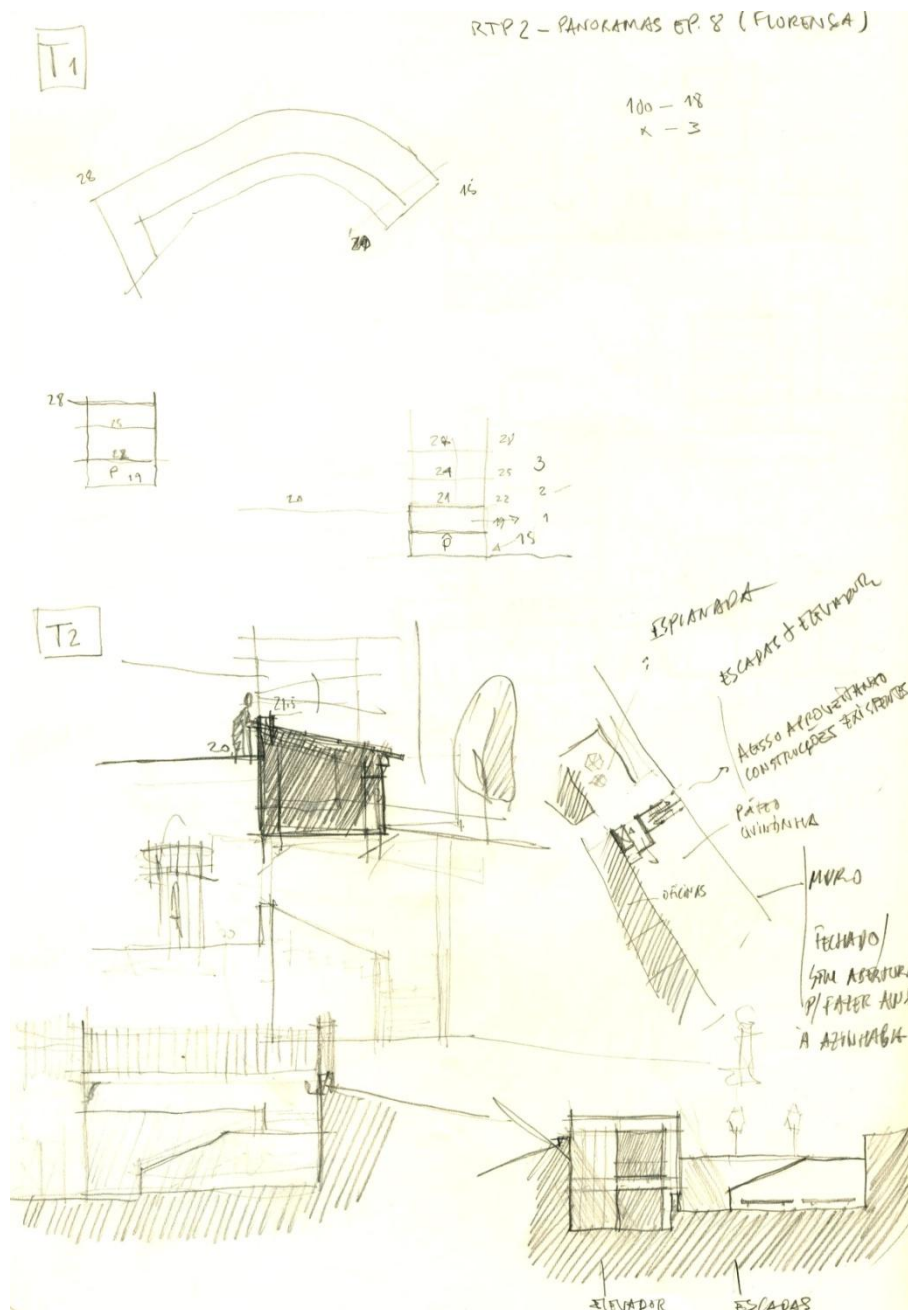
Uma vez definida linha que delimita o domínio público urge desenhar as linhas que definem o domínio colectivo enquanto parte integrante do SEC e da vivência urbana pretendida.

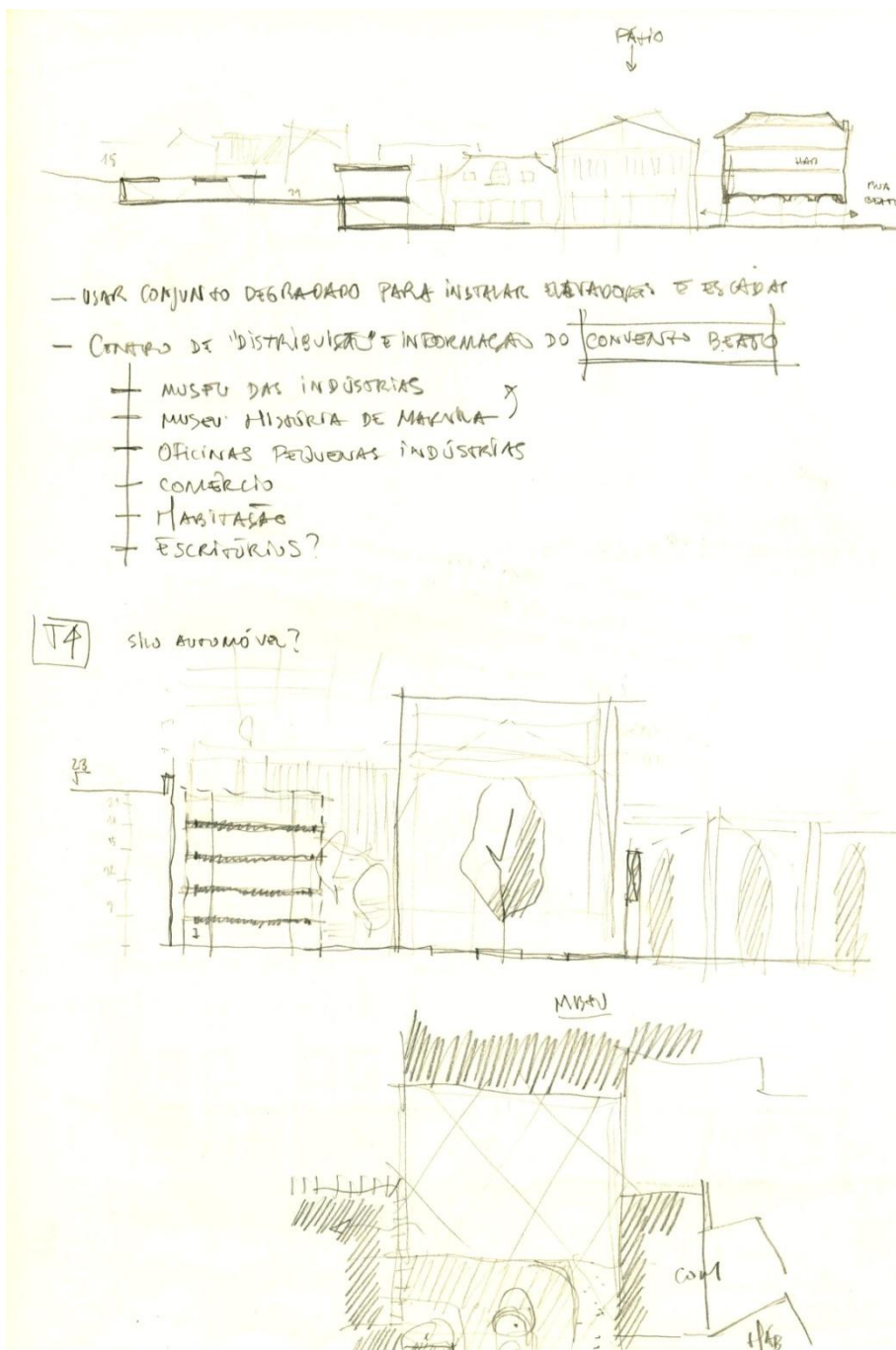
Começam a desenhar-se também os espaços do domínio privado que dão forma ao domínio público.

A forma tridimensional do tecido urbano permite densificar os tais limites do espaço do domínio público, não só no plano horizontal, mas também no vertical



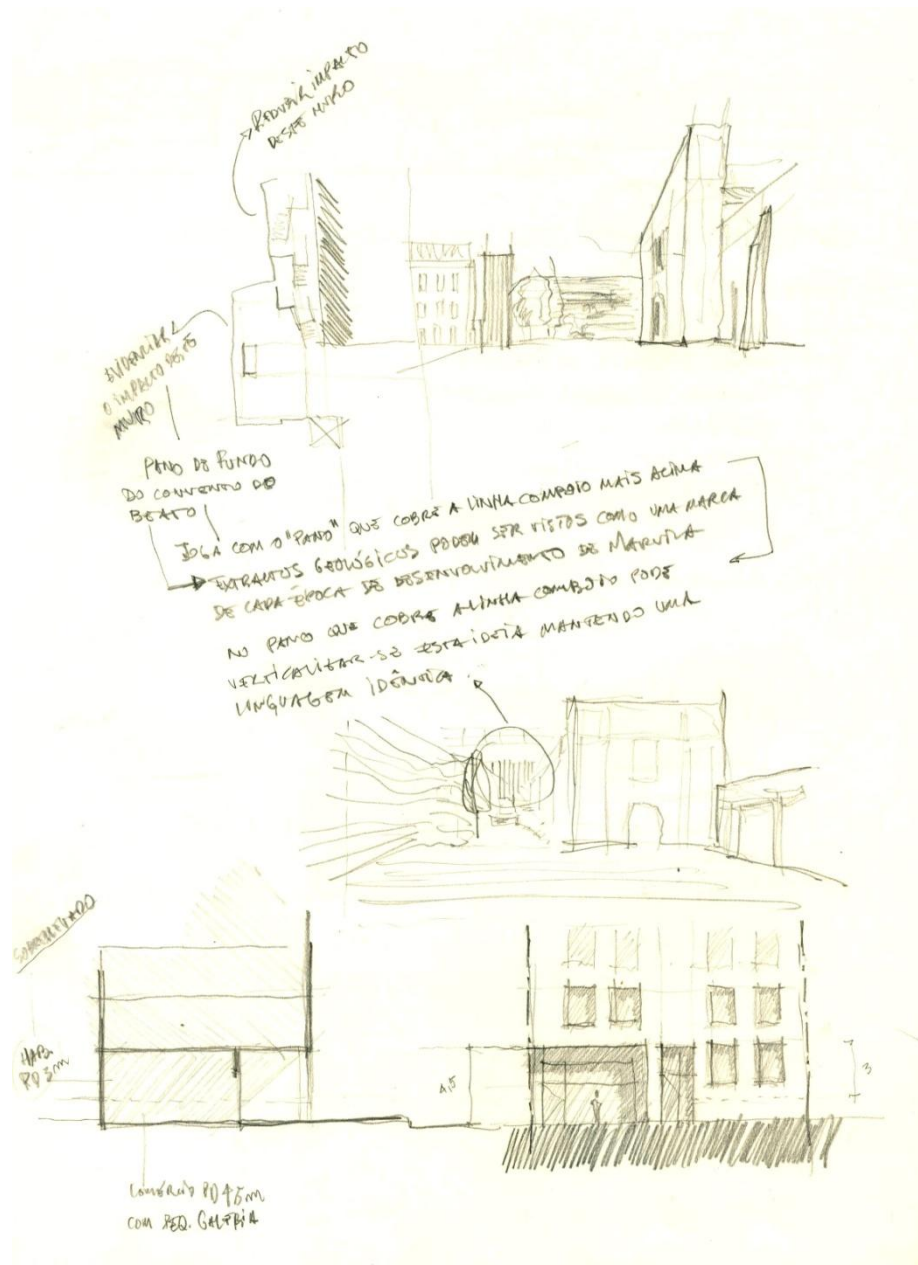
E ainda, voltando às premissas iniciais, dos percursos pedonais principais e secundários. Estes últimos motivados pelas azinhagas exigem também um olhar atento ao pormenor de modo a não comprometer ou a deixar cair a ideia inicial do projecto.

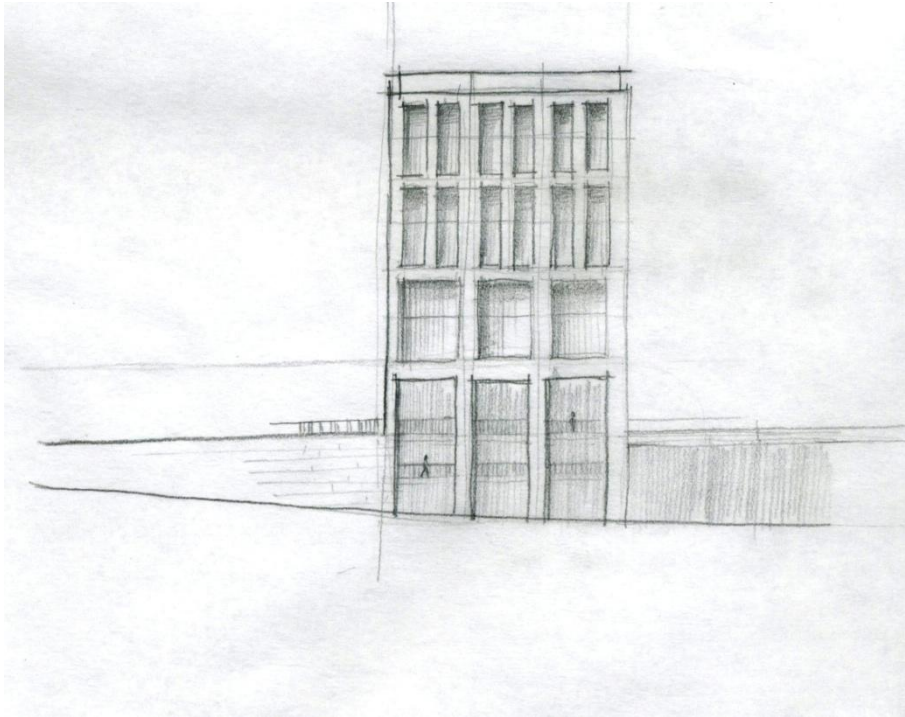




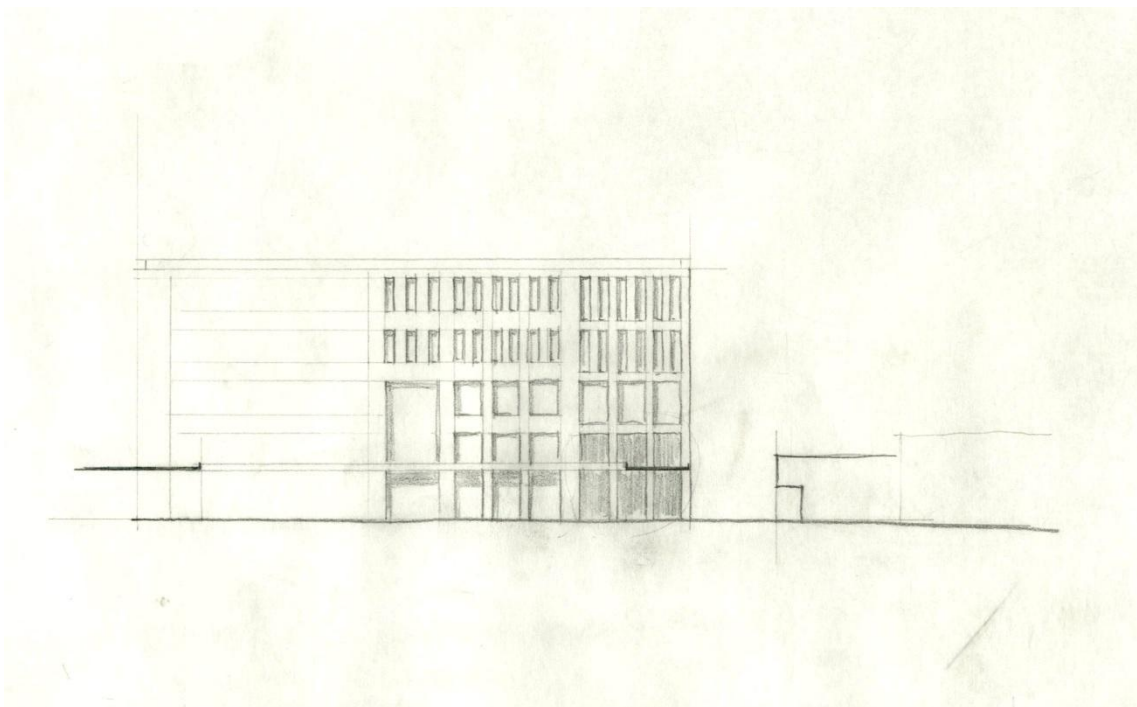
A valorização dos espaços que materializam a identidade de Marvila é uma das prioridades que se tentou abraçar ao propor a abertura dos pátios e do Convento do Beato, de modo a integrar este conjunto no SEC.

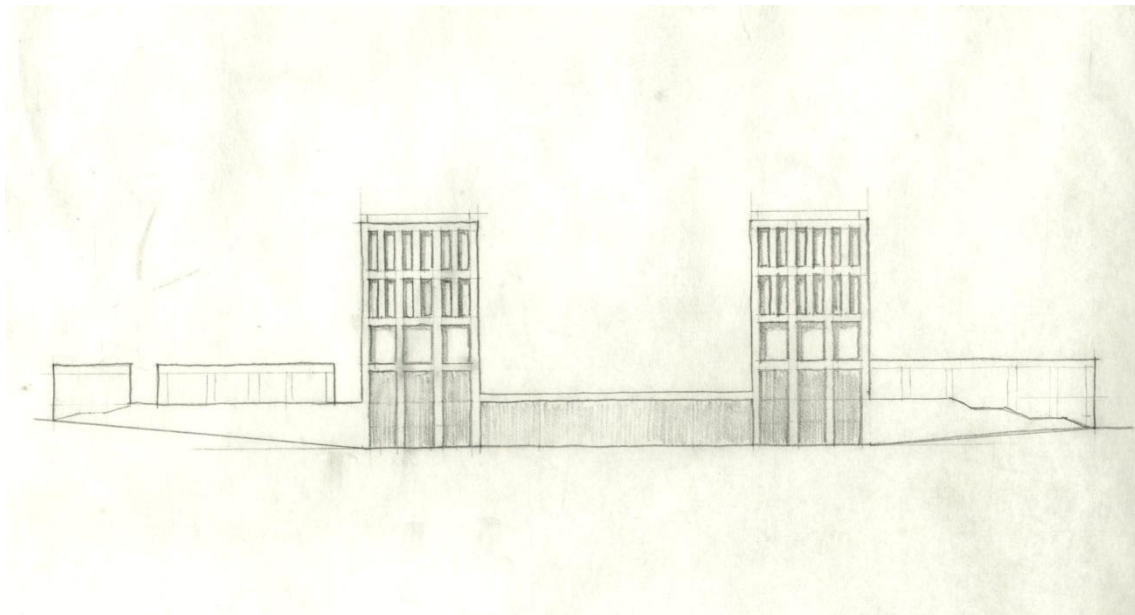
A criação de novas ligações
e de uma nova
permeabilidade permite a
complexificação do limite
do espaço público. No
entanto, uma das
características que
distingue Marvila enquanto
lugar é precisamente a
quase ausência de
permeabilidade em
estruturas antigas como as
azinhagas, que se abrem
esporadicamente para um
pátio ou uma vila operária.



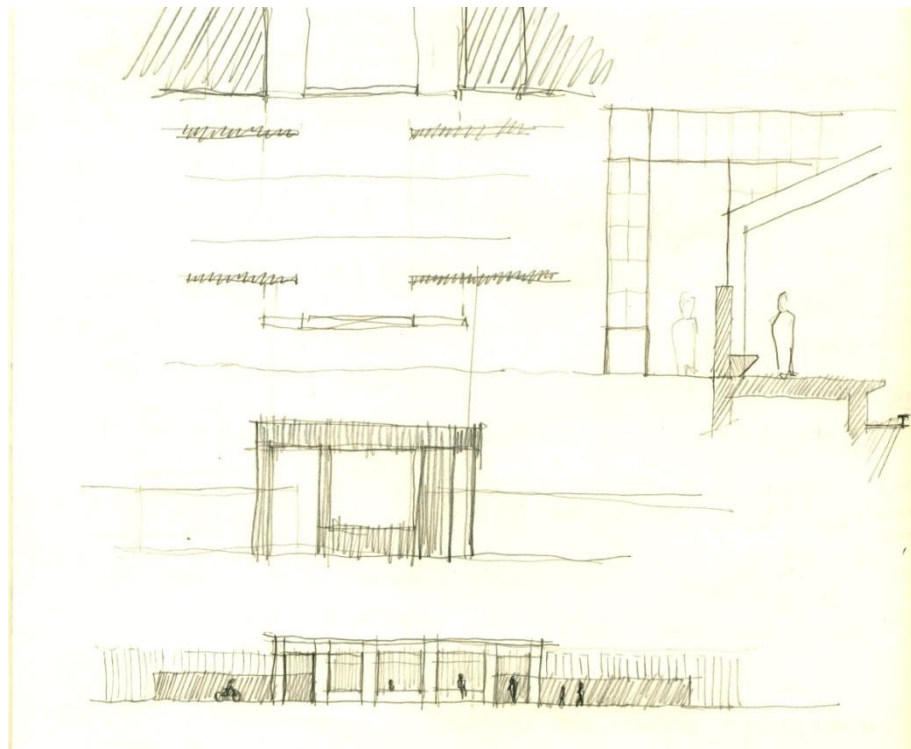


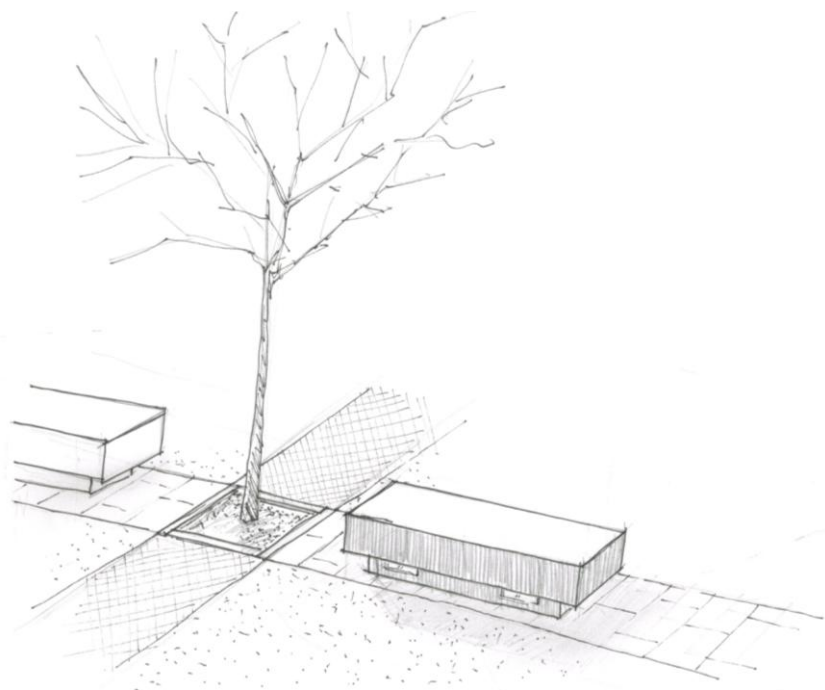
Quando se atinge o modelo urbano que responde de forma positiva ao SEC, pretende-se então garantir que os elementos principais desse Sistema transmitem a linguagem formal que clarifica o que é do domínio público e o que não é.



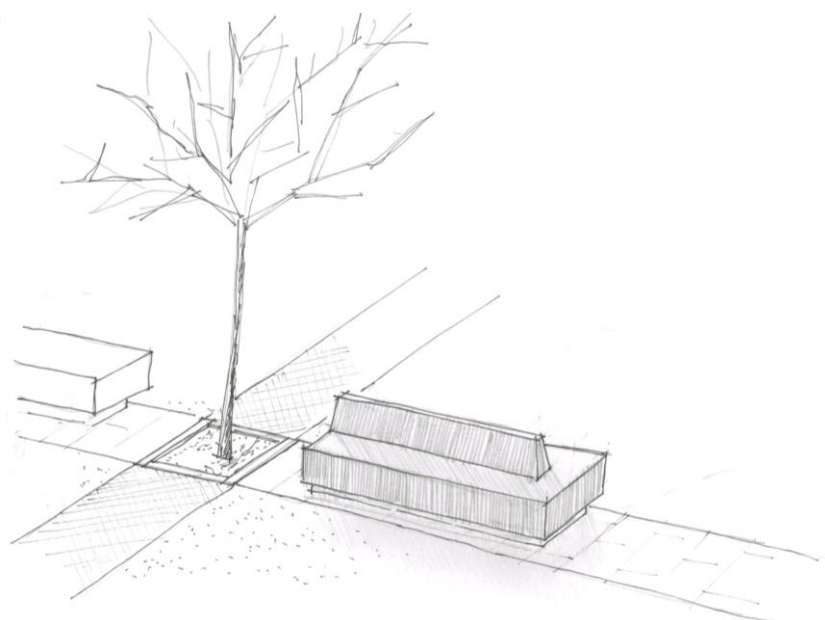


O estudo das fachadas dos edifícios referência pretende, acima de tudo, criar uma imagem coesa do conjunto que os mesmos formam. Ou seja, não se pretende fazer um exercício de composição, mas sim de unidade do conjunto, a partir da imagem do que é “edifício do domínio público”.

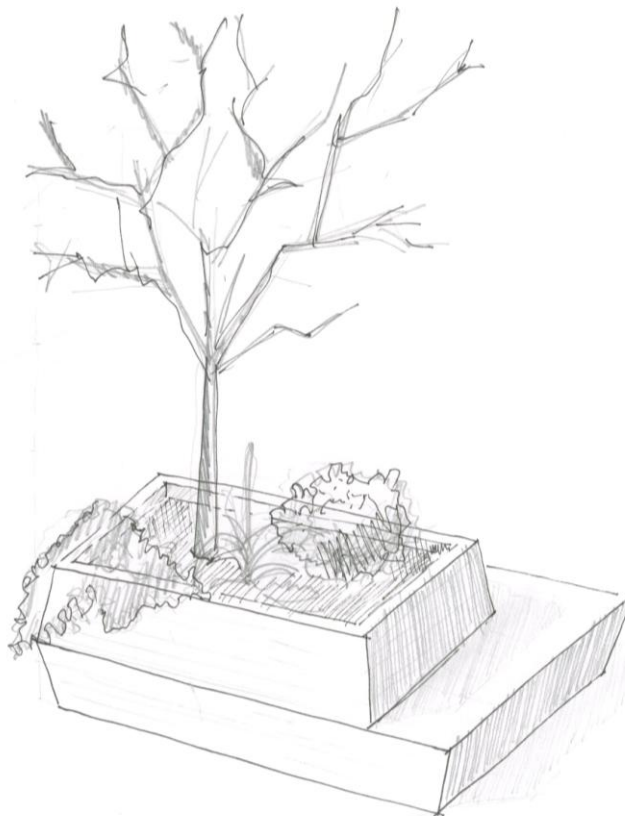




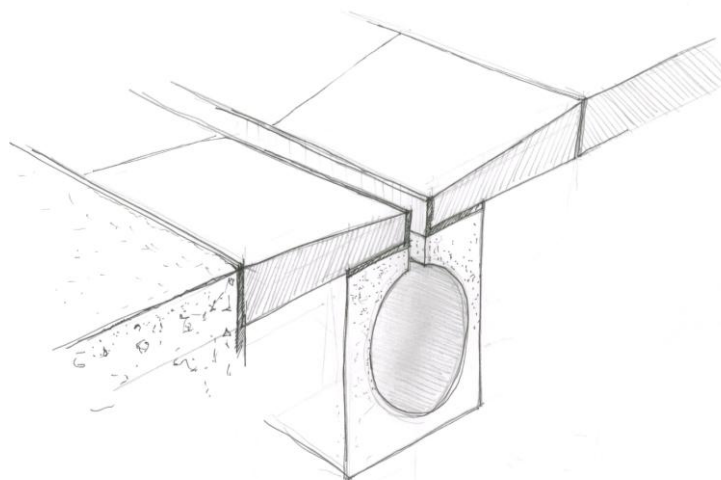
A proposta de mobiliário urbano pretende associar as materialidades dos pavimentos a diferentes usos. Associado aos pavimentos pétreos estão os espaços dedicados à permanência e ao lazer bem como às áreas sombreadas pelas árvores.



Na praça principal as árvores, que assumem um papel importante na leitura do eixo pedonal, surgem em grandes vasos-bancos de forma a não comprometer a definição do sistema estrutural que suporta praça por cima do estacionamento público.



O detalhe que é proposto na definição do eixo pedonal principal não pretende definir construtivamente os pormenores, mas sim criar uma coerência visual daquilo que é “visível”. As caleiras de escoamento das águas pluviais, sendo um elemento de peso no desenho dos pavimentos, também foi desenhada de modo a que se integre na materialidade e no desenho do “chão”.



ANEXO III – Quadro de áreas e dados da Proposta

O Anexo III apresenta o Quadro de Áreas, índices urbanísticos e outros dados da proposta.

As áreas contabilizadas são: Área Total de Construção, Área Total de Implantação, e Área Média por Fogo. Não foram discriminadas, no quadro, as áreas associadas a cada uso, contudo, foram pensados e distribuídos usos para toda a extensão da proposta. São apresentados dados de todos os edifícios propostos, como cota de soleira, nº de pisos acima da soleira, nº de pisos abaixo da soleira, tipologia de agregação dos fogos, nº de fogos e usos do piso térreo. Estes dados são apresentados extensivamente porque tiveram um papel essencial na definição do projecto, e são, para todos os efeitos, geradores e resultado do modelo urbano proposto.

LOTE	EDIFÍCIO	Tipologia Agregação	Cota de Soleira	Nº pisos acima soleira	Nº pisos abaixo soleira	Área Total Construção (m2)	Área Total Implantação (m2)	Nº Fogos	Área média/ fogo (m2)	usos piso térreo
1	X	n. a.	36	7	2	17077	3554	8	215	Com + Serv
2	Y	n. a.	36	7	2	14339	2899	4	154	Com + Hab
3	Z	n. a.	26	7	2*	15003	4331	16	229	Com + Serv
* 2 pisos de estacionamento de uso público e estação ferroviária, não contabilizados na ATC										
Sub-total						46419	10784	28	199	
4	A1	Esq. Dir	37	5	1	1309		10	85	Hab.
5	A2	Esq. Dir	37	5	1	1309		10	85	Hab.
6	A3	Esq. Dir	38	5	1	1309		10	85	Hab.
7	A4	Esq. Dir	38	5	1	1309		10	85	Hab.
8	A5	Esq. Dir	38	5	1	1309		10	85	Hab.
9	A6	Esq. Dir	38	5	1	1335		10	85	Hab.
10	A7	Gaveto	40	6	2	4904		22	130	Hab + Com
11	A8	Esq. Dir	39	5	1	1554		10	100	Hab.
12	A9	Esq. Dir	39	5	1	1769		10	117	Hab.
13	A10	Esq. Dir	38	5	1	1748		10	117	Hab.
14	A11	Esq. Dir	37	3	1	901		6	85	Hab.
	A12	Esq. Dir	36	3	1	901		6	85	Hab.
	A13	Esq. Dir	35	3	1	901		6	85	Hab.
Sub-total						20558	4339	130	94	
15	B1	Esq. Dir	31	3	1	795		6	75	Hab.
	B2	Esq. Dir	32	3	1	795		6	75	Hab.
	B3	Esq. Dir	33	3	1	795		6	75	Hab.
	B4	Esq. Dir	34	3	2	975		8	75	Hab.
	B5	Esq. Dir	35	3	2	975		8	75	Hab.
16	B6	Gaveto	38	6	2	3030		17	110	Hab + Com
17	B7	Esq. Dir	36	5	2	1839		9	100	Hab + Com
18	B8	Esq. Dir	35	5	2	1882		9	100	Hab + Com
19	B9	Esq. Dir	34	5	1	1540		9	100	Hab + Com
20	B10	Esq. Dir	32	5	2	1741		5	180	Hab.
	B11	Galeria	28	7	1	7747		20	108	Com.
	B12	Esq. Dir	28	5	1	1039		5	122	Com.
21	B13	Esq. Dir	29	5	1	1540		9	100	Hab + Com
	B14	Esq. Dir	29	5	1	1540		9	100	Hab + Com
	B15	Galeria	30	2	1	1367		4	100	Com.
Sub-total						27600	5817	130	100	

LOTE	EDIFÍCIO	Tipologia Agregação	Cota de Soleira	Nº pisos acima soleira	Nº pisos abaixo soleira	Área Total Construção (m2)	Área Total Implantação (m2)	Nº Fogos	Área média/ fogo (m2)	usos piso térreo
22	C1	Esq. Dir	30	3	1	636		6	60	Hab.
	C2	Esq. Dir	31	3	1	636		6	60	Hab.
	C3	Esq. Dir	32	3	1	608		6	61	Hab.
	C4	Esq. Dir	32	3	1	636		6	60	Hab.
	C5	Esq. Dir	31	3	1	636		6	60	Hab.
23	C6	Galeria	30	2	1	1058		4	90	Com.
	C7	Esq. Dir	29	5	1	1540		9	100	Hab + Com
	C8	Esq. Dir	29	5	1	1540		9	100	Hab + Com
	C9	Gaveto	28	5	1	3627		18	134	Hab + Com
24	C10	Esq. Dir	28	3	1	772		6	75	Hab.
	C11	Esq. Dir	28	3	1	772		6	75	Hab.
	C12	Esq. Dir	28	3	1	772		6	75	Hab.
	C13	Esq. Dir	30	4	1	1153		6	94	Com.
Sub-total						14386	3949	94	80	
25	D1	Esq. Dir	33	3	1	636		6	60	Hab.
26	D2	Esq. Dir	32	3	1	636		6	60	Hab.
27	D3	Esq. Dir	31	3	1	636		6	60	Hab.
28	D4	Esq. Dir	31	3	1	636		6	60	Hab.
29	D5	Esq. Dir	30	3	1	636		6	60	Hab.
30	D6	Esq. Dir	29	3	2*	639		6	89	Hab.
	D7	n. a.	27	7	2*	7721		0	0	Com + Serv
	D8	Esq. Dir	27	5	2*	1065		9	89	Hab.
31	D9	Esq. Dir	27	5	0	895		10	75	Hab.
	D10	Esq. Dir	28	5	0	1020		10	85	Hab.
* 2 pisos de estacionamento de uso público, não contabilizados na ATC										
Sub-total						14520	3766	65	64	
32	E1	Esq. Dir	27	5	3	1755		12	100	Hab.
	E2	Esq. Dir	28	5	1	1755		12	100	Hab.
	E3	Esq. Dir	28	5	1	1755		12	100	Hab.
	E4	Gaveto	28	5	1	2595		18	113	Hab.
	E5	Esq. Dir	26	3	0	924		6	84	Hab.
	E6	Gaveto	23	3	0	1434		9	111	Hab.
	E7	Esq. Dir	21	3	0	927		6	85	Hab.
	E8	Esq. Dir	21	3	0	927		6	85	Hab.
	E9	Esq. Dir	21	3	0	927		4	85	Com.
	E10	Esq. Dir	21	3	0	927		4	85	Com.
Sub-total						13926	3935	89	95	

LOTE	EDIFÍCIO	Tipologia Agregação	Cota de Soleira	Nº pisos acima soleira	Nº pisos abaixo soleira	Área Total Construção (m2)	Área Total Implantação (m2)	Nº Fogos	Área média/ fogo (m2)	usos piso térreo
33	F1	Esq. Dir	29	4	2	2259		10	100	Hab.
	F2	Esq. Dir	29	4	2	2259		10	100	Hab.
	F3	Esq. Dir	28	4	1	1779		8	100	Hab.
	F4	Esq. Dir	27	4	1	1659		6	88	Com.
	F5	n. a.	26	7	1	5929		16	157	Com + Serv
	F6	Galeria	26	3	1	3018		4	280	Com.
	F7	n. a.	26	1	1	1177		0	0	Com.
Sub-total						18080	5737	54	118	
34	G1	Esq. Dir	30	4	1	1609		7	128	Hab.
	G2	Esq. Dir	30	4	1	1609		8	128	Hab.
	G3	Esq. Dir	30	4	1	1609		8	128	Hab.
	G4	Esq. Dir	31	4	1	1565		6	122	Com.
	G5	Esq. Dir	31	4	1	1129		8	75	Hab.
	G6	Esq. Dir	31	4	1	1129		8	75	Hab.
	G7	Esq. Dir	31	4	1	1129		8	75	Hab.
	G8	Esq. Dir	31	4	1	1129		8	75	Hab.
	G9	Gaveto	30	4	1	1529		9	80	Com.
	G10	Galeria	30	4	1	1853		9	105	Com.
	G11	Galeria	30	5	1	4124		36	90	n. a.
	G12	n. a.	26	1	1	800		0	0	Com.
Sub-total						19214	5012	115	90	
35	H1	Banda	35	3	0	360		2	180	Hab.
36	H2	Gaveto	34	3	0	639		9	60	Hab.
37	H3	Banda	33	3	0	360		2	180	Hab.
38	H4	Banda	33	3	0	360		2	180	Hab.
39	H5	Banda	33	3	0	360		2	180	Hab.
40	H6	Banda	32	3	0	360		2	180	Hab.
41	H7	Banda	32	3	0	360		2	180	Hab.
42	H8	Banda	32	3	0	360		2	180	Hab.
43	H9	Gaveto	30	3	0	861		9	84	Hab.
44	H10	Banda	32	3	0	411		2	206	Hab.
45	H11	Banda	32	3	0	360		2	180	Hab.
46	H12	Banda	32	3	0	360		2	180	Hab.
47	H13	Banda	32	3	0	360		2	180	Hab.
48	H14	Banda	31	3	0	360		2	180	Hab.
Sub-total						5871	1957	42	166	

LOTE	EDIFÍCIO	Tipologia Agregação	Cota de Soleira	Nº pisos acima soleira	Nº pisos abaixo soleira	Área Total Construção (m2)	Área Total Implantação (m2)	Nº Fogos	Área média/ fogo (m2)	usos piso térreo
49	I1	Galeria	31	4	2	4116		25	70	Hab + Com
	I2	Galeria	31	4	2	4136		25	70	Hab + Com
Sub-total 8252 1967 50 70										
50	J1	Banda	29	2	0	240		1	210	Hab.
51	J2	Banda	29	2	0	240		1	210	Hab.
52	J3	Banda	28	2	0	240		1	210	Hab.
53	J4	Banda	27	2	0	224		1	194	Hab.
54	J5	Banda	24	2	0	240		1	210	Hab.
55	J6	Banda	23	2	0	240		1	210	Hab.
56	J7	Banda	22	2	0	380		1	350	Hab.
57	J8	Banda	22	2	0	240		1	210	Hab.
58	J9	Banda	22	2	0	240		1	210	Hab.
59	J10	Banda	22	2	0	240		1	210	Hab.
60	J11	Banda	22	2	0	240		1	210	Hab.
Sub-total 2764 1381 11 221										
61	L1	Banda	46	2	0	240		1	210	Hab.
62	L2	Banda	46	2	0	240		1	210	Hab.
63	L3	Banda	46	2	0	240		1	210	Hab.
64	L4	Banda	46	2	0	240		1	210	Hab.
65	L5	Banda	46	2	0	240		1	210	Hab.
66	L6	Banda	46	2	0	240		1	210	Hab.
67	L7	Gaveto	45	4	1	1480		9	108	Com.
	L8	Esq. Dir	43	4	1	1354		6	100	Com.
	L9	Esq. Dir	43	4	1	1354		6	100	Com.
	L10	Esq. Dir	42	4	0	1354		6	100	Com.
	L11	Esq. Dir	41	4	0	1354		6	100	Com.
Sub-total 8336 2694 39 161										

LOTE	EDIFÍCIO	Tipologia Agregação	Cota de Soleira	Nº pisos acima soleira	Nº pisos abaixo soleira	Área Total Construção (m2)	Área Total Implantação (m2)	Nº Fogos	Área média/ fogo (m2)	usos piso térreo
68	M1	Esq. Dir	43	6	1	1402		11	80	Hab + Com
	M2	Esq. Dir	42	6	1	1402		12	80	Hab.
	M3	Esq. Dir	42	6	1	1402		12	80	Hab.
69	M4	Esq. Dir	43	6	1	1402		12	80	Hab.
	M5	Esq. Dir	43	6	1	1402		12	80	Hab.
	M6	Esq. Dir	42	6	1	1402		11	80	Hab + Com
70	M7	Esq. Dir	43	6	1	1402		11	80	Hab + Com
	M8	Esq. Dir	43	6	1	1402		12	80	Hab.
	M9	Esq. Dir	43	6	1	1402		12	80	Hab.
71	M10	Esq. Dir	43	6	1	1402		12	80	Hab.
	M11	Esq. Dir	43	6	1	1402		12	80	Hab.
	M12	Esq. Dir	44	6	1	1402		11	80	Hab + Com
72	M13	Esq. Dir	43	4	1	1237		6	85	Com.
	M14	Gaveto	43	4	1	1805		9	102	Com.
	M15	Esq. Dir	43	4	1	1441		7	108	Hab + Com
73	M16	Esq. Dir	44	3	1	795		6	75	Hab.
	M17	Esq. Dir	45	3	1	795		6	75	Hab.
	M18	Esq. Dir	46	3	1	795		6	75	Hab.
Sub-total						23692	5249	180	82	
74	N1	n. a.	28	0	3	4804		33	84	n. a.
Sub-total						4804	2031	33	84	
75	O1	Galeria	22	3	1	4010		54	53	Hab.
	O2	n. a.	20	1	0	112		0	0	Com.
Sub-total						4122	1232	54	27	
76	P1	n. a.	5	2	0	2224		0	0	Ind.
77	P2	n. a.	6	3	0	1158		0	0	Log.
78	P3	n. a.	6	2	0	1446		0	0	Log.
Sub-total						4828	2221	0	0	
79	Q	n. a.	5	3	0	1200		0	0	Equip.
80	R	n. a.	28	3	0	4500		0	0	Equip.
Sub-total						5700	2118	0	0	

Proposta do PPQMAA dentro da área de intervenção				
Parcela	Área Total Construção (m2)	Área Total Implantação (m2)	Nº Fogos	Área média/ fogo (m2)
P1	13059	2506	91	130
P2	10829	2754	90	114
P3	11063	2754	90	114
P4	7213	1845	55	115
Total	42164	9859	326	118

		$\Sigma Ac/ASE$ (1)	$\Sigma Ai/AI$ (2)
IU	Índice Utilização Solo	1,51	0,56
IO	Índice Ocupação Solo (%)	39,10	14,47
Dhab	Densidade Habitacional (Fogos/ha)	75,45	27,92
TOTAIS			
As	Área Intervenção (m2)	511868	
As	Área Solo Edificável (3) (m2)	189394	
ΣAc	Área Total Construção (4) (m2)	285236	
ΣAi	Área Total Implantação (m2)	74048	
F	Nº Fogos	1429	

(1) Quociente entre Área Total de Construção e Área de Intervenção

(2) Quociente entre Área Total de Construção e Área de Solo Edificável

(3) Área definida na Estratégia do projecto como edificável

(4) Inclui Área de Estacionamento

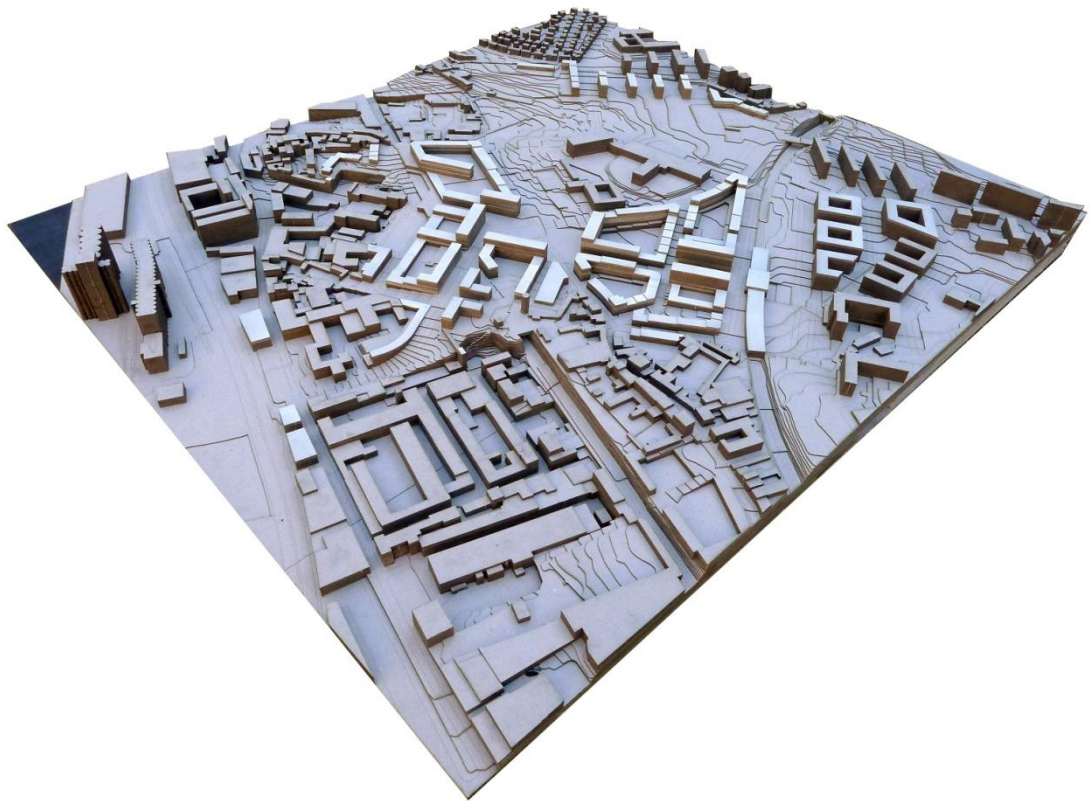
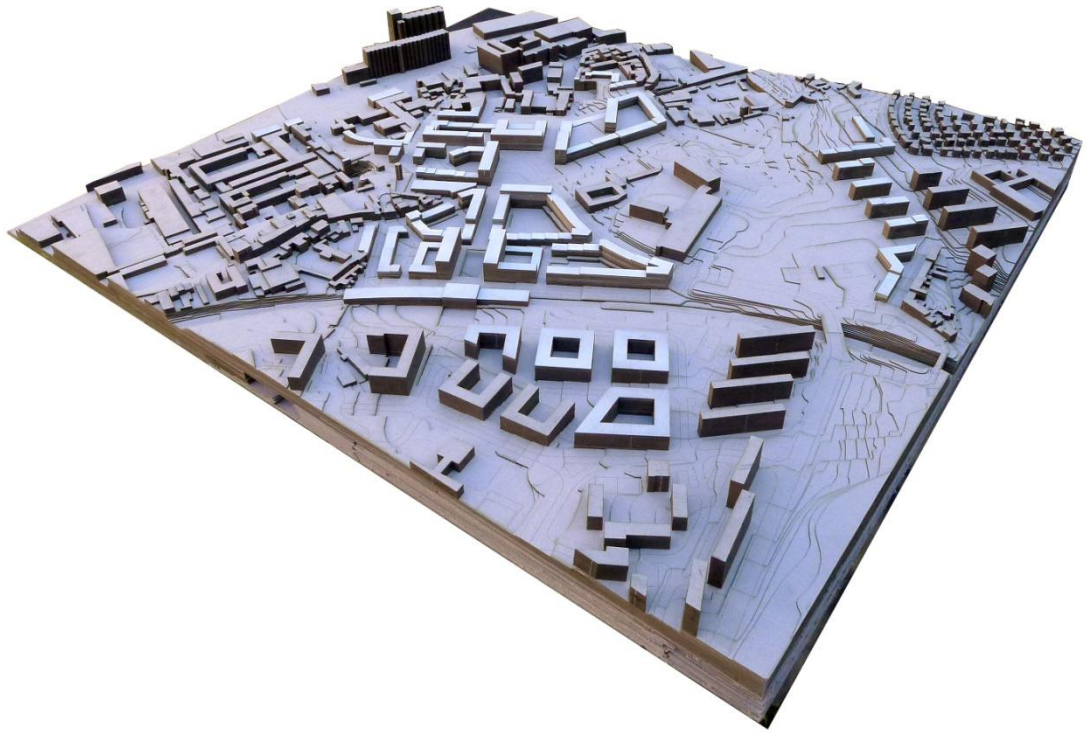
Nota 1: Optou-se por calcular os índices usando a Área de Intervenção (AI) e a Área de Solo Edificável (ASE) separadamente devido às características da proposta. A área de intervenção não só inclui extensas áreas já edificadas (não contabilizadas), como também uma área *non aedificandi* de grandes proporções. Ver Anexo II

Nota 2: Os conceitos utilizados estão de acordo com o Decreto Regulamentar nº9/2009 de 29 de Maio, que estabelece os "Conceitos técnicos do ordenamento do território e urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial "

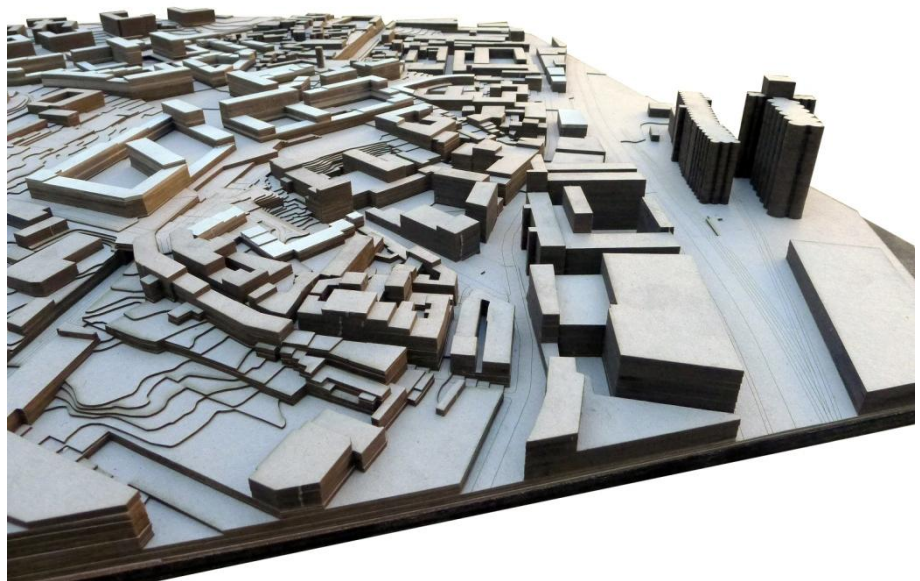
ANEXO IV – Fotografias da Maquete

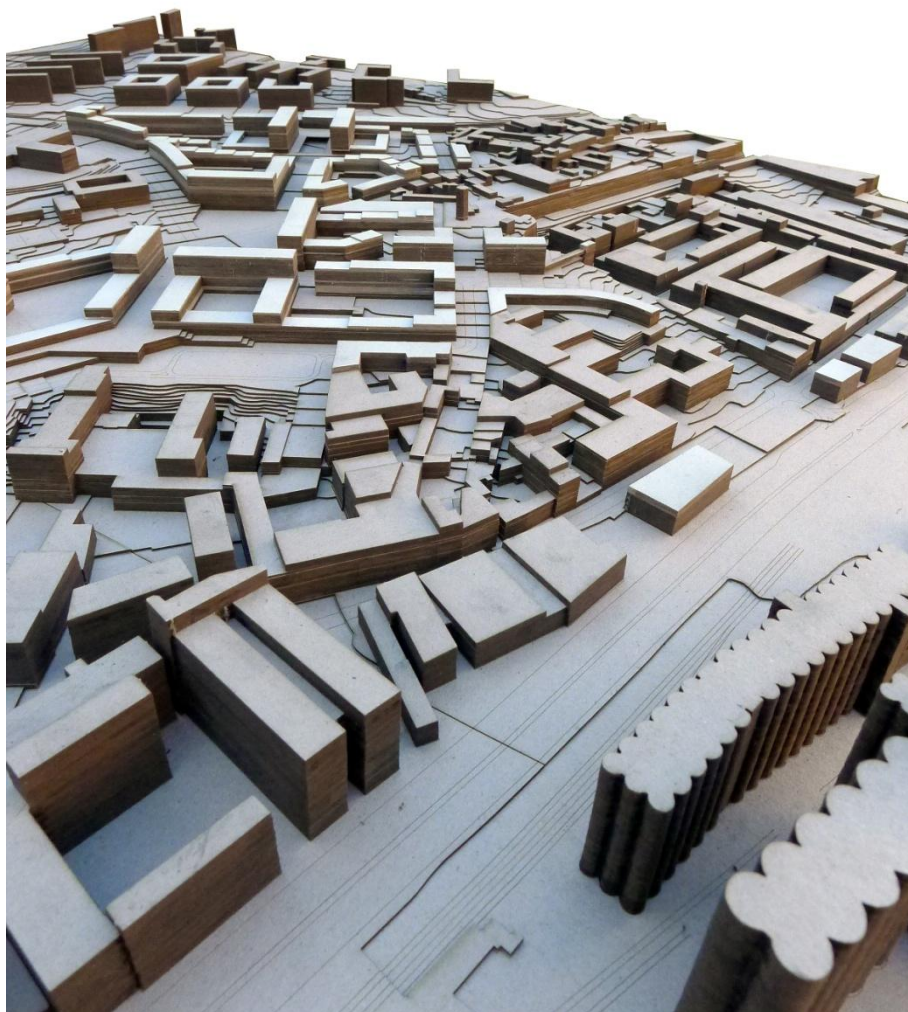
O Anexo IV apresenta um conjunto de fotografias da maquete final do Projecto Urbano. O modelo apresentado foi executado à escala 1/1000 distinguindo os volumes dos edifícios propostos dos existentes.

















ANEXO V – Painéis de Apresentação

No Anexo V constam os painéis de apresentação do Projecto Final de Mestrado. De modo a clarificar a leitura do trabalho e a criar uma estreita relação entre o relatório escrito e o projecto, optou-se por organizar os painéis e a apresentação do projecto seguindo a estrutura do relatório.

01 – Os exemplos da Cidade construída

02 – Marvila - Enquadramento Histórico

03 – Marvila - Planeamento Urbano

04 – Marvila - Caracterização do Espaço Urbano

05 – Estratégia: O Espaço Público como Estrutura

06 – Projecto Urbano: A diversidade no projecto (1)

07 – Projecto Urbano: A diversidade no projecto (2)

08 – Projecto Urbano: A diversidade no projecto (3)

09 – Sistema de Espaços Colectivos: Uma visão para Marvila (1)

10 – Sistema de Espaços Colectivos: Uma visão para Marvila (2)

11 – Sistema de Espaços Colectivos: Uma visão para Marvila (3)

